

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **Mandato 2013-2017** -----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM CATORZE DE OUTUBRO DE DOIS MIL E CATORZE** -----

----- **ATA NÚMERO QUARENTA E QUATRO** -----

----- No dia catorze de outubro de dois mil e catorze, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto, trigésimo sétimo e quadragésimo primeiro do seu Regimento, reuniu em Sessão Extraordinária na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, para a realização da Sessão de ***“Debate Sobre o Estado da Cidade”***, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão e pela Excelentíssima Senhora Margarida Maria Moura Alves da Silva de Almeida Saavedra, respetivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, André Nunes de Almeida Couto, António Manuel de Freitas Arruda, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos José Pereira da Silva Santos, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Cristina Maria da Fonseca Santos Bacelar Begonha, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Davide Miguel Santos Amado, Deolinda Carvalho Machado, Diogo Feijó Leão Campos Rodrigues, Fábio Martins de Sousa, Fernando Manuel D’Eça Braamcamp, Fernando José da Silva e Nunes da Silva, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Floresbela Mendes Pinto, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, Joaquim Maria Fernandes Marques, João Luís Valente Pires, José Alberto Ferreira Franco, José António Cardoso Alves, José António Nunes do Deserto Videira, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Marques Casimiro, José Manuel Rodrigues Moreno, José Roque Alexandre, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Elisa Madureira de Carvalho, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa de Aguiar Aldim, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patrocínia Conceição Alves Rodrigues Vale César, Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Ricardo Amaral Robles, Rita Susana da Silva Guimarães Neves Sá, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rui

Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Rosa Maria Carvalho da Silva, Sandra da Graça Lourenço Paulo, Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo, Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado, Isabel Cristina Rua Pires, Nelson Pinto Antunes, Patrícia de Oliveira Caetano Barata, Maria Cândida Cavaleiro Madeira, João Ricardo Vasconcelos, Nuno Ricardo Dinis de Abreu, António José do Amaral Ferreira de Lemos, Anabela Pereira Martins da Silva, Maria Margarida Matos Mota, Igor Boal Roçadas, Artur David Cunha Reis e Luís Graça Gonçalves. -----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, à *contrário sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Augusto Miguel Gama (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Cândida Cavaleiro Madeira. -----

----- Ricardo Azevedo Saldanha (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Margarida Mota.-----

----- Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Olivais, por um dia, tendo sido substituída por Anabela Martins da Silva. -----

----- André Moz Caldas (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade, por um dia, tendo sido substituído por Igor Roçadas. -----

----- Pedro Delgado Alves (PS), Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, por um dia, tendo sido substituído por Artur Reis. -----

----- Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Patrícia Caetano Barata. -----

----- Carlos de Apoím Vieira Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nelson Pinto Antunes.-----

----- Miguel Tiago Crispim Rosado (PCP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nuno Ricardo Dinis de Abreu.-----

----- Miguel Afonso da Silva Ribeiro Reis (BE), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Isabel Pires.-----

----- Mariana Mortágua (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal João Vasconcelos. -----

----- João Diogo Moura (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal António Ferreira de Lemos.-----

----- O Senhor Deputado Municipal José António Cardoso Alves (PS), Presidente da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, justificou a falta à reunião realizada no dia 30 de setembro de 2014.-----

----- A Mesa deliberou retirar a falta marcada na sessão extraordinária realizada a 27 de maio de 2014 ao Deputado Municipal André Couto, Presidente da Junta de Freguesia de Campolide.-----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Vereadores: Fernando Medina, Paula Marques, Duarte Cordeiro, Jorge Máximo, Sá Fernandes, Catarina Vaz Pinto, Graça Fonseca, Carlos Castro e Carlos Saraiva.-----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: António Prôa, João Gonçalves Pereira, Carlos Moura, Alexandra Duarte e Paulo Quaresma -----

----- Às quinze horas e dezassete minutos, constatada a existência de quórum, **a Senhora Presidente** declarou aberta a reunião.-----

----- Seguidamente referiu que: -----

----- “Esta é uma sessão que tem lugar, nos termos do nosso Regimento, uma vez por ano. Vamos discutir o Estado da Cidade de Lisboa. Há uma intervenção inicial da Câmara pelo Senhor Presidente, depois há perguntas dos vários grupos municipais e seguem-se as intervenções de fundo também dos vários grupos municipais. A Câmara irá intervindo à medida que achar necessário e encerra o debate com a intervenção final do Senhor Presidente da Câmara novamente. -----

----- Queria dizer aos Senhores Deputados Municipais e aos líderes de bancada que nós vamos dar a ordem de palavra de acordo com as inscrições, porque é muito difícil estarmos com as linhas ascendentes e descendentes com nove grupos. É muito difícil fazer essa lógica aqui na Mesa. -----

----- Logo a seguir à intervenção do Senhor Presidente da Câmara há perguntas dos Senhores Deputados Municipais e são respondidas pela Câmara e a seguir é que são as intervenções de fundo. Quando fizerem as inscrições esclareçam se é para perguntas ou para intervenção de fundo.” -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **Maria Judite Cerveira Pires de Carvalho**, Largo Mário Neves, 12 – 5ºB, São Domingos de Benfica, fez a seguinte intervenção: -----

----- “*Já falei com a Senhora na Câmara, já falei com a Dra. Paula Marques e o meu problema não é resolvido. Moro na Quinta dos Barros, no Largo Mário Neves, 12 – 5ºB. A fachada por cima da janela da cozinha abateu e tenho infiltrações, a casa toda preta, o chão todo estragado e há 15 anos...* -----

----- *Pago uma renda de quase 55 contos sem poder, com 42 contos que recebo de reforma. Agradecia, caso pudesse, mandar a intervenção de alguém, que já várias vezes lá foram e não resolvem o problema. Diz que é falta da Câmara, será possível que não haja dinheiro para pagar os andaimes, para fazer a obra?* -----

----- *Estou à espera dos alpinistas, como eles dizem. Nem uma coisa nem outra. aguardo do fundo do meu coração que me ajudem ao menos nisto.*” -----

----- **A Senhora Presidente:** -----

----- “Tomámos devida nota do seu problema. Há uma infiltração grave na casa que não é resolvida. A GEBALIS informa, segundo diz a Dona Maria Judite, que o problema é da Câmara e eu queria esclarecer que para as obras de manutenção correntes é a GEBALIS que tem de fazer, quando é uma obra profunda de reestruturação tem que ser a Câmara a avançar com o dinheiro, porque as receitas da GEBALIS são as rendas e, portanto, precisa desse apoio financeiro. -----

----- A Mesa não tem uma resposta concreta para lhe dar de imediato, sei que a Senhora Vereadora Paula Marques já falou consigo. Está presente o Senhor Presidente do Conselho de Administração da GEBALIS e irá falar consigo, para talvez poder dar uma resposta mais concreta, uma vez que a Mesa aqui não tem mais informações.” -----

----- Vou aproveitar estes momentos de intervalo para dar informações à Assembleia Municipal. Informo que na próxima sexta-feira haverá novamente lugar a uma reunião da Assembleia Distrital de Lisboa. Os Senhores Deputados Municipais têm presente o que é que se passa, a Assembleia Distrital de Lisboa é o órgão que reúne os municípios do Distrito de Lisboa para tomar decisões sobre esta área, não é uma autarquia local. Neste momento existe uma Assembleia Metropolitana de Lisboa com os Presidentes de Câmara da Área Metropolitana de Lisboa, há aqui uma certa sobreposição entre estas duas instâncias e a Assembleia Distrital de Lisboa, nos termos de Lei recentemente publicada, tem uma universidade jurídica de bens patrimoniais e ativos também de recursos humanos que têm que levar um destino, porque a própria Assembleia Distrital não tem, como tal, possibilidade de manter a situação que está.-----

----- Há uma proposta dos bens patrimoniais da Assembleia Distrital de Lisboa, a universalidade vir para o Município de Lisboa, uma vez que a maior parte dos imóveis se situa aqui, com algumas exceções que seriam para os municípios onde se situam os respetivos imóveis e um espólio para o Município de Vila Franca de Xira. -----

----- Nesta altura a Câmara Municipal de Lisboa já se pronunciou junto da Assembleia Distrital, já informou que estará disponível para receber a universalidade jurídica dos bens da Assembleia Distrital na condição de serem explicitadas determinadas questões que ainda não foram explicitadas e que foi solicitada informação.-----

----- Em última instância a decisão caberá a esta Assembleia Municipal e, portanto, vamos aguardar o que a Assembleia Distrital decide e eu darei conhecimento aos Senhores Deputados Municipais sobre o evoluir da situação.-----

----- De hoje a oito dias voltaremos a ter sessão da Assembleia Municipal, dia 21 de outubro. É uma Assembleia extraordinária, não há lugar a PAOD nem a moções ou recomendações. A matéria que vamos agendar, ainda estamos a estabilizá-la, mas em princípio vamos fazer uma primeira discussão na generalidade do Plano de Pormenor da Envolvente do Mercado de Benfica. Este é um modelo novo do nosso Regimento, em que os instrumentos de gestão territorial, antes de baixarem às comissões, são apreciados na generalidade no plenário sem a opinião de nenhuma comissão, apenas para saber se o plano está em condições de avançar. Se o plano for aprovado na generalidade baixará à Terceira Comissão para que possa reunir com o Vereador e propor as sugestões, alterações, as modificações que entender necessárias e o plano voltará aqui para ser apreciado numa votação final.-----

----- Isto é uma modalidade nova, que não tínhamos no Regimento anterior, e portanto vamos discutir um plano importante diretamente no plenário, sem ter havido uma apreciação prévia em sede de comissão.-----

----- Temos também um importante Regulamento de Ocupação de Via Pública, que em princípio será agendado para dia 21, e temos mais algumas matérias. -----

----- No dia 28 de outubro teremos a nossa sessão mensal para declarações políticas, onde poderão apresentar moções e recomendações. Nessa tarde, provavelmente, teremos outras matérias para decidir se houver tempo, porque aproveitamos a tarde para pôr em dia algumas matérias que estão pendentes de decisão.” -----

----- **O Senhor Deputado Carlos Silva Santos (PCP)**, para uma interpelação à Mesa:
----- “Tinha ficado na Conferência de Representantes a questão de que esta separação entre perguntas e intervenções não existia. A seguir à intervenção do Senhor Presidente, as intervenções eram da forma que cada grupo quisesse fazer e depois seguia novamente o debate e encerrava com o Senhor Presidente da Câmara. É o que está estatutariamente.” -----

----- **A Senhora Presidente:** -----

----- “Essa interpretação seria muito interessante, mas não é o que está aqui no Regimento e eu tenho que fazer exatamente o que está no Regimento enquanto ele for este. Isto resulta já de regimentos anteriores e esta disposição não foi alterada. Eu vou ler o que estão no Regimento, para não haver dúvidas sobre como é que fazemos: -----

----- ‘Anualmente a Assembleia Municipal realiza em sessão extraordinária a convocar para o efeito um debate sobre o Estado da Cidade. -----

----- A sessão inicia-se com a intervenção do Presidente da Câmara, seguida de um período de perguntas e respostas, findo o qual deve começar o debate generalizado.’ ---

----- Não é muito claro o que está aqui, mas a minha interpretação era de perguntas imediatas e depois o debate generalizado, mas os Senhores Deputados Municipais inscrever-se-ão no vosso tempo como entenderem. O que interessa é que o tempo que gastarem, quer nas perguntas, quer no debate generalizado, é contabilizado no total da grelha. Isso ficou claro na Conferência de Representantes, que o tempo contava todo na grelha. -----

----- Vamos afinando estas coisas. Se for preciso alterar esta disposição regimental, assim o faremos, mas para já vamos trabalhar com ela e para melhor andamento dos nossos trabalhos vamos seguir o que está aqui escrito.” -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara:** -----

----- “O debate do Estado da Cidade coincide com o primeiro ano deste mandato e durante esta tarde os diversos Vereadores com responsabilidades executivas irão usar da palavra para desenvolver as principais marcas da atuação sectorial do Município. ---

----- Este foi um ano marcado pela reforma administrativa, pela preparação da segunda fase da reestruturação dos serviços e de um novo modelo de financiamento menos dependente das receitas do IRS e do IMI, cujas taxas reduzimos, ajustado ao novo paradigma do mercado imobiliário e que garanta o indispensável equilíbrio financeiro do Município.-----

----- A estratégia de equilíbrio financeiro e de antecipação da amortização da dívida revelou-se mais uma vez adequada, pois só assim tivemos capacidade de poder resolver o contencioso com a Bragaparques, uma das mais complexas questões que comprometiam o desenvolvimento da nossa cidade, bem com o proceder à extinção da EPUL com integral satisfação dos seus credores e garantia dos direitos dos respetivos trabalhadores.-----

----- Em contraciclo com a crise económica a cidade de Lisboa tem revelado uma resistência significativa, que por vezes pode até criar a ilusão de uma menor gravidade da situação social na cidade. Contudo, não há ilusões que permitam ignorar que a

realidade tem duas faces. Os inscritos nos centros de emprego, tendo diminuído, são ainda mais de 30.000 pessoas que aguardam trabalho; só no último ano, por perda de rendimentos dos agregados familiares, a GEBALIS concedeu reduções de renda num total de 2,4 M €; e o número de crianças do pré-escolar e do 1º ciclo integralmente apoiadas pelo Município aumentou 9% no último ano letivo. -----

----- Apesar desta face da realidade, três fatores explicam que, simultaneamente, Lisboa evidencie um dinamismo económico significativo.-----

----- Primeiro, a crescente afirmação de Lisboa como destino turístico e como cidade universitária. -----

----- 2014 está a ser o melhor ano de sempre para o turismo da cidade. Nos primeiros 5 meses do ano, Lisboa registou mais de 3 milhões de dormidas, um novo máximo, o que significou um aumento de 14,5% relativamente ao período homólogo do ano anterior.-----

----- Por outro lado, as universidades de Lisboa têm aumentado muito – 30% na última década - o número de estudantes estrangeiros, que no último ano letivo atingiram um total de 14.000, provenientes da Europa, Brasil e Ásia, a maioria dos quais vieram para um ciclo completo de estudos e 5.822 inscritos em cursos de mestrados ou doutoramentos, o que afirma a projeção internacional das universidades da cidade de Lisboa.-----

----- Segundo, a posição geográfica de Lisboa, a relação privilegiada com a UE, os espaços lusófono e latino-americano, o bom nível dos recursos humanos e os comparativamente reduzidos custos de instalação, têm atraído várias empresas internacionais do sector dos serviços, em especial nas áreas das TIC's, Saúde, Energia e serviços a empresas. Nestes dois anos, 16 multinacionais de referência instalaram-se ou alargaram significativamente a sua presença em Lisboa. -----

----- Quer o investimento direto estrangeiro, quer os turistas e estudantes estrangeiros, têm sido decisivos para a cidade suportar melhor a brutal perda de poder de compra interno que temos sofrido. -----

----- Mas um terceiro fator tem sido também decisivo, a iniciativa empreendedora local, que permitiu, desde logo, que no período 2013/1º semestre de 2014, tenhamos tido, no balanço entre empresas criadas e dissolvidas, um saldo positivo de 2100 empresas, desde as 250 já apoiadas pela Start Up Lisboa, aos milhares de iniciativas que se multiplicam de novos estabelecimentos e serviços. -----

----- Este movimento tem designadamente tradução no importante crescimento da reabilitação urbana, que nos últimos 4 anos já mobilizou 640 M € de investimento privado, correspondendo a 78% dos fogos intervencionados e a 20 dos 21 estabelecimentos hoteleiros em obra. Com elevado volume de obra na Baixa, o número das licenças já emitidas ou projetos em apreciação no eixo central, permitem-nos confiar que no final deste mandato, salvo agravamento da crise, o conjunto das Avenidas da Liberdade, Fontes Pereira de Melo e da República, estarão a concluir a sua integral regeneração.-----

----- Como definimos na Estratégia Lisboa 2020, temos de agir articuladamente sobre os nossos três objetivos estratégicos: mais pessoas, mais empregos, melhor cidade.-----

----- Assim, temos de prosseguir os investimentos públicos que ajudam a reforçar a atratividade global da cidade, como estender ao Cais do Sodré e ao Campo das Cebolas a intervenção já efetuada no Terreiro do Paço e na Ribeira das Naus ou concretizar os restantes percursos assistidos de acesso ao Castelo; investir no plano de acessibilidade pedonal, que adapte a cidade às necessidades dos mais idosos e de todos os que têm mobilidade reduzida; apoiar a dinâmica cultural e desenvolver os equipamentos que valorizam o património da cidade, como o recente percurso da cerca velha, atrair grandes eventos desportivos; investir na parceria com as universidades, que se expressa, por exemplo, nas 33 candidaturas já submetidas em conjunto no âmbito do Programa Quadro de I&D Horizonte 2020; investir para nos afirmarmos como referência de boas práticas de sustentabilidade ambiental; conscientes que hoje as cidades não se afirmam e projetam só pelo seu património, mas cada vez mais pela sua inserção nas redes do conhecimento e inovação. -----

----- Mas a cidade é um todo e para todos, porque a cidade só será melhor, só gerará mais empregos e atrairá mais pessoas, se for uma cidade centrada nas pessoas. -----

----- Por isso, é decisivo o programa “Uma Praça em Cada Bairro”, que desenvolvemos em parceria com as freguesias, porque garantir a melhoria da qualidade do espaço público é importante em toda a cidade. Assim como satisfazer a necessidade de creches e executar o programa “Escola Nova” é condição de termos uma cidade equipada para os habitantes que queremos atrair e fixar.-----

----- Neste sentido é central ter uma política de habitação que, simultaneamente, resolva velhos problemas, como a garantia dos direitos dos moradores do Bairro 2 de Maio ou a reabilitação das Torres do Alto da Eira, e lance novos programas como o aluguer em regime de renda convencionada. -----

----- Não há cidade que não assente nas suas redes de infraestruturas. É urgente a conclusão das negociações sobre a rede de transportes públicos da cidade de Lisboa. O Município está em condições de, nas mesmas condições para o Estado, garantir igual qualidade de gestão e melhor qualidade de serviço que qualquer privado, pelas sinergias únicas que proporciona na gestão da via, do estacionamento ou da publicidade exterior. O serviço de transportes públicos da cidade não pode continuar a ser comprometido, ou por acumulação de dívida devido ao incumprimento pelo Estado das suas obrigações, ou pela exiguidade da oferta, devido ao corte de carreiras, frequências, horários, composições, provocando uma quebra histórica de passageiros transportados, como tem acontecido nos últimos anos. -----

----- Ao fim de mais de 9 anos de negociações, mais uma vez, veio o Estado, por intermédio do presidente das Águas de Portugal, reafirmar o interesse na aquisição da nossa rede de saneamento pela EPAL. Só que, também mais uma vez, pediu que adiássemos por mais 6 meses o reinício das negociações, agora porque é prioritário tratarem primeiro da integração horizontal dos sistemas de abastecimento, antes de retomarem o tema do fecho do ciclo urbano da água. -----

----- Como ontem pudemos de novo constatar, não devemos adiar sine die a intervenção de fundo na rede de saneamento prevista no Plano Geral de Drenagem aprovado em 2008 e que temos vindo a desenvolver com projetos de execução. Por

isso, sem fechar portas a uma negociação futura com o Estado, devemos procurar passar à fase de execução do Plano para o que é essencial que o próximo regulamento nacional do Fundo de Coesão preveja a elegibilidade deste investimento.-----

----- As ocorrências de ontem, como a generalidade das de Setembro, não se deveram a avarias na rede ou à falta de limpeza ou manutenção de sarjetas e sumidouros. Deveram-se, sim, à falta de capacidade do sistema de drenar pluviosidades extremas coincidentes com picos ou subidas da maré. Em 22 de setembro tivemos uma precipitação de 17 milímetros/hora, coincidente com o pico da maré. Ontem tivemos, entre as 15 e as 16 horas, o dobro da precipitação coincidente com um período de enchente. -----

----- Ou seja, a prevenção e redução do impacto de novas ocorrências semelhantes exige as intervenções de fundo previstas no PGD. Mas convém não desconhecer que este Plano – hoje tão em evidência- tem previsto um prazo de execução de 20 anos e, se permite minorar os efeitos, não logrará evitar que em circunstâncias como as de ontem a natureza siga o seu curso, retomando os percursos naturais de escoamento que a memória humana pode ter esquecido, mas que a natureza recupera com – passe a redundância- com crua naturalidade. -----

----- De qualquer modo e face a um novo adiamento de uma decisão por parte do Estado sobre o futuro da rede de saneamento da cidade, proporei em próxima reunião de Câmara a constituição de uma equipa de missão com a incumbência específica de dar execução pelo Município ao PGD e preparar a indispensável candidatura do seu financiamento, através do Fundo de Coesão. -----

----- O estado da cidade é um estado de empenhamento no cumprimento dos nossos objetivos estratégicos, com o ânimo reforçado pelos bons sucessos de vários do nosso ciclo económico, mas com a consciência profunda de que a crise social que atravessamos atinge profundamente grandes setores da nossa população e que problemas infraestruturais requerem que prossigamos com determinação as negociações que temos em mão com o Estado, seja sobre a rede de transportes, seja sobre a rede de saneamento, mas com a firmeza de prosseguirmos aqueles três objetivos que temos de prosseguir interligados: mais pessoas, mais empregos e melhor cidade.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE):** -----

----- “O Bloco de Esquerda fará intervenções de análise ao que foi o último ano e debruçar-se-á sobre o estado da cidade, mas atendendo à atualidade da questão e pelo facto também de ter sido abordada pelo Senhor Presidente na sua intervenção, não podemos deixar de falar nas cheias que ontem assolaram novamente Lisboa. -----

----- No passado dia 22 de setembro já tínhamos tido fenómeno semelhante, na altura o Vereador responsável saiu rapidamente em defesa na comunicação social das causas que provocaram essa enxurrada e respetivos efeitos. Não correu muito bem e desta vez não houve comunicação sobre as causas. Não sabemos se foi o sms que chegou a tempo ou não, sabemos sim que os efeitos foram os mesmos, que os mesmos lojistas voltaram a ter os seus espaços comerciais alagados, que as mesmas pessoas na Baixa,

em Benfica, nas Avenidas Novas ou em outras partes da cidade voltaram a sofrer as consequências de uma cheia.-----

----- No seguimento dessa enxurrada, no dia 30 de setembro, há precisamente quinze dias, o BE apresentou uma recomendação nesta Assembleia que tinha dois pontos, um primeiro que recomendava a manutenção da rede de drenagem de águas pluviais na esfera pública e um segundo ponto de que houvesse uma apresentação e uma calendarização do plano de drenagem há tanto tempo adiado na cidade.-----

----- Infelizmente a recomendação foi chumbada com os votos contra do PS, mas felizmente, e saudamos, o Senhor Presidente dá hoje cumprimento ao segundo ponto desta recomendação e informa-nos que o plano de drenagem vai finalmente avançar. --

----- A pergunta que gostávamos de lhe colocar era sobre a ambiguidade da sua intervenção, porque por um lado mantém em cima da mesa a hipótese de negociar a venda à EPAL da rede em baixa, por outro lado avança com a hipótese da execução do plano de drenagem com recurso ao Fundo de Coesão.-----

----- A primeira pergunta que gostávamos de fazer é qual a calendarização deste processo e se mantém em cima da mesa a negociação da venda à EPAL da rede de saneamento, qual é o horizonte para que este negócio se realize.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara:**-----

----- “Em primeiro lugar, as ocorrências de ontem e o Plano Geral de Drenagem. Se o Plano Geral de Drenagem fosse integralmente executado, com grande probabilidade as ocorrências de ontem teriam tido as mesmas consequências, pela simples razão de que as ocorrências de ontem resultaram da coincidência de uma pluviosidade absolutamente extraordinária com um período de enchente da maré. A pluviosidade ontem registada às 15 horas foi de 34,1 milímetros por hora, o dobro do que tinha acontecido no dia 22 de setembro.-----

----- Segundo as tabelas de precipitações, esta é uma situação classificada como tendo um período de retorno de vinte em vinte anos. Acontece que o cálculo dos períodos de retorno é um exercício estatístico. Em função da sua raridade, estima-se que não devia ocorrer mais do que de vinte em vinte anos. Acontece que a realidade é diferente das estatísticas e por isso, a mesma pluviosidade que tivemos ontem, tivemos no dia 26 de novembro de 1985, tivemos no dia 12 de maio de 1993, tivemos no dia 27 de julho de 1999, em 27 de outubro de 1999 e em 24 de dezembro de 2002.-----

----- De facto não passaram vinte anos entre cada uma destas datas. Contudo, a estatística retira e classifica desta forma.-----

----- Quanto ao Plano Geral de Drenagem, foi aprovado na Câmara Municipal em março de 2008 e desde aí para cá a Câmara tem desenvolvido projetos de execução de algumas das intervenções previstas no Plano Geral de Drenagem. Porque é que o PGD não foi acelerado na sua execução?-----

----- Em primeiro lugar, o Plano Geral de Drenagem tem ele próprio um calendário de execução de vinte anos. Como saberá, no mandato do Professor Carmona Rodrigues tinham-se iniciado negociações com a EPAL para a aquisição pela EPAL da rede de saneamento em baixa, prevendo-se que parte do valor da aquisição fosse pago pela assunção da EPAL dos encargos com a execução do PGD.-----

----- Após a mudança da Câmara essas negociações prosseguiram, até ao termo do Governo em que era Ministro o Professor Nunes Correia. Quando tomou posse o novo Governo, a Doutora Dulce Pássaro pediu que necessitava de algum tempo para poder retomar as negociações. As negociações foram retomadas e em outubro de 2010 essas negociações foram concluídas e o Município e a EPAL chegaram a acordo sobre o valor da alienação e sobre o valor da assunção da execução destas obras. -----

----- Para que o acordo pudesse ser assinado era necessário que o Governo aprovasse o Decreto-Lei de alteração dos estatutos da EPAL e o Governo então em funções aprovou em Conselho de Ministros o Decreto-Lei que alterava os estatutos da EPAL. Acontece que estando pendente o Decreto-Lei de promulgação do Senhor Presidente da República, o Governo caiu e o Senhor Presidente da República, naturalmente, já não promulgou o Decreto-Lei e aguardou pela posse do novo Governo. -----

----- Quando o novo Governo tomou posse eu contactei a então Senhora Ministra da Agricultura, Ambiente, Desenvolvimento Regional, Mar e outras tantas funções e a Senhora Ministra, também compreensivelmente, pediu tempo porque necessitava por um lado que houvesse um acordo entre o PSD e o CDS sobre o futuro modelo das águas, visto que um dos partidos defendia a privatização do setor das águas e o outro partido se opunha à privatização do setor das águas. Em segundo lugar pedia que desse tempo para que fosse nomeada uma nova administração e que então sim, se deveriam retomar as negociações. Assim aguardámos que acontecesse. -----

----- Finalmente houve uma nova administração das Águas de Portugal, que veio de novo contactar a Câmara Municipal e veio apresentar uma proposta, só que a proposta era absolutamente inaceitável do ponto de vista financeiro, porque tinha sido recalculado o valor da nossa rede em função das taxas de juro que vigoravam em 2012, altura da conversa, que como se recordam era um momento em que as taxas de juro estiveram historicamente muito elevadas. A elevação do valor da taxa de juro desvalorizava significativamente o valor da nossa rede. Na altura as negociações foram suspensas e não foram retomadas. -----

----- Houve entretanto uma reorganização no Governo e as responsabilidades deixaram de estar a depender do Ministério da Agricultura e voltaram ao Ministério do Ambiente. Eu próprio e o Senhor Vice-Presidente tivemos uma reunião com o Senhor Ministro do Ambiente, que nos reafirmou mais uma vez a importância que o Estado tinha em que pudesse fechar o ciclo urbano da água e que a EPAL pudesse proceder à aquisição da nossa rede de saneamento e disse que daria instruções à administração da Águas de Portugal e da EPAL para retomarem negociações com a Câmara, tendo em vista retomarmos o negócio no ponto em que ele tinha ficado anteriormente interrompido. -----

----- Posso dizer que de facto fomos contactados pela administração das Águas de Portugal há poucas semanas, dizendo que desejavam retomar o contacto e estive até marcada uma reunião para o próximo dia 23. Acontece que nos últimos dias o Senhor Presidente das Águas de Portugal nos contactou dizendo que mantém todo o interesse mas que consideram que ainda não é oportuno retomarmos as negociações, porque neste momento estão muito empenhados em proceder à integração horizontal dos

vários sistemas de abastecimentos de água e que só depois de estar concluída essa operação retomarão com o Município de Lisboa, e creio que com mais seis ou sete municípios, as negociações para a aquisição da rede de saneamento. -----

----- Portanto, é há poucos dias que nós sabemos que mais uma vez foi adiado por mais seis meses o reinício dessas negociações.-----

----- Qual é a conclusão que nós retiramos deste ponto de situação? Receio que pelo andamento do calendário político esses seis meses se multipliquem no tempo mais uma vez. Já foi assim quando a Câmara mudou, já foi assim nas três mudanças de Governo, já foi assim na outra mudança dentro do próprio Governo, como aconteceu recentemente. Necessariamente, quem chega de novo quer estudar de novo os assuntos que estão pendentes.-----

----- Por isso entendo que podemos tentar avançar com a execução do Plano Geral de Drenagem, como? Pelo seu financiamento através do Fundo de Coesão, porque sem recurso ao Fundo de Coesão não vejo realisticamente possível a Câmara Municipal de Lisboa, com os seus capitais próprios e sem a possibilidade de recorrer a crédito, poder dar execução a uma infraestrutura desta natureza. -----

----- Também gostaria de sublinhar mais uma vez o seguinte: não vale a pena depositar um excesso de confiança naquilo que a intervenção humana não será capaz de contrariar aquilo que é a própria natureza. -----

----- A leitura do Plano Geral de Drenagem, que eu recomendo a todos, é muito informativa sobre a capacidade que o plano tem de retenção, laminação dos caudais e da rapidez do seu escoamento, mas não terá capacidade de fazer aquilo que não tem capacidade de fazer, que é evitar a repetição de situações como as de ontem, desde logo porque a capacidade física de intervenção no tecido da Baixa limita muito a capacidade de ampliação das secções dos coletores que podem ali funcionar. -----

----- Se for ver com atenção a distribuição geográfica das zonas de pluviosidade que tem ocorrido, muitas delas têm-se concentrado a jusante da localização prevista para as bacias de retenção e por isso as bacias de retenção não teriam tido capacidade de intervenção.-----

----- O Plano Geral de Drenagem, que foi aprovado já num mandato meu, deve ser executado na sua diversidade e no calendário que tem previsto. Devemos procurar encontrar os meios de financiamento adequados para a sua execução, mas sem fazer aquilo que é o mais perigoso fazer quando estamos a falar de segurança, que é criar a ilusão nas pessoas de que os riscos se eliminam e que não temos todos que ter uma cultura de proteção e de prevenção relativamente ao risco. Há riscos que efetivamente não se eliminam e é importante para a cidade, é importante para os comerciantes, é importante para os cidadãos, terem noção e conhecimento dos riscos para que não se desprevinam, julgando que estão salvaguardados quando há riscos que não estão salvaguardados. -----

----- É por isso que falar verdade às pessoas é absolutamente essencial, para que as pessoas possam tomar as medidas necessárias à própria prevenção dos riscos inerentes à vida na cidade.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Azevedo (PSD):** -----

----- “Há pouco menos de um ano que discutíamos nesta Assembleia as Grandes Opções do Plano e o Orçamento para este ano, uma discussão onde o Executivo apresentou o seu programa e os seus objetivos para fazer cidade com as opções legítimas de quem viu a sua maioria reforçada pelo voto poucos meses antes. Um projeto assente em cinco eixos estratégicos que tornariam Lisboa mais próxima do cidadão, mais sustentável e mais empreendedora. -----

----- Nós também queríamos uma Lisboa mais empreendedora, mais sustentável e mais próxima do cidadão, mas também queríamos ter uma Lisboa mais limpa, mais verde, mais humana e mais organizada. Gostávamos de ter mais cidade, porque fazer cidade não é só organizar e proteger os locais por onde passa a procissão. É preciso olhar também para a cidade escondida dos olhares de quem nos visita e perceber que há toda uma cidade que necessita de intervenção profunda. -----

----- Fazer cidade é reabilitar e criar condições para que os jovens estudantes e as jovens famílias possam arrendar a preços competitivos, regressando à cidade que os viu nascer. -----

----- Fazer cidade é apoiar ainda mais aqueles que infelizmente vivem na solidão, sem condições, cuja família são os serviços municipais. -----

----- Fazer cidade é criar dinâmicas culturais que nos elevem a um lugar de excelência e de referência na oferta cultural e de lazer. -----

----- Fazer cidade é em articulação com as Juntas de Freguesia, os autarcas de proximidade por excelência, dar-lhes competência mas sobretudo recursos para que sejam eles também decisores de uma política integrada de desenvolvimento e de progresso. -----

----- Fazer cidade é fazer de tudo para garantir que a segurança e a proteção dos cidadãos e de todos aqueles que ajudam a construir a cidade seja uma realidade efetiva. A propósito de segurança, de proteção e de transtorno, é com absoluta preocupação que verificamos o estado da cidade em episódios semelhantes aos de ontem e a forma como esses episódios afetam a vida daqueles que cá vivem e cá trabalham. -----

----- Temos de investir, pegando nas palavras do Senhor Presidente, e onde temos de investir é, apesar das extensas explicações, numa intervenção urgente da Câmara Municipal na rede de condutas e coletores da cidade. É impossível esconder que é absolutamente necessário que se dê andamento ao Plano de Drenagem da Cidade de Lisboa. -----

----- Não é por isso com estranheza e estupefação que registámos as declarações do Vereador da higiene urbana sobre esta matéria. Dizer que estas situações não são ultrapassáveis pela existência de um plano de drenagem e ao mesmo tempo afirmar que a sua existência prática traria melhorias, não deixa de ser uma afirmação confusa. O que é facto é que o papel da Câmara Municipal, o tal fazer cidade, é também minimizar os riscos e sobretudo quando estão em discussão matérias de segurança e de proteção civil e por isso é absolutamente essencial que este plano avance. -----

----- Isto, minimizar os riscos, não é criar ilusões às pessoas, é fazer o trabalho que nos compete fazer. -----

----- Muitos falam em custos elevados para o pôr em prática, outros que precisa de melhorias, mas o que é facto é que é necessário que exista e que sirva melhor a cidade, com ou sem Governo a contribuir, ainda que seja uma competência exclusiva da Câmara Municipal.-----

----- Por isso e porque são necessários esclarecimentos rigorosos sobre o estado deste plano, sobre os seus custos, sobre o modo de implantação e sobre as suas consequências, dirigimos hoje mesmo um pedido de criação de uma comissão eventual para que todos possamos ser esclarecidos e sobretudo para que todos possamos contribuir para que o Plano de Drenagem se torne uma realidade. -----

----- A opção entre fazer obras e apoiar projetos visíveis e a realização de obras que não se veem mas que podem revelar-se de grande utilidade é uma tentação difícil de resistir. Para o bem da cidade é importante que neste aspeto se resista e se avance, para que se possa servir melhor os lisboetas e a cidade. -----

----- Também nesse debate de há um ano a esta parte foi-nos apresentada uma Câmara Municipal com solidez financeira, utilizando aliás uma expressão do Senhor Vice-Presidente Fernando Medina. Não podemos de modo nenhum concordar com a expressão, existe um conjunto de preocupações e riscos que ainda que não coloquem em causa a atividade do Município no muito curto prazo, o farão certamente no futuro caso não sejam combatidos. -----

----- É evidente a fragilidade da receita estrutural da Câmara Municipal de Lisboa, não só pela quebra de receita fiscal, mas sobretudo porque é neste conjunto de proveitos que o Município recebe a sua maior fatia e isto é claramente demonstrativo da fragilidade estrutural das receitas do Município. -----

----- É absolutamente necessário que o Município, no Orçamento que certamente já está a preparar, encontre formas de captação de receita que não dependam exclusivamente do pagamento de impostos. É essencial que se olhe para Lisboa como ponto decisivo de captação de investimento e de outras formas de receita que não dependam exclusivamente dos seus residentes. -----

----- A capitalidade tem custos, é assim em toda a parte, em toda a Europa e em grande parte do mundo. Este será o grande desafio do Município no próximo ano, criar condições para que a sua receita não dependa exclusivamente do pagamento de impostos pelos lisboetas.-----

----- Bem sabemos que a expectativa é baixa em relação a esta matéria. Aliás, já nesta Assembleia, julgo que há duas ou três sessões atrás, foi o próprio Presidente da Câmara que veio a palanque falar na revisão de taxas e impostos do Município, na participação dos municípios na receita do IVA e na expectativa de alteração da Lei das Finanças Locais. Preocupações a mais, diríamos nós, para quem há menos de um ano quase jurou a solidez financeira do Município e o equilíbrio das suas contas. -----

----- Nada como o tempo para nos fazer ver que a solidez é característica, que estas contas e que a situação económico-financeira do Município é coisa que não tem. Aliás, não só não é sólida, como comporta sérios riscos, como certamente nos comprovará o próximo Orçamento Municipal e o próximo relatório de gestão na

confrontação, por exemplo, da previsão excessiva de receitas sobre a venda de património com os valores realmente obtidos. -----

----- Duvidamos seriamente que os 131 milhões de euros inscritos no Orçamento se tornem uma realidade. Temos de investir, temos de crescer, temos de apoiar, diz o Presidente da Câmara Municipal numa declaração passiva, como se não fosse ele o único responsável por esse investimento e por esse crescimento. -----

----- Debater o estado da cidade é necessariamente sermos capazes de responder a uma questão em particular: estamos de facto melhor ou pior? Temos ou não uma cidade melhor? A Câmara Municipal presta ou não um melhor serviço aos lisboetas? Lisboa é hoje ou não um Município com uma sustentabilidade económico-financeira estável e equilibrada. Temos razões para acreditar que não.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Arruda (MPT):**-----

----- “Estamos nesta Assembleia para debater o estado da nossa cidade menina e moça, no final do primeiro ano de governação do atual executivo, mas passados sete anos de liderança socialista, em parceria com movimentos de cidadãos.-----

----- Ao longo da minha intervenção terei oportunidade de referir aspetos positivos e menos positivos que têm ocorrido na cidade, como são os projetos que tardam a ser implementados.-----

----- Vejamos o caso do Regimento Sapadores de Bombeiros que, em 2013, foi aprovada em reunião de Câmara a reforma da reorganização do dispositivo de socorro da cidade de Lisboa, sob forma da proposta 569/2013. Em julho deste 2014, esta Assembleia aprovou a venda em hasta pública, com o nosso voto contra, de um quartel com pouco mais de 10 anos. -----

----- Com um intervalo de pouco menos de um mês, a cidade de Lisboa ficou inundada por duas vezes, com especial incidência na Baixa, em Alcântara mas também no Parque das Nações. Foram períodos de intenso trabalho para o regimento de sapadores de Lisboa não só para socorrer os cidadãos, mas também para defender e minorar os estragos no seu património. -----

----- Uma vez que a proposta anteriormente referida, é manifestamente pouco esclarecedora, o Partido da Terra remeteu um requerimento onde solicitava o estudo que deu suporte à Proposta supra citada, bem como o calendário da respetiva reorganização do dispositivo de socorro da cidade de Lisboa, e que até hoje não obteve qualquer resposta. -----

----- Mas, não somos os únicos a não obter qualquer resposta. Também a corporação aguarda há vários anos, soluções que resolvam os problemas relativos às suas instalações ... ora são desalojados da D. Carlos I, ora são desalojados do quartel de Benfica. O executivo apenas tem apontado caminhos, mas executar que é bom, nada... Tudo continua na mesma. -----

----- Porém, as notícias para a corporação até nem são más de todo, pois, pelo menos para já, não irão ser desalojados do quartel de Benfica. Depois de aprovar um conjunto de hastas públicas, de se ter garantido em sede de Assembleia que o mercado imobiliário já estaria em condições de absorver a oferta, ignorando as reticências da oposição, e até de se afirmar que existia mais do que um interessado para a parcela do

quartel de Benfica, não é que a hasta pública ficou vazia. Pelo conjunto de cinco lotes, onde o quartel se incluía, a câmara contava encaixar um total de 28,7 milhões de euros. -----

----- Como é conhecimento de todos, a Câmara Municipal de Lisboa tem um grave problema de diminuição da receita. A receita total prevista no orçamento do município para este ano ascende a 728 milhões de euros, dos quais 131 milhões (cerca de 18%) deveriam ser obtidos através da venda de património. -----

----- Até meados de Julho estas operações tinham rendido apenas 12,9 milhões de euros. Apesar de as restantes hastas terem tido propostas, parece claro que os objetivos estabelecidos não serão alcançados. -----

----- Na sessão da apreciação da informação escrita foi anunciado a criação de uma nova taxa de resíduos sólidos urbanos, com um valor médio entre os 5,3 euros que são cobrados no município de Loures e os 1,59 euros taxados em Vila Franca de Xira, como forma de fazer face à constante redução de receitas da autarquia. -----

----- Foi também anunciado, uma nova taxa de proteção civil, destinada a cobrir parte da manutenção da unidade do Regimento de Sapadores Bombeiros, que custa ao município 24,2 milhões por ano. Para além de outras soluções que envolvem articulação com o governo, foi também avançado novamente a criação de uma taxa de turismo.-----

----- Tudo aponta que estamos à beira de mais um ano onde a receita irá ficar abaixo do previsto. São vários os caminhos apontados por parte do executivo, que necessitam ser discutidos e consensualizados. Iremos aguardar com preocupação a oficialização das propostas.-----

----- Mas, nem tudo são más notícias. Lisboa tem feito um caminho sólido para se afirmar como um dos principais destinos turísticos europeus e mundiais. Quando andamos por Lisboa, facilmente nos deparamos com a vivência de outras gentes, com outras culturas, elevando o nível cosmopolita da cidade. -----

----- Apesar de haver fatores externos que influenciam a circulação de turistas, como a instabilidade vivida por exemplo em alguns países do norte de África, o trabalho efetuado na promoção da cidade de Lisboa como destino turístico de excelência tem sido determinante. Evidenciamos o exemplo recente do investimento efetuado de mais de um milhão de euros na produção e difusão de vídeo promocional transmitido em 14 países.-----

----- O mercado também não é indiferente à realização de grandes eventos, como foi a receção em Lisboa da final da Liga dos Campeões, que apesar de existirem aspetos negativos, não deixou de ser um excelente canal e oportunidade para divulgar a cidade e promovê-la como destino turístico. Estima-se que nos últimos dez anos, mais de 37 milhões de turistas visitaram Lisboa, gerando receitas superiores a cinco mil milhões de euros no sector hoteleiro.-----

----- No inquérito à satisfação e imagem da região de Lisboa um dos aspetos mais relevados na visita foi o sentimento de insegurança. É certo que têm sido feitos alguns progressos nesse sentido, nomeadamente a nível da videovigilância, que apesar dos atrasos, está em funcionamento no Bairro Alto, um dos principais pontos de animação

noturna na cidade de Lisboa. É também conhecimento que a autarquia tem intenção de avançar com o projeto na baixa de Lisboa, seguindo o corredor que se estende até à Almirante Reis. -----

----- O Partido da Terra reconhece a importância destes instrumentos de suporte à segurança da cidade, mas em momento algum devem-se substituir pelo patrulhamento e pelo policiamento de visibilidade. O último ano ficou marcado pelo encerramento de algumas esquadras na cidade de Lisboa, sem que fosse garantido o funcionamento das soluções propostas. -----

----- Estão a crescer um pouco por toda a cidade um conjunto de incivildades que podem colocar em causa a imagem e o sentimento de segurança de todos os que vivem e sentem Lisboa. Um pouco por toda a cidade, vão surgindo autênticos ataques ao património da cidade. Alguns podem chamar arte, mas os rabiscos que vão surgindo nos prédios e monumentos não são mais de autênticos ataques selvagens, que influencia negativamente a imagem da cidade. -----

----- São vários os exemplos que ilustram esta praga que se abateu um pouco por toda a cidade – desde a Rua da Boavista, o Largo de São Paulo, Avenida D. Carlos I entre outras. Também a Junta de Freguesia de Campolide denunciou a constante vandalização do Aqueduto das Águas Livres, no início do troço sobre o Vale de Alcântara, onde têm surgido muitos graffiti. -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa anunciou em fevereiro de 2013, um Plano de limpeza contínua das principais ruas da cidade que iriam custar 600 mil euros por ano. O referido plano de limpeza, que seria diária, dos graffiti e sobretudo dos chamados tags, assinaturas e nomes espalhados pela cidade, arrancava em Abril ou Maio. O que é certo, é que infelizmente, ainda não sentimos o seu efeito. -----

----- Mas, nem tudo é mau no mundo dos graffiti. Naqueles que são vistos como arte, Lisboa está no top das melhores cidades para ver graffiti. O portal "*Huffington Post*" escolheu 26 cidades no mundo para ver "*street art*" e Lisboa surge logo em 6.º lugar na lista. Este destaque só foi possível devido ao trabalho desenvolvido no âmbito do projeto da galeria de arte da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- O Partido da Terra é favorável às manifestações de arte de rua, devidamente autorizadas e organizadas. Elas constituem-se numa mais-valia para a cidade, que pode e deve ser potenciada. Porém, condenamos toda a vandalização do património que não se insira dentro da arte urbana. Passou mais de um ano da entrada em vigor da Lei que regula a realização de 'graffiti', mas nada mudou. As paredes continuam a estar repletas de inscrições que mancham a imagem da cidade. -----

----- Existe a necessidade de trabalhar a prevenção e fiscalização. Existe a necessidade de identificar e cativar estes grupos para efetuarem as suas manifestações de forma controlada, dando-lhes espaços próprios para se exprimirem. Por outro lado, existe a necessidade de aumentar a fiscalização e o policiamento de visibilidade. -----

----- Seria importante expandir o trabalho efetuado no âmbito da galeria de arte urbana da Câmara Municipal, aos bairros mais problemáticos da cidade. Essas iniciativas podem melhorar o sentimento de pertença por parte dos residentes e melhorar a

relação com o seu espaço. Não será novidade, esse trabalho está a ser continuado em Loures, num projeto ainda do executivo socialista.-----

----- Realizou-se há pouco mais de 15 dias as jornadas europeias do património onde o Património é a personagem principal, e cujo objetivo é sensibilizar os cidadãos para a proteção do património. -----

----- Em Lisboa deparamo-nos com algumas das mais emblemáticas residenciais aristocráticas dos Séc. XV e XVIII, num estado lamentável. Apesar de alguns destes monumentos já terem tido o seu restauro pré - anunciado, como são os casos do Palácio dos Condes da Ribeira Grande, do Palácio Alva e do Palácio Sinel de Cordes, outros, embora sejam de propriedade da Câmara (Palácio Marim-Olhão e Palácio Pombal) continuam ao abandono, caso para dizer “casa de ferreiro, espeto de pau”. ----

----- Para além dos Palácios, também os chafarizes de Lisboa que se encontram espalhados um pouco por toda a cidade, hoje classificados como património nacional ou municipal, têm sido alvo de abandono. O que não se percebe, uma vez que em 2013, foi aprovado por unanimidade, nesta AML uma recomendação que visava que a CML implementasse um Plano de Reabilitação das fontes, fontenários e Chafarizes. --

----- Quem passa por exemplo na Rua do Arco de S. Mamede, depara-se com um chafariz tardo - barroco. Este chafariz que fazia parte da rede secundária de chafarizes que se usavam quando era necessário reparar ou limpar determinados troços do Aqueduto das Águas Livres, e que outrora desempenhava um papel primordial no fornecimento de água, presentemente, tem inúmeras funções, desde depósito de lixo, morgue de pombos, casa de banho. -----

----- Também ligado ao património o Partido da Terra em conjunto com os Independentes, apresentou uma recomendação pela salvaguarda do património azulejar. Passados quase 4 anos da recomendação ter sido aprovada por unanimidade, não se vê qualquer tipo de plano de salvaguarda em prática. -----

----- Basta passar em algumas ruas, como é o caso da Av. 5 de Outubro com Av. Visconde Valmor, Rua das Portas de Santo Antão com a Calçada do Lavra, Rua Andrade 17 a 29, entre muitas outras. Meus senhores, o património azulejar da cidade está a desaparecer a um ritmo avassalador, por roubo e vandalismo, bem como pela destruição autorizada durante operações urbanísticas. -----

----- Ao nível da mobilidade urbana, queremos destacar as várias tentativas de criação de uma rede de bicicletas partilhas, desde 2007. O uso da bicicleta constitui-se o modo de deslocação mais eficiente, onde as deslocações médias não excedem os 3 km, apresenta ganhos ambientais e energéticos contribuindo para a diminuição das emissões de gases com efeito de estufa e, entre outros aspetos, contribui para diminuir os níveis de sedentarismo da população. -----

----- A última versão do projeto que conhecemos englobava a disponibilização de 300 bicicletas, construídas em Portugal, a serem utilizadas num itinerário de onze quilómetros, num investimento, incluindo o primeiro ano de funcionamento do sistema, de dois milhões de euros. O objectivo é ligar, progressivamente, o Parque das Nações ao Guincho, em Cascais, através do “bike-sharing”. São vantagens reconhecidas por todos e aguardamos pela efetiva concretização do projeto. -----

----- Com o tempo disponível será difícil abordar todos os temas, pelo que decidi terminar a minha intervenção com o tema da educação, um elo fundamental no desenvolvimento pessoal e coletivo de uma sociedade. -----

----- Devido ao défice de vagas nas Creches em Lisboa, e como forma de levar a cidade até à escola e vice-versa, a CML, em 2011 anunciou um Programa de Creches para crianças com idade até 3 anos, que designou de *B.A. Bá*, que dotava a cidade de 2500 vagas, distribuídas pela construção de 11 creches em estruturas modulares. -----

----- O Partido da Terra reconhece a coragem política da Câmara Municipal de assumir a iniciativa em áreas que são da competência direta da administração central, em prol da melhor qualidade de vida dos munícipes. Esperamos que os problemas relacionados com a gestão de alguns equipamentos estejam resolvidos e que a câmara municipal tenha a capacidade de concluir o programa inicialmente estabelecido. -----

----- E assim vai a nossa capital onde “nem tudo é um mar de rosas, mas mesmo se assim fosse há os que não gostam de flores”.-----

----- Disse.-----”

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo (PS):** -----

----- “Não foi pelo mar de rosas, mas escolhi uma gravata cor-de-rosa para estar hoje aqui presente, porque já sabia que alguns dos meus colegas Deputados Municipais iam sempre falar de uma visão cor-de-rosa da cidade, ou então iam colocar a pergunta que o Deputado Municipal Sérgio Azevedo aqui colocou. -----

----- Quando nós debatemos o estado da cidade, de facto deve ser essa a pergunta. Lisboa está melhor ou não está melhor?-----

----- Lisboa está muito melhor do que há um ano, Lisboa está mesmo muito melhor do que quando António Costa assumiu a Presidência da Câmara e pelo menos a esmagadora maioria dos lisboetas concordam que nós temos que fazer no País aquilo que tem sido feito em Lisboa.-----

----- Como era Lisboa quando António Costa assumiu a sua liderança? Nós tínhamos uma maioria política institucional que tinha implodido, uma situação financeira desastrosa e a cidade estava paralisada. Não há comparação entre o estado da cidade hoje e o estado da cidade por esses dias, mas Lisboa está muito melhor do que estava há um ano atrás.-----

----- Muitos exemplos poderiam ser dados e serão certamente abordados ao longo desta tarde, alguns já o foram, mas eu quero começar pela reforma administrativa da cidade. Hoje temos 24 Freguesias com mais competências, mais meios financeiros, mais recursos humanos, na linha das unidades de coordenação territorial. Hoje a Câmara Municipal foca-se melhor naquilo que tem que fazer, pois descentralizou áreas de intervenção para quem está mais próximo das populações. Por isso Lisboa está melhor e temos que fazer no País aquilo que foi feito em Lisboa, reformar e descentralizar.-----

----- Lisboa e outros municípios podem e devem receber do poder central competências em áreas como na saúde, na educação, na economia, nos transportes, na fiscalização do trânsito.-----

----- Mas não temos que fazer no País apenas e só essa descentralização. Há outros exemplos que podem e devem ser dados daquilo que tem sido feito em Lisboa: -----

----- Estabilidade fiscal e diminuição da despesa. Temos vindo a diminuir progressivamente a despesa do Município. Tivemos um acordo aprovado por unanimidade na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal, em que Lisboa se tornou no município da Área Metropolitana de Lisboa com as taxas de IMI e IRS mais baixas. Lisboa devolveu aos seus residentes 28 milhões de euros em sede de IRS e cobrou menos no IMI e ao nível da conservação de esgotos. No total Lisboa devolveu à cidade perto de 50 milhões de euros. -----

----- Também aqui Lisboa está melhor e também aqui temos que fazer no País aquilo que tem sido feito em Lisboa. Não estando, naturalmente, a cidade e as finanças da Câmara imunes àquilo que tem sido a grande crise que afetou o País e também as políticas erradas do Governo PSD/CDS, que a têm agravado. -----

----- Outro exemplo daquilo que tem sido feito em Lisboa e que é um bom exemplo para o País é a promoção e a aposta da economia. Também aqui Lisboa tem sido esse exemplo, ao nível do apoio à criação de empresas, enquanto polo de atratividade turística, na requalificação do espaço público, na dinamização dos mercados da cidade, com o programa ‘Loja no Bairro’, com a dinamização cultural acrescida, com programas de reabilitação, com vários planos em curso no domínio do urbanismo. É esta aposta na economia que o País tem de fazer muito mais. -----

----- Respostas sociais à crise que a todos tem afetado, outro bom exemplo que Lisboa tem dado e que muitos exemplos podem ser abordados nesta matéria das respostas sociais. Fundo de Emergência Social, Subsídio Municipal de Arrendamento, BIP-ZIP, renda convencionada, balcão para a parceria social, valorização dos direitos sociais e das políticas de igualdade. Podia continuar com muitos outros exemplos que são positivos para o País e que são imagens de marca da gestão da Cidade de Lisboa. -----

----- Descentralização, estabilidade fiscal, economia, respostas sociais. Uma Lisboa em contraciclo com o País, uma Lisboa que está melhor, uma Lisboa que deve escalar estas prioridades para o País, mas muitos outros exemplos poderíamos dar do trabalho que tem sido feito na cidade. Reabilitação de bairros históricos, valorização de pequenas praças e jardins, conjugação de investimento público e privado, casa dos animais, hortas urbanas, vias cicláveis, plano de acessibilidade pedonal, Colina de Santana, Orçamento Participativo, aquisição de equipamentos de proteção individual para o Regimento de Sapadores Bombeiros. Não chega o tempo que temos, e é muito, para descrever o bom trabalho que tem sido feito na Cidade de Lisboa. -----

----- Mas é Lisboa uma cidade perfeita? Não, naturalmente que não é. Estamos totalmente satisfeitos com o trabalho? Não, naturalmente que não estamos, porque queremos sempre mais e melhor. -----

----- Queremos continuar a fazer cidade, a fazer mais e melhor e o Presidente da Câmara António Costa já deu hoje aqui na sua intervenção inicial alguns exemplos daquilo que nós queremos fazer. Nós temos que redefinir o modelo de receita estrutural do Município face à evolução negativa da receita, fruto da crise que afeta a nossa economia. Nós temos que melhorar ao nível da higiene urbana, temos que

alargar a dinâmica da reabilitação e do investimento a outras zonas da cidade, temos que implementar o plano de drenagem que tem sido aqui muito focado. A este propósito, fica aceite o repto do PSD para viabilizarmos uma comissão eventual, ou então para discutir esta matéria numa das outras comissões existentes. -----

----- Nós aqui nunca nos escondemos, nós aqui estamos sempre disponíveis para debater, para esclarecer, porque todos temos um contributo construtivo para continuar a fazer cidade. Nós temos que valorizar cada vez mais as políticas de habitação e as políticas de apoio ao comércio. Nós temos que ter uma intervenção direta nos transportes. Como já disse, Lisboa tem que assumir cada vez mais responsabilidades que estão atualmente cometidas ao poder central. -----

----- Se muito trabalho já foi feito, muito há ainda por fazer. O futuro desta cidade tem que ser construído desde já, a partir deste presente que bem conhecemos e que temos obrigação de proteger e reinventar. -----

----- Uma última nota: Lisboa está também bem e recomenda-se do ponto de vista político e institucional. Contrariamente ao que muitos por vezes procuram fazer crer, na ausência de motivos palpáveis de crítica à ação da Câmara ou na ausência de verdadeiras políticas alternativas, como temos visto ao longo deste debate.-----

----- O Presidente António Costa lidera bem a sua equipa e está ao leme da cidade, os Vereadores cumprem nas suas áreas. Lisboa está a trabalhar e bem, como se viu e como se tem visto, e se tal for necessário e quando for necessário, como já disse na Assembleia Municipal passada, o Vice-Presidente Fernando Medina será naturalmente um sucessor à altura.-----

----- O funcionamento institucional da Câmara e da Assembleia Municipal, ao contrário de tempos passados quando António Costa assumiu a liderança da Câmara, tem sido merecedor de elogios. A maioria plural que forma este projeto autárquico, composta pelo PS, pelo Movimento ‘Cidadãos Por Lisboa’, pela Associação ‘Lisboa é Muita Gente’ e por largas dezenas de independentes, está também bem e também se recomenda.-----

----- Não quer dizer que estejamos sempre todos de acordo em tudo e em todos os momentos, mas isso só surpreende quem tem uma visão menor da política, das convergências, do relacionamento entre a Câmara, a Assembleia Municipal e as Freguesias. A convergência com quem quer convergir, que sempre temos praticado em Lisboa neste projeto autárquico sob a liderança do António Costa, só tem sido possível com personalidades fortes que têm ideias para a cidade. É na síntese dessa diferença de ideias, é na síntese dessa pluralidade e diversidade que tem sido feita a diferença em Lisboa, uma diferença claramente positiva e que torna Lisboa melhor hoje do que há um ano, que torna Lisboa melhor hoje do que quando António Costa assumiu a sua liderança’. -----

----- É também deste tipo de convergências que nós precisamos no País.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Ferreira de Lemos (CDS-PP):**-----

----- “As minhas primeiras palavras hoje dirigem-se sobretudo aos lisboetas, aos comerciantes, aos lojistas, que sofreram elevados prejuízos materiais e morais nas inundações de ontem, que aliás se vão tornando habituais neste outono de 2014. -----

----- Lamento, apesar das palavras já ditas pelo Senhor Presidente da Câmara, que desta vez nem uma só palavra de conforto por parte da Câmara. É lamentável Senhor Presidente, é caso para dizer que deixe os lisboetas viver uma vida desafogada. -----

----- Neste debate sobre o Estado da Cidade quero começar por afirmar que a cidade, quando não está submersa, não está pior nem melhor do que se encontrava há seis anos, mas também quero afirmar que poderia estar bastante melhor, como nos foi prometido pelo ainda Presidente António Costa e pelo Partido Socialista. -----

----- Não é possível não referir os apoios financeiros governamentais, que poderiam ter sido melhor aproveitados, com certeza na redução da dívida mas também em melhorias visíveis e sentidas pelos lisboetas. -----

----- O Senhor Presidente, agora também líder da oposição e presumo que candidato nas próximas eleições a Primeiro-Ministro, verifico o seu apetite insaciável por outros lugares que não aqueles onde está, abandonando a liderança desta maioria e assim pretendendo não lhe serem assacadas as respetivas responsabilidades. Permita que lhe diga, não tememos a sua saída, nem tememos os seus ralis, a velocidade acelerada em estradas sinuosas e procurando os aplausos de quem o contestava e agora aplaude a cada curva com virtuosismo. Siga o seu percurso com obstáculos, mas diga-nos qual o caminho em relação a Lisboa. -----

----- O CDS de Lisboa quer questionar o ainda Presidente sobre três temas que consideramos relevantes para o futuro de Lisboa: impostos e taxas, reforma administrativa, Área Metropolitana de Lisboa. -----

----- Relativamente aos impostos e taxas, até quando este aparente contraciclo com o Governo? Quando ao Governo são exigidos esforços brutais na procura de moderação fiscal, o Senhor Presidente diz-nos que as receitas do Município estão a diminuir e mesmo com a redução da despesa é necessário aumentá-las. Consideramos uma falta de solidariedade com os munícipes, com as outras autarquias e com os portugueses e com Portugal no seu esforço permanente de consolidação orçamental. -----

----- Como pretende ultrapassar esta circunstância, uma verdadeira quadratura do círculo que tão à vontade parece querer arredondar? -----

----- Na sua dupla função de Presidente da Câmara e chefe da oposição, como é que pretende defender a redução de impostos? Claro que não para já, mas daqui a um ano, quando no próximo mês irá apresentar um orçamento camarário com acréscimo de receitas e com provável aumento de impostos e até novos impostos e taxas. -----

----- A receita do Município reduz-se, porque continua o processo de hasta pública com a ideia ingénuo e romântica de que as privatizações patrimoniais são suficientes para tudo. É a continuação da velha ideia de um fundo imobiliário, que constatou não ser viável nos moldes que programou, mas para espanto de todos, empresas governamentais até dispensáveis conseguem melhores resultados com património localizado em Lisboa. -----

----- Em receitas extraordinárias o Executivo atua de igual forma do Governo, só que com resultados exíguos ou nulos. É preciso não só querer, mas saber e o regime dos vistos *gold* dá uma boa ajuda. -----

----- Será que o próximo orçamento camarário terá impostos de turismo? Será que terá acréscimos de impostos de saneamento básico? Será que terá novas taxas de proteção civil? Será que irá aumentar o IMI? Em breve saberemos. -----

----- Relativamente à Área Metropolitana de Lisboa, Lisboa é a capital de Portugal e da Área Metropolitana de Lisboa, a Europa e o mundo vivem uma tendência concorrencial que assenta na competição das cidades. As cidades são o motor e a concorrência é o combustível desta competição. As cidades, sobretudo as metropolitanas, enfrentam desafios no turismo, nas ciências, na inovação, nas indústrias criativas, que pressupõe sinergias com as áreas limítrofes, que lhes dão dimensão e complementam. -----

----- Gostaríamos de saber como pretende prosseguir a reforma administrativa de Lisboa e da Área Metropolitana de Lisboa e o que é necessário do Parlamento, do Governo e dos municípios. -----

----- Os custos da capitalidade, que inequivocamente impendem sobre Lisboa, não podem levar ao esgotamento financeiro de outros municípios. Não era a nossa opção, mas apoiámos o início da reforma administrativa em Lisboa. Recomendámos prudência e gradualismo dentro do espírito de colaboração reformista, não nos ouviram e as coisas não nos correram bem como esperavam e estão mesmo a correr bastante mal. -----

----- Estamos de acordo que a reabilitação urbana é uma prioridade contínua, aliás sistemática e contínua, nos próximos anos. Debateremos esta prioridade com realismo e espírito democrático. -----

----- Para terminar, pedimos à Câmara e ao Governo moderação fiscal. Pedimos à Câmara estabilidade na governação da cidade e se o Presidente quiser abandonar, que deixe um sucessor com capacidade de continuar o que está bem e alterar rapidamente e urgentemente o que está mal. -----

----- Uma breve nota sobre transportes e infraestruturas. O Governo privatizou o Aeroporto de Lisboa, a Câmara concordou e foi ressarcida financeiramente. Hoje temos Lisboa com menos custos, com melhor qualidade, com mais segurança e com mais turistas, como aliás já aqui foi referido. Siga a Câmara este caso de sucesso, em que até participa a partir da semana passada no Conselho Consultivo do Aeroporto de Lisboa, para além de outros poderes municipais que a Lei lhe confere. É uma forma semelhante e de sucesso que entendemos ser o mais apropriado para o novo modelo de gestão dos transportes urbanos da Cidade de Lisboa e suburbanos relativamente a toda a Área Metropolitana de Lisboa.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN):** -----

----- “Há cerca de um ano atrás, a propósito da aprovação do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, manifestámos o nosso desejo que o programa de governo para a cidade pudesse vir a ser cumprido, pois se assim fosse Lisboa estaria claramente melhor no fim do atual mandato. -----

----- Passámos quase um quarto do mandato e podemos pelo menos desde já analisar as tendências da governação para aferirmos se existem rotas a serem corrigidas, a

introdução de novos paradigmas a adotar. Não podemos esquecer a etimologia da palavra Vereador, que significa escolher as melhores veredas, os melhores caminhos.--

----- Apresentámos algumas ideias novas que sabemos estão a fazer o seu curso normal na alteração de mentalidades. Outras iremos ainda apresentar e desde já agradecemos a receptividade que tem sido demonstrada pelo Executivo para bem da cidade. -----

----- Temos que reconhecer que o saldo do primeiro ano é globalmente positivo, conquanto o trabalho que ainda temos pela frente seja de enorme dimensão. Iremos por esta razão listar os aspetos mais positivos, bem como os que não tão positivos e que deverão ser corrigidos. -----

----- Começamos por congratular o Senhor Presidente da Câmara, Doutor António Costa, pela sua decisão de permanecer mais um ano com a cidade. Terá mais um ano para demonstrar as suas qualidades de liderança, promovendo as alterações que urge efetuar na Cidade de Lisboa e que esperemos que sejam úteis para os seus desafios futuros. -----

----- Existem, como em qualquer governo, áreas de atuação que funcionam melhor e outras que não funcionam tão bem. Gostaria de começar por uma área que é especialmente cara ao PAN e que está ligada à Vereação do Doutor Duarte Cordeiro, que tem a ver com a política animal, nomeadamente no que diz respeito aos animais de companhia. O novo caminho que foi iniciado pelo Senhor Vereador fica a seu crédito como a primeira grande alteração de política animal numa cidade portuguesa.--

----- O PAN, a nível político, tem realçado o mérito da Vereação em ter a coragem de fazer o que se espera de um Vereador, traçar novas veredas de atuação adaptadas aos tempos que correm e tem feito de Lisboa exemplo para todo o País. -----

----- Um ano passado desta nossa decisão de colaborar com o Executivo pelo bem da cidade sentimos que o nosso esforço foi validado e esperemos que dentro em breve outros Vereadores possam adotar algumas outras propostas do PAN e que com isso alterem também paradigmas obsoletos que urge substituir. Mudar de rumo quando algo vai mal ou se torna inaceitável quando existem alterações de consciência na população é uma prova de coragem e não de fraqueza. -----

----- Começemos pela cultura. Em pleno século XXI as práticas sanguinárias herdadas dos coliseus romanos, em que animais sencientes são sujeitos a tortura e morte, podem ainda ser legais no nosso País mas pelo menos os responsáveis pela cultura, nacionais e municipais, já deveriam estar a fazer campanha junto da população para promover um maior respeito pelo programa de governo da cidade no sentido de transformar Lisboa numa cidade mais verdadeiramente culta e cosmopolita. -----

----- Como dizem os ativistas desta área, tortura não é cultura. Será que é assim tão difícil perceber? -----

----- Uma outra atividade não tão obscenamente sanguinária, uma vez que os maus tratos se passam sobretudo fora da vista dos espetadores, são os circos com animais. Estas duas atividades são incompatíveis com uma conduta culta e civilizada, pelo que gostaríamos que a Senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto pudesse encetar um programa no seu pelouro no sentido da abolição dos maus tratos inaceitáveis que são

exercidos sobre estes animais, uma vez que é reconhecido a nível governamental e pelos vistos no País que estas atividades são culturais. Se não for possível legalmente efetuar já estas alterações, pelo menos que se vá criando uma consciência na população de que isto não é aceitável. -----

----- Quanto à educação, tornou-se um facto científico incontestado que entre 20% e 50% dos gases de efeito de estufa a nível mundial são hoje provocados pelo consumo de proteína animal, associada à indústria agropecuária intensiva. Como vão os países e a cidade responder a este desafio? Como vai esta nossa Cidade de Lisboa responder a este desafio? Obviamente que não pode ser por proibições que estão ainda fora da consciência coletiva. -----

----- É aqui que entra o papel dos educadores e de quem os superintende, neste caso o pelouro da Vereadora Graça Fonseca. Educar para o mundo tal como ele é hoje é diferente de há 10 ou 20 anos. As transformações planetárias que se vão operando em tempo real, à frente dos nossos olhos, obrigam a um repensar constante de todas as nossas opções. Programas como as ‘segundas sem carne’ em todos os refeitórios do Município, associados à instituição de um prato vegetariano nos refeitórios e restaurantes dependentes do Município, incluindo refeitórios das escolas, tornam-se um primeiro passo obrigatório para a transformação das consciências. -----

----- Aliado a isto, deverão ser incluídas matérias curriculares nas escolas que permitam educar as crianças para estas matérias. -----

----- Quanto às transformações climáticas e a cidade, tivemos esta semana um bom exemplo de que algo vai ocorrendo diante dos nossos olhos. Como o Senhor Presidente referiu, as frequências já não são de 20 em 20 anos, as frequências são de poucos em poucos anos e isso é algo que está previsto nas transformações climáticas, a maior frequência de eventos extremos e nomeadamente de cheias. -----

----- Uma nova visão sobre a resolução de problemas desta magnitude passa por novas abordagens de engenharia baseadas em simuladores de precipitação no terreno e depósitos de acumulação de águas originadas nestas circunstâncias. A realidade é que não faz sentido redimensionar as redes pluviais de todas as cidades para comportar este tipo de situações. -----

----- Tal como referiu o Senhor Vereador Duarte Cordeiro, o Plano de Drenagem de Lisboa, embora atrasado e urgente, não resolve situações como as que ocorreram esta semana e no dia 22. -----

----- Queríamos também referir os aspetos que nos mereceram a nossa aprovação inquestionável. O esforço e o trabalho desenvolvido pelo Senhor Vereador João Afonso em prol dos direitos sociais da Cidade de Lisboa, bem como a atuação brilhante da Senhora Vereadora Paula Marques, que tem transformado a vida de muitos bairros sociais de Lisboa numa atividade incansável e que por isso achamos que é urgente disponibilizar novos instrumentos tipo PIPARU para que esta tarefa meritória possa ser prosseguida. -----

----- A transformação de bairros que em tempos já foram considerados problemáticos em progressivamente exemplos de boa convivência urbana, com espaços públicos que

não se envergonham perante outras zonas da cidade, é algo que deve ser publicamente aplaudido e realçado. -----

----- Finalmente queria deixar umas palavras para os sectores dependentes do pelouro da segurança e da proteção civil. Na área da segurança e naquilo que se refere à Polícia Municipal, considerando as suas atribuições, entre elas toda a fiscalização não técnica do urbanismo, ocupações de via pública, esplanadas, publicidade, estabelecimentos, animais, mercados, feiras e venda ambulante entre outras funções, como policiamento comunitário, reboques, trânsito, viaturas abandonadas, parece-nos que o Senhor Vereador do pelouro já deveria ter feito mais no sentido de aumentar os seus quadros. Senão vejamos:-----

----- Segundo o próprio site da Câmara, este serviço tem um total de aproximadamente 500 efetivos. Está previsto um efetivo total de 857 funcionários, estando ainda por preencher aproximadamente 450 vagas. A média de idades é de 46 anos, sendo a idade da pré-reforma dos agentes da PSP os 55 anos. -----

----- Saliente-se ainda que muitos dos fiscais e assistentes técnicos que transitaram para a PM em 2011 aproveitaram a oportunidade de transitar para as Juntas de Freguesia e já não se encontram na Polícia Municipal. Têm que ser criadas condições para que os funcionários da Câmara se possam sentir atraídos pelo ingresso como civis na PM, fazendo-os frequentar o CEFA.-----

----- No que toca aos não civis, é importante que a PSP possa definir definitivamente passar para a gestão municipal e que se tal se mostrar impossível, por recusa da Administração Central, devia ser considerada a criação de uma escola de Polícia Municipal.-----

----- É urgente que esta e outras medidas se concretizem, pois a situação atual assim o exige. De acordo com dados de gestão de ocorrências e pedidos de informação, este serviço demora em média 30 dias a dar resposta aos cidadãos. Ou seja, o munícipe apresenta uma queixa e em média a polícia da cidade demora 30 dias a responder.-----

----- Quanto à frota motorizada, é de referir que não só é insuficiente para as necessidades, como alguma está completamente desatualizada. Por exemplo, a maioria das motas são de 1998, o que tem um custo elevado em manutenção para a Câmara.-----

----- Em resumo, a PM tem um quadro de pessoal insuficiente e envelhecido, com 40% do efetivo em falta, tem um parque de viaturas insuficiente para as necessidades, pelo que tudo nos leva a crer que com estas deficiências as necessidades da nossa cidade não são correta e atempadamente correspondidas. -----

----- No que diz respeito à proteção civil, o mais importante neste momento é que a Vereação assuma o que aparentemente competiria ao Estado Central, ou seja a execução de um plano de autoproteção e resiliência, que não pode esperar mais. -----

----- O trabalho que tem vindo a ser feito nesta matéria é manifestamente insuficiente e necessita de ser claramente desenvolvido para patamares diferentes dos atuais, tomando como exemplos os planos do mesmo teor desenvolvidos para cidades de elevado risco sísmico. Nesta matéria instamos a que a Vereação seja mais proactiva e possa urgentemente pôr estes sistemas a funcionar. -----

----- Gostaríamos de ver estas mudanças poderem acontecer até ao fim do ano. Caso por qualquer razão isto não seja possível, o PAN compromete-se a desenvolver esforços de auto-organização da sociedade civil que possam suprir esta continuada lacuna. -----

----- Pelo bem de tudo e de todos.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP):**-----

----- “A qualidade de vida na Cidade de Lisboa, para quem cá mora e quem cá trabalha, está francamente mais degradada e muitos são os motivos para que tal aconteça e bem conhecidos são os responsáveis políticos. -----

----- O empobrecimento da cidade e do País deve-se em primeiro lugar às políticas de direita que nos têm governado em alternância. O governo de turno PSD/CDS assume-se como responsável direto pelo empobrecimento dos portugueses em geral e dos lisboetas em particular. O desemprego na cidade e a baixa de salários reais, o agravamento dos custos das comodidades e meios de vida como a habitação, energia, alimentação, têm agravado e contribuído para o seu esvaziamento. -----

----- Lisboa produtiva está em acelerado retrocesso e que nunca será contrariado por uma certa reanimação turística e a promoção de emprego por atividades mais ou menos voláteis e transitórias.-----

----- Ao PSD/CDS se deve o estrangulamento financeiro das autarquias e a contra reforma administrativa em curso, de fusão das freguesias, e outros atentados em preparação contra os municípios, tentando liquidar a sua autonomia e a qualidade eficiência económica dos seus serviços prestados.-----

----- Aqui uma palavra especial ao PS de António Costa, que nesta matéria assume a primazia de ter sido o pioneiro da malfadada desorganização e desconcentração administrativa, com a fusão brutal das Freguesias de Lisboa e as consequências nefastas que vamos presenciando e que merecem uma reflexão mais alargada. -----

----- O Governo é também responsável pela degradação dos serviços de responsabilidade central existentes na cidade. Lisboa é vítima comprovada das malfetorias do Governo em matérias como a saúde, a educação a todos os níveis, a segurança social e a generalidade dos serviços públicos centrais como a segurança e os transportes. -----

----- Não será por acaso que nesta Assembleia a voz dos partidos do Governo se tem limitado a espaços, a pequenos gritos de alma de quem está comprometido com estas deletérias políticas a nível central e, portanto, sem autoridade para propor qualquer medida que seja favorável à cidade. No essencial apoiam o PS de António Costa nas malfetorias, claro. -----

----- Esta apreciação não invalida o voluntarismo de um ou outro Deputado Municipal do PSD, que raramente conseguem ultrapassar as contradições da política de direita no Governo do País e da cidade. Mas o que mais impressiona na cidade é a pobreza, a injustiça social e as desigualdades. -----

----- Como reconhece o Vereador João Afonso, a situação na cidade é calamitosa devido ao corte violento por parte do Governo nos apoios sociais individuais e das subvenções às organizações da área social. -----

----- A Cidade de Lisboa cuida mal dos seus povos e tende a tornar-se um património morto, animado por turistas, com ilhas reservadas aos ricos e poderosos e em geral pasto de negócios imobiliários de compra e venda, onde o Município dá o seu contributo. Então o que faz o Município de Lisboa e qual tem sido o papel dos seus atuais dirigentes do PS e António Costa? -----

----- No fundamental não se tem oposto ou mesmo contestado de forma veemente as medidas do Governo prejudiciais à cidade. Na segurança e policiamento tem dito 'sim, amén', na liquidação dos hospitais da Colina de Santana e outros, bem como nos respetivos negócios imobiliários, 'sim, amén'. Aqui há que realçar a revolta do povo de Lisboa manifestada nesta Assembleia, ainda que não totalmente correspondida na resolução final, mas que decerto vai marcar o futuro. -----

----- No desenvolvimento dos equipamentos da escola pública, no seu ordenamento e adequação às necessidades, tem dito sim aos ditames centrais, 'amén'. No corte aos apoios e às organizações sociais da cidade, aos muito pobres que habitam e à falta de clareza do papel da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, que se comporta como se fosse uma instituição de caridade, tem dito 'nim, amén'. -----

----- Na desorganização e insuficiência dos transportes públicos, não se tem ouvido a voz forte da oposição do município da Capital. Acompanhamos preocupados as tentativas de negociata da privatização dos principais operadores da cidade. Não defende a cidade nem os municípios, incluindo os concelhos vizinhos. -----

----- Sim é verdade, na defesa da EGF e da gestão municipal do ciclo do lixo estamos de acordo. Já no caso das águas de consumo humano e residuais gostaríamos de ver maior clareza e firmeza. Se não temos boa experiência com a intervenção das empresas públicas na gestão de interesses municipais, não lhes atribuíamos mais responsabilidades porque mais tarde ou mais cedo estaremos confrontados com a sua privatização e então, se o Município defende mal os interesses dos cidadãos de Lisboa junto do poder central, será que na área das suas competências os resultados são bons? Infelizmente a resposta em geral negativa e a má qualidade de vida na cidade comprovam. -----

----- Podem evocar como atenuantes o baixo orçamento, o desfavorecimento no modo de financiamento autárquico, a injusta exclusão dos financiamentos e investimentos centrais, sejam eles europeus ou do Estado. Podem mesmo dizer que este é o primeiro ano da contrarreforma administrativa da Cidade de Lisboa. Podem mesmo evocar os constrangimentos centrais na contratação de trabalhadores, mas nada disso é justificação para tão fraca e pouca efetiva atividade municipal. -----

----- Para confirmar a falta de dinâmica do Executivo Municipal gostaria de evocar mais uma vez o tão maltratado relatório anual de 2013 da Comissão Para a Promoção das Boas Práticas na Câmara de Lisboa, que aponta claramente para um disfuncionamento da monitorização do licenciamento urbanístico, para além de questões concretas da falta de qualidade do espaço urbano, maus pisos de estradas e arruamentos. -----

----- Mas afinal quem estará contente na cidade com as políticas do PS de António Costa? Certamente a larga família dos especuladores imobiliários de todos os tipos e

nacionalidades, o capital nacional e internacional e por certo os abastados e ricos das ilhas de excelência. -----

----- A satisfação das necessidades dos habitantes e trabalhadores da nossa cidade passa por uma política que promova uma habitação condigna acessível a todos, a segurança, um planeamento da cidade democrático, participado e transparente, uma ordenação e humanização do espaço público, a criação de emprego e a defesa do comércio de proximidade, a defesa da educação para todos e do transporte público de qualidade. -----

----- A Cidade de Lisboa merece outro governo, com outras políticas favoráveis aos seus povos.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV):** -----

----- “Já era de esperar que o Senhor Presidente viesse à Assembleia Municipal fazer este discurso de mudanças, de conquistas e de melhorias, que pelos vistos só o PS vê, mas facilmente se percebe que o autor deste discurso é também o responsável por muitos dos problemas da cidade. -----

----- Encontramo-nos a fazer este debate sobre o Estado da Cidade decorrido cerca de um ano das eleições autárquicas, mas assinalando já o sétimo ano do Senhor Presidente à frente dos destinos da autarquia. -----

----- Não que seja motivo para festejos, mas estes sete anos servirão, ao menos, para não se poder refugiar na desculpa de que ainda não teve tempo para fazer mais e melhor. -----

----- Senhor Presidente, tem consciência de que o discurso que acabou de proferir não foi muito diferente do discurso dos anos anteriores e que mesmo assim não podemos dizer que a situação está melhor?-----

----- Quem ouviu o Senhor Presidente no início deste mandato com certeza que achou que quando chegássemos a este momento as coisas estariam muito diferentes. Mas não! -----

----- Pegando nalguns exemplos do que o Senhor Presidente e o Partido Socialista fizeram na cidade podemos dizer que os trabalhadores e os municípios são os elos mais fracos e continuam a ser constantemente prejudicados. -----

----- Em três anos assistimos a duas reestruturações internas de serviços e a uma reorganização administrativa, que levaram para fora da Câmara várias competências na área da educação, da cultura, da limpeza urbana, da ação social, do desporto, entre outras, levando à saída de mais de 1200 trabalhadores dos mapas de pessoal. -----

----- Está à vista que a reestruturação dos serviços visou tão-somente esvaziar e dismantlar a estrutura e os serviços da Câmara Municipal. Não podemos dizer que essas alterações trouxeram melhorias, trouxeram sim instabilidade e descontentamento aos trabalhadores. -----

----- Durante meses pairou nos serviços da autarquia uma certa paralisação devido a mudanças sucessivas de serviços para diferentes edifícios, mostrando uma falta de estratégia e uma grande falta de respeito pelos trabalhadores. -----

----- Sobre a transferência de competências, as Juntas de Freguesia assumiram, em Março, um conjunto de competências transferidas pela CML, entre elas, a limpeza urbana, sem a vertente da recolha de resíduos sólidos.-----

----- Na altura, «Os Verdes» alertaram para um conjunto de situações que, passados uns meses, começaram a dar sinais que apontam para uma deficiência na prestação deste serviço público, com prejuízos para os lisboetas, os trabalhadores e a cidade.-----

----- É indesmentível a carência de trabalhadores e de ferramentas de trabalho que permitam responder adequadamente à limpeza dos territórios que as Juntas de Freguesia têm sob sua competência, situação de que a autarquia terá certamente conhecimento.-----

----- O que não pode, de forma alguma, acontecer, é haver uma redução do serviço prestado, os trabalhadores serem desrespeitados nem preparar-se o caminho para outras soluções que não visem a prestação de um serviço público de qualidade, ou seja, a privatização tem de ficar de fora desta equação. O que é preciso é investir em meios humanos e materiais para que se possa dar resposta ao serviço de limpeza urbana nas freguesias.-----

----- E este descontentamento dos trabalhadores tem sido bem visível através de abaixo-assinados e através da luta. Será caso para perguntar ao Senhor Presidente e aos Senhores Vereadores: porque será que os trabalhadores têm estado em luta?-----

----- A tudo isto, e como se não bastasse, junta-se a vocação de mediador imobiliário do Senhor Presidente que decide vender ao desbarato o património imobiliário, dizendo precisar de realizar receita, mas esquecendo-se de que é necessário dar condições de trabalho e instalações aos trabalhadores da autarquia.-----

----- Que fará depois o Executivo? Vai alugar os espaços necessários?-----

----- Também sobre a questão do amianto, a CML tem continuado a ignorar este problema, e até agora tem permitido que os seus trabalhadores e utilizadores das instalações municipais estejam sujeitos a esta substância. Até agora, não é conhecida uma lista com os locais que contêm amianto, um plano de ação calendarizado com vista à remoção e substituição do amianto, a transferência dos trabalhadores para outro local ou a interdição dos espaços aos utentes, enquanto decorram os trabalhos de substituição.-----

----- Este é um problema que convém resolver com a máxima urgência e precaução e o Executivo continua a ignorar esta grave questão de saúde pública.-----

----- Sobre a degradação e destruição de serviços públicos, por iniciativa do Governo, a Câmara tem estado ou silenciosa ou tem dado luz verde. Foi para isso que o Senhor Presidente foi eleito? Para deixar levar os CTT, a Loja do Cidadão, as esquadras e tudo o que o Governo entender?-----

----- Exemplo paradigmático desta postura da autarquia foi a situação da Colina de Santana. Estava já a Câmara preparada para dar o aval à ESTAMO, que havia solicitado pedidos de informação prévia, que não tinham ainda sido votados e aprovados. Não fosse a contestação que surgiu em volta deste assunto e o facto de nos encontrarmos em período pré eleitoral, ninguém dava por nada e lá tínhamos nós mais um negócio à custa do património e do direito ao acesso à saúde dos lisboetas.-----

----- Sobre o Parque Florestal de Monsanto, assunto que «Os Verdes» têm trazido com bastante insistência a esta Assembleia Municipal, pela importância que assume para a cidade, a postura da Câmara não tem sido a de efetiva proteção e defesa deste espaço, quer seja por nada ter feito relativamente à descontaminação dos solos do Campo de Tiro a Chumbo, seja pela luz verde que dá a tudo e mais alguma coisa que lá pretendam construir. -----

----- Hoje, uma vasta área do Parque Florestal de Monsanto já se encontra alienada e construída, muitas vezes sob o pretexto de utilidade pública, através de meros despachos, ou mesmo suspensão do próprio Plano Diretor Municipal, e essas ações têm contribuído para que o parque atualmente compreenda uma área ocupada de cerca de 100 campos de futebol. -----

----- Não seria lógico que a autarquia se mostrasse preocupada com esta situação?-----

----- É indiscutível que este debate acontece num momento particularmente difícil para a generalidade da população e esse cenário não pode ser ignorado, principalmente quando os sinais de austeridade são bem visíveis em Lisboa.-----

----- Não será tudo responsabilidade da autarquia, naturalmente, mas também não nos parece que a linha seguida pelo Executivo esteja direcionada para contrariar ou minimizar esta situação. -----

----- Façamos então um exercício: se o diagnóstico está feito, se os problemas são conhecidos, se até são apresentadas propostas para os resolver e se continuamos na mesma, o que podemos concluir? Que há uma total falta de vontade de fazer as coisas de forma diferente. Que não há vontade de resolver esses problemas porque o Partido Socialista determinou que apenas faria o que entendesse e da forma como entendesse, mesmo que isso prejudicasse as pessoas e que tivesse que ir contra tudo e contra todos. -----

----- Para «Os Verdes», Lisboa precisa de outras políticas e de outra gestão. E a solução não passa pela continuidade de políticas que gerem mais resultados como os que temos tido até agora. A solução é a inversão destas políticas. E é aqui que existem as nossas maiores divergências com o rumo a que o Executivo tem conduzido a cidade e enquanto o Partido Socialista insistir em prosseguir neste caminho, terá a oposição de «Os Verdes», pois continuaremos a denunciar estas opções e a propor medidas com vista a uma cidade mais equilibrada, a uma cidade para os cidadãos. -----

----- Se a dificuldade do PS é a falta de alternativas ou de propostas, é porque anda distraído, e a bem da cidade, da justiça social e do ambiente, bem pode aproveitar as vozes que se vão levantando em defesa da cidade e as propostas apresentadas, nomeadamente as propostas do PEV.-----

----- Para terminar, uma questão: será que o Senho Presidente considera que Lisboa e os lisboetas não merecem mais e melhor? -----

----- A melhor avaliação que poderemos fazer sobre o estado da cidade é feita lá fora, a falar com as pessoas e a ouvir o que têm a dizer, porque esta discussão não pode ficar limitada aqui e é lá fora que estão as pessoas que são diretamente afetadas pelas políticas seguidas.-----

----- Senhor Presidente, uma coisa é certa, por muitos discursos de esquerda ou pseudo-esquerda que faça, as medidas que tem aplicado na Cidade de Lisboa não são de esquerda, disso não restam dúvidas. Experimente governar à esquerda e os resultados serão naturalmente outros!” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND):** -----

----- “Discutimos hoje nesta Assembleia Municipal o estado da cidade, desta Cidade de Lisboa, matéria sobre a qual também os Deputados Municipais Independentes gostariam de pronunciar.-----

----- Uma avaliação desta natureza, num contexto como o que atualmente vivemos em Portugal, marcado por uma conjuntura económica nacional e internacional fortemente recessiva, agravada no nosso caso por uma ação governativa da coligação PSD/CDS, caracterizada por políticas económicas que têm conduzido o País para um acentuado processo de empobrecimento, implica necessariamente uma análise das políticas e dos resultados obtidos na cidade que, para ser objetiva, tem que recorrer ao enquadramento socioeconómico que hoje infelizmente vivemos e nos tem sido imposto de uma forma brutal.-----

----- Não será pois fácil realizar este exercício de levantamento e avaliação do estado da cidade num quadro tão pouco animador, como este que temos sido obrigados a viver. No entanto, não queremos deixar de assinalar que os períodos de adversidade conjuntural não podem de forma alguma constituir motivo suficiente para desculpabilizar insuficiências e fragilidades, nomeadamente o trabalho da Câmara Municipal ou das suas escolhas e prioridades.-----

----- Sabemos também que o estado da cidade, em muitas matérias e para a maioria dos municípios, evidencia um conjunto de atrasos e deficiências, como as óbvias carências ao nível das infraestruturas viárias e subsolo que as recentes cheias que assolaram Lisboa vieram confirmar. -----

----- Registamos no entanto, com apreço, a indicação do Senhor Presidente da Câmara de que irá ser formada uma equipa de missão dedicada a esta questão, que a nosso ver deve ser também complementada com o reforço dos serviços municipais respetivos. --

----- Do mesmo modo, ter-se-ão que destacar os resultados positivos obtidos na governação da cidade por este Executivo, pelo esforço acrescido que os mesmos representam. -----

----- Iniciou-se o atual mandato em outubro de 2013, cumprindo agora um ano de governação autárquica de um Executivo misto e plural, resultante de um acordo entre o PS, o Movimento ‘Cidadãos Por Lisboa’ e a Associação ‘Lisboa é Muita Gente’, cujo balanço se cruza de forma inequívoca com o estado da cidade. Neste período registamos desde logo e de uma forma positiva a reforma administrativa da cidade, processo fundamental e arrojado pela sua complexa implementação, do qual têm naturalmente resultado alguns problemas, cuja resolução passará sempre pelo diálogo entre as partes intervenientes nesta reforma.-----

----- Neste ponto temos que realçar também o trabalho desenvolvido por esta Assembleia, que ao longo deste processo sempre se disponibilizou para uma intensa colaboração com o Executivo, no quadro das competências que lhe estão cometidas.---

----- Esta situação motivou em tempo oportuno a solicitação por nós a este Executivo da totalidade da documentação referente a este processo, para que esta Assembleia e a cidade estejam sempre informadas de como está a decorrer o processo da sua implementação.-----

----- Continuaremos a bater-nos pela execução do processo de monitorização desta reforma, assim como pela elaboração de um guia para o município, para que não restem dúvidas aos que vivem e utilizam a cidade sobre as competências que no dia-a-dia cabem ao município e às juntas de freguesia. -----

----- Por outro lado, a aprovação do Plano de Acessibilidade Pedonal nesta Assembleia, no início do presente ano, assim como o início da sua implementação em todas as novas ações e obras desenvolvidas desde a sua aprovação, também constitui um dos mais importantes passos para a cidade que queremos cada vez mais inclusiva e integradora dos seus utilizadores, independentemente das suas capacidades físicas e cognitivas.-----

----- Ressaltamos ainda o Programa ‘Reabilita Primeiro Paga Depois’, que consubstancia uma nova forma de contribuição efetiva e conseqüente para o processo de reabilitação urbana que no caso de Lisboa abrange cerca de 60% da área da cidade, fazendo parte do eixo Lisboa Sustentável, que conjuntamente com os restantes quatro eixos da governação, Lisboa inclusiva, Lisboa mais próxima, Lisboa empreendedora e Lisboa global, constitui um compromisso assumido pelo atual Executivo para o presente mandato.-----

----- O conjunto dos programas relacionados com a habitação, desenvolvimento local e direitos sociais tem tido igualmente um progresso positivo, de que destacamos os programas de renda convencionada, o subsídio municipal de arrendamento, os bairros de intervenção prioritária e zonas de intervenção prioritária, conhecidos por BIP/ZIP, bem como a criação do balcão para a parceria social, a aprovação do plano municipal de intervenção e combate à violência doméstica e de género e a criação do Conselho Municipal Para a Igualdade, cujo regulamento deu já entrada nesta Assembleia e que, em conjunto com os outros conselhos municipais destas áreas de intervenção já em funcionamento, habitação, interculturalidade e cidadania, inclusão da pessoas com deficiência e juventude, formam uma plataforma colaborativa entre o Município e a sociedade civil essencial à participada e eficaz implementação das suas políticas.-----

----- Estas intervenções vêm dar corpo a um conjunto de preocupações desde há muito detetadas, mas relativamente às quais ainda não se tinha estruturado uma política global integrada de abordagem. Estas matérias vêm agora concretizado no terreno o início do seu processo operacional no quadro da política de intervenção corrente do Município. -----

----- A intervenção no espaço público, de que os empreendimentos mais significativos de expressam no projeto e obra da Ribeira das Naus, no parque urbano do Reguengo e na remodelação do Jardim Sá da Bandeira, constitui no seu todo um momento de relevância a assinalar no que à qualidade urbana da cidade diz respeito. -----

----- A execução de planos de pormenor, na sequência da concretização do PDM, representa igualmente um facto de grande importância e significado no futuro que

desejamos próximo para a melhoria da vivência e fruição urbanas da nossa cidade, já que se trata de um processo que deve sustentar-se numa desejável participação da totalidade dos órgãos municipais, bem como das populações abrangidas. -----

----- Ainda que falte fazer na Assembleia, tal como já aqui combinado, um debate sobre o planeamento e os seus instrumentos, à laia da discussão do futuro da Praça de Espanha, mas também do uso da figura de unidade de execução versus o plano de pormenor e de urbanização, matéria sobre a qual será hoje importante refletir. -----

----- A constituição da equipa de missão ‘Lisboa Europa 2020’ assume-se de igual modo como um momento de particular importância para a cidade, uma vez que está incumbida de acompanhar o processo de negociação do acordo de parceria e programas operacionais integrados na estratégia ‘Lisboa 2020’ e o programa de governo da cidade, instrumentos fundamentais na atual conjuntura para a viabilização dos objetivos do Município. -----

----- Sem termos tido a pretensão de ser exaustivos, elencámos um conjunto de medidas e ações que merecem a nossa concordância e que no seu todo contribuem de forma inequívoca para o que consideramos o estado da cidade, que é hoje o tema em discussão nesta Assembleia Municipal. -----

----- Nestas circunstâncias, importa agora continuar o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, assegurando ainda em outras áreas do nosso quotidiano níveis de desempenho que contribuam para a melhoria de algumas áreas onde os resultados têm ficado por diversas razões aquém do desejado. -----

----- Lembro aqui as áreas e os domínios onde o esforço tem que ser mais eficaz, apesar do atual contexto de adversidade. É o caso de alguns aspetos relacionados com a mobilidade e aqui não podemos deixar de sublinhar as expetativas geradas com a necessidade imperiosa do Município gerir os transportes públicos urbanos, desenhando um modelo de gestão que permita a salvaguarda do interesse público e dos utentes. -----

----- A rede de saúde e em particular os cuidados continuados, relativamente aos quais a Câmara participou em grupos de trabalho que oportunamente apresentaram os seus estudos, cujas análises e diagnósticos nos permitem ter hoje uma leitura clara da situação, devem merecer a maior das atenções e empenho na sua resolução. -----

----- Nestes dois pontos é também da mais elementar justiça referir o trabalho realizado por esta Assembleia, ao promover os indispensáveis debates temáticos sobre a Colina de Santana e sobre os transportes em Lisboa, cujo sucesso muito se deve à iniciativa da Presidente da Assembleia Municipal, assim como à ativa participação de todas as forças políticas aqui representadas. -----

----- Porém, nem sempre este esforço da Assembleia Municipal tem sido devidamente apreciado. Ou seja, o esforço de maior proximidade que foi feito nem sempre está a ser compreendido pela Câmara Municipal, registando-se uma tentativa de evitar que exista um controlo por esta Assembleia sobre decisões que são claramente da sua competência e sobre as quais se devia pronunciar. -----

----- Cumprido que está um quarto deste mandato, muito há ainda que fazer, sendo certo que estamos já a percorrer um caminho e que esse caminho nos permite ter

alguma esperança na consolidação dos objetivos que nos propusemos realizar. É por isso que vamos continuar a lutar e a trabalhar. -----

----- Pela nossa parte, os Deputados Municipais Independentes, enquanto Membros desta Assembleia e no quadro das competências que lhes estão cometidas e pelas quais sempre se têm batido, tudo faremos para contribuir para um estado da cidade que assegure a qualidade de vida dos seus munícipes e de quem nos visita.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Moreno (PNPN)**, Presidente da Junta de Freguesia do Parque das Nações:-----

----- “Não venho aqui a esta tribuna para dizer que tudo está mal, porque entendo que isso não é verdade. Há muitas coisas positivas feitas por este Executivo, como outras foram feitas também no passado por outros executivos que geriram a nossa Câmara, a nossa cidade, e haverão de ocorrer certamente no futuro. -----

----- Muito já foi referido aqui em termos de aspetos positivos de trabalho ao longo deste primeiro ano do mandato de quatro, que não vale a pena realçar. -----

----- Preocupa-me, isso sim, porque há aspetos negativos também e que importa resolver e eu tenho que trazer aqui essa minha preocupação. Eu diria que me preocupa de sobremaneira algum estado de abandono a que continua votada a minha Freguesia. Eu peço desculpa por algum bairrismo, mas a verdade é esta. -----

----- Pese embora alguns sinais positivos, continuo a ver ainda um divórcio muito grande entre os responsáveis pela governação da nossa cidade e a minha Freguesia. Os espaços verdes continuam ainda num estado de degradação e abandono a que nunca estiveram votados. O espaço pedonal continua a acusar ainda problemas gravíssimos e eu posso referir por exemplo a Alameda dos Oceanos e a Avenida Dom João II, que já há cerca de um ano atrás mereciam algumas obras de repavimentação e agora com o inverno se vão agravar de novo. Continuo a aguardar que algo seja feito. -----

----- Vejo que o troço central da Avenida dos Oceanos num estado de degradação que já tem sido aqui falado, também muito grande. Vejo com preocupação a ausência de equipamento social, nomeadamente o centro de saúde. É certo que não é da responsabilidade da CML, mas também aí deverá haver algum empenho da autarquia nesse sentido. -----

----- Há também uma carência de equipamento escolar, como já tem sido referido aqui, e em parte ele também é da responsabilidade da Câmara. Eu lembro que não é apenas a segunda fase da Escola do Parque das Nações que está por construir. Está por construir também uma escola que é da responsabilidade da Câmara, do ensino básico, na zona norte da Freguesia. É preciso também que a Câmara agarre essa questão. -----

----- Preocupa-me uma outra matéria que já foi aqui falada hoje por muitos oradores que me precederam e que tem que ver com o programa lançado para a recolha das águas pluviais. O Parque das Nações, apesar de ser uma zona muito nova da cidade, tem problemas também de alguma gravidade a esse nível. Eu espero que não seja esquecida esta parte da cidade nesse plano que irá ser feito e que é urgente avançar, como o Senhor Presidente já aqui disse que iria avançar. -----

----- Eu diria, em síntese e foi isso que me trouxe aqui, que avalio de uma forma positiva o trabalho que tem estado a ser feito, mas também vejo com preocupação por

alguns assuntos que continuam com falta de serem agarrados e com urgência pela autarquia, sobretudo no que diz respeito à minha Freguesia, mas também poderia referir outras questões que me preocupam, como foram também aqui já referidas, nomeadamente a questão da Colina de Santana e outras zonas da cidade que precisam de uma recuperação urgente e que, como foi o caso da Colina de Santana, precisam de algum debate nesta Assembleia. É preciso olhar para elas e ver qual é o rumo que o Executivo dá para essas situações, uma vez que o caminho apresentado para algumas delas nem sempre parece ser o melhor, ou pelo menos o mais consensual. -----

----- Eram estas preocupações que eu queria aqui trazer neste dia de debate sobre o Estado da Cidade.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE):**-----

----- “Antes da minha intervenção queria apenas registar a resposta do Senhor Presidente à questão das cheias. Não deixamos de concordar que a eliminação de riscos nestes casos é impossível, mas a redução de riscos é importantíssima. Da sua resposta, infelizmente, o que podemos aferir é que às pessoas ciclicamente, e não com o período de retorno de vinte anos, a única coisa que lhes vamos poder dizer é que o problema delas não vai ser resolvido em breve, ou porque o Governo vai mudar e vai entrar um novo ciclo e o negócio da EPAL não se vai poder fazer, ou porque o plano de drenagem demora vinte anos e teremos pela frente um longo período de drama e de enchentes, com problemas para estas pessoas. Nem sempre a notícia é boa e neste caso a notícia é bastante má. -----

----- Gostaria também neste debate do estado da Cidade abordar uma vertente que é um pilar da política municipal, que se relaciona com o urbanismo e com a reabilitação urbana. “Há ouro na Baixa” é o título de uma grande reportagem feita durante o mês de setembro pela RTP, na peça a jornalista retrata a nova Baixa lisboeta e toda a atividade de reabilitação urbana é orientada para hotéis. Há cinco anos eram seis, hoje já são trinta só os registados, conta-se mais de três mil camas. O pequeno comércio foi expulso e os últimos residentes enxotados para a periferia. -----

----- O Vereador do urbanismo, convidado nesta peça, o Senhor Vereador Manuel Salgado, quando perguntado sobre esta política de reabilitação com um fim exclusivo de hotelaria, na maioria de luxo, e se não existiria outra forma de o fazer, responde perentório: “digo que não convicto, o capital orienta-se para aquilo que lhe dá maior rentabilidade e neste momento é o turismo”. -----

----- O Vereador responsável pelo urbanismo nos últimos sete anos não poderia ser mais claro sobre o que tem sido a estratégia deste Executivo em matéria de reabilitação urbana, nenhum respeito por quem cá trabalha e por quem cá vive, todo o respeitinho pelo capital. -----

----- Nos últimos trinta anos Lisboa perdeu 260 mil habitantes, ficaram 50 mil casas devolutas. Recuperar estas pessoas para a cidade, em particular para o centro da cidade, era a prioridade das prioridades. Uma política orientada para reabilitar Lisboa poderia promover a economia, criar emprego, melhorar a mobilidade, o ambiente e naturalmente a qualidade de vida. A estratégia seguida foi precisamente a oposta e por

isso falhou. António Costa olhou para a cidade como um ativo financeiro, um ativo que era preciso rentabilizar. -----

----- O paradigma desta visão financeira sobre o urbanismo foi a criação do Fundo de Gestão Imobiliária, onde estavam os melhores terrenos municipais e em que a CML era parceira, tendo uma participação de 25% e por isso ganharia tanto mais quanto a especulação sobre esses terrenos aumentasse. Mais especulação, maior encaixe financeiro para a Câmara Municipal de Lisboa. Fruto da conjuntura económica, como sabemos, o projeto fracassou completamente, sem qualquer concorrente interessado.---

----- Vencido o Senhor Presidente da Câmara, mas não convencido, o Executivo voltou à carga, desta vez com o Salão Imobiliário versão deluxe. Na semana passada, palácio e edifícios históricos na Baixa foram vendidos, na sua maioria a investidores estrangeiros, que em jeito de bónus levam também uns vistos dourados, que o respeitinho pelo capital não é exclusivo da Câmara Municipal de Lisboa.-----

----- A estratégia de alienação de património municipal é errada, porque desiste de um instrumento fundamental de intervenção no mercado, a bolsa de arrendamento. Em vez de desbaratar este património, a CML deveria mobilizar estes edifícios e outro património disperso para intervir na política de habitação. A bolsa de arrendamento permitiria pressionar a baixa de preços, aumentando a oferta. -----

----- Desistir de dar oportunidade de regresso a quem foi forçado a abandonar Lisboa é desistir da cidade. O Programa ‘Reabilita Primeiro Paga Depois’, já aqui referido, é a continuidade desta política de desistência. Este programa, que atribuiu benefícios a investidores que adquiriram património municipal para reabilitação, falha duplamente. Primeiro porque insiste na alienação de património e segundo porque não impõe qualquer restrição ou condição ao tipo de uso futuro após a reabilitação. Esta é a estratégia de quem olha para a cidade com uma caixa registadora debaixo do braço.----

----- O ano que passou ficou também marcado por outras iniciativas urbanísticas que são a identidade deste Executivo. Recentemente a Assembleia Municipal de Lisboa, este órgão, discutiu e aprovou o plano de pormenor do eixo urbano Luz/Benfica, que abrange o Hospital da Luz, do Grupo Espírito Santo. Curiosamente, este plano de pormenor vem viabilizar todas as pretensões de expansão do Hospital da Luz, já comunicadas à Câmara Municipal em 2009, como por exemplo o aumento de mais um piso ou o novo parque de estacionamento, cujas obras por sua vez foram aprovadas com base no plano de pormenor que viria a ser aprovado posteriormente. Um plano de pormenor feito à medida, respeitinho pelo capital. -----

----- Também em julho passado, tal como este plano de pormenor, esta Assembleia discutiu e aprovou o plano de pormenor do Campus de Campolide. Este plano, apesar de se chamar Campus de Campolide, pois trata em parte da zona do campus universitário, abrange também e sobretudo toda a área do estabelecimento prisional de Lisboa. Como bem vimos numa apresentação muito bem feita por um dos Deputados Municipais Independentes, o plano de pormenor serve sobretudo para viabilizar uma gigantesca operação de especulação imobiliária, com um encaixe para a ESTAMO de 80 mil metros quadrados de área de construção. A cidade planeada à medida dos especuladores e o respeitinho pelo capital.-----

----- No debate que discute o balanço do último ano não podemos deixar de referir aquela que foi a mais significativa iniciativa desta Assembleia e que coincidiu com a mais significativa derrota do Executivo, a Colina de Santana. Perante a proposta do Executivo de aprovar os pedidos de informação prévia dos loteamentos dos hospitais de São José, Santa Marta, Capuchos e Miguel Bombarda, que incluíam 16 hectares de intervenção, 700 fogos e 90 mil metros quadrados de construção nova, esta Assembleia decidiu abrir o debate e trazer os lisboetas para se pronunciarem. -----

----- Nas sessões realizadas nesta Assembleia os cidadãos de Lisboa disseram não aceitar trocar hospitais por urbanizações de luxo. Numa zona da cidade onde 50% do edificado precisa de obras urgentes, priorizar a construção nova seria inverter as prioridades e insistir no erro. Entregar o património histórico único de alguns daqueles edifícios para usufruto privado seria destruir a memória da cidade. -----

----- As vozes levantaram-se e a Câmara Municipal foi obrigada a recuar e a suspender a sua estratégia para aquele território. Essa foi uma grande vitória de quem se quis fazer ouvir e de quem defende a cidade dos interesses e da especulação. -----

----- O primeiro ano deste mandato e porventura o último deste Presidente da Câmara é a marca da continuidade. A convicção de que a cidade se faz ao sabor dos desmandos do capital, orientando-se naturalmente para a maior rentabilidade, como dizia o Senhor Vereador, que define a reabilitação da cidade. É o capital que desenha a cidade e a transforma ao seu gosto, que decide quem fica e quem sai. Curiosamente tem sido esta a doutrina do Governo PSD/CDS aplicada ao País de forma fundamentalista. -----

----- O capital manda. Manda privatizar, manda pagar as rendas das PPP, manda cortar nas pensões, manda cortar nos salários, manda aumentar os impostos do trabalho, manda destruir a economia em nome da ditadura da dívida. O capital manda na cidade e manda no País. Era preciso que alguém fizesse frente a este rolo compressor e este Executivo optou por não o fazer e por isso falhou, perdeu a cidade e perderam os lisboetas.” -----

----- **A Senhora Vereadora Paula Marques:** -----

----- “Num contexto de profundas mudanças que seguem um rumo marcadamente negativo no que toca às condições da vida da população, as cidades e os seus cidadãos necessitam de planear e preparar o seu futuro de forma a terem capacidade de ação para reagir em contraciclo contra o rolo compressor, procurando desenvolver mecanismos de desenvolvimento que combatam a pobreza na sua expressão mais lata.

----- À escala local, este planeamento passa por unidades de cogovernança que concorrem para o desenvolvimento local planeado e operacionalizado pelos intervenientes públicos, privados e da sociedade civil. Isto também é fazer cidade de uma maneira diferente. -----

----- À escala nacional e internacional, este planeamento passa por respostas globais e integradas, procurando explorar sinergias com os parceiros de governação municipal, bem como com as cidades parceiras, na procura de respostas comuns para problemas partilhados. -----

----- Na área do pelouro da Habitação e Desenvolvimento Local destacamos neste período a finalização, concretização e evolução futura de processos fundamentais, nomeadamente a intervenção integrada de requalificação profunda das torres do Alto da Eira, que abarca cerca de cem agregados. A rede de gás está já concluída e em obra estão as coberturas, as fachadas, substituição de janelas e em preparação os arranjos exteriores; -----

----- A clarificação dos vínculos do Bairro 2 de Maio, como o Senhor Presidente já referiu, abrangendo cerca de 390 agregados, situação que já se arrasta há mais de vinte anos; -----

----- A finalização da operação QREN no Bairro Padre Cruz, com a colaboração dos Senhores Vereadores Manuel Salgado e João Afonso e parceiros locais; -----

----- Construção do equipamento multifuncional e intergeracional; -----

----- A requalificação do espaço público; -----

----- A melhoria das infraestruturas de saneamento e abastecimento e outras tantas ações imateriais, nomeadamente no combate ao isolamento; -----

----- Finalmente o acordo com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa para o protocolo de gestão do equipamento; -----

----- A finalização da operação QREN do Bairro da Boavista, com os parceiros locais; -----

----- Intervenção no edificado habitacional e pisos térreos; -----

----- Requalificação da zona do mercado de levante; -----

----- A construção do ecocentro; -----

----- As hortas urbanas; -----

----- O equipamento do circuito de manutenção e tantas outras ações imateriais na área da capacitação cidadã, nomeadamente na redução dos consumos de água e luz; -----

----- Requalificação sistemática de vários outros territórios de habitação municipal. Neste momento Quinta dos Ourives, que entrará em obra no próximo mês, Horta Nova em processo de concurso, as Laranjeiras em obra, o Condado fase 2 em obra, as Olaias em obra consignada, a Alfredo Bensaúde em preparação dos espaços para início de obra, também o Casalinho da Ajuda já em fase de consignação da obra; -----

----- Verificação sistemática da ocupação dos fogos municipais e condição de recurso que nos permite ter um maior e melhor conhecimento de quem são os inquilinos da CML e qual é a sua situação, podendo assim gerir de forma mais eficiente o património municipal e responder de forma mais equitativa à solicitação de habitação; -----

----- O acompanhamento estreito da situação socioeconómica dos agregados residentes. Entre setembro de 2013 e junho de 2014 a Gebalis fez reduções no valor de renda num total de 2.396.442 euros; -----

----- A reabilitação do património habitacional disperso para responder a vários programas de habitação, nomeadamente a renda convencionada, um programa de habitação pública que desde o seu início em 2012 permitiu já pôr em circulação cerca de cem fogos. Com este programa promove-se também o arrendamento em detrimento da aquisição de habitação, utilizando para o efeito o património habitacional; -----

----- A concretização do subsídio municipal de arrendamento, como já foi referido; -----

----- Por último, a estratégia BIP/ZIP, estratégia de desenvolvimento local que se traduz em três grandes linhas: a densificação dos GABIP com os parceiros locais, a criação de novas estruturas, o programa anual de parcerias locais e a implementação dos planos de desenvolvimento local, planos esses construídos com as Juntas de Freguesia e os parceiros locais dos territórios abrangidos. Estes planos de desenvolvimento local procuram por um lado prosseguir o investimento que a CML já fez em alguns territórios, que entendemos necessitar de prosseguir a intervenção, e também a novos territórios que merecem a nossa atenção. -----

----- Esta estratégia de desenvolvimento local tem permitido projetar Lisboa na cena nacional e internacional através do convite para apresentação sistemática desta outra forma de fazer cidade e de planear cidade em países como o Equador, Itália, Suécia, Finlândia Turquia, Macedónia, etc., com a participação de Lisboa numa série de parcerias internacionais que têm como objetivo pensar novas orientações no quadro de financiamento europeu. -----

----- Este trabalho é desenvolvido pelo pelouro da Habitação e Desenvolvimento Local e com os trabalhadores da CML e da Gebalis. A defesa e o incremento de políticas públicas de habitação são também uma forma de promover o Estado social, voltado para o bem-estar da população em geral e não apenas para uma franja privilegiada. Isto é também fazer cidade.” -----

----- **O Senhor Vereador José Sá Fernandes:** -----

----- “Vou fazer aqui um pequeno balanço das melhorias significativas que houve em relação à política ambiental e energética na Cidade de Lisboa. -----

----- Em relação ao combate das alterações climáticas, podemos referir que entre 2002 e 2012 baixaram as emissões de CO2 cerca de 35%. Por isso estamos a cumprir o Pacto dos Autarcas, por isso vamos assinar na próxima quinta-feira o Mayors Adapt em Bruxelas. -----

----- Em relação aos transportes e mobilidade, houve uma redução de tráfego em toda a cidade. Veja-se o caso paradigmático da Rua do Ouro, que baixou o tráfego em cerca de 50%. A rede ciclável aumentou 535% nos últimos anos e a tendência é para expandirmos esta realidade, nomeadamente com as bicicletas partilhadas que espero que estejam em uso para o ano. -----

----- Em relação ao planeamento e aos espaços verdes, é significativo que entre 2009 e 2014 tivemos intervenção e requalificação em 160 hectares, enquanto que se compararmos com 2004/2007 houve apenas 25 hectares, o que quer dizer que realizámos nestes últimos anos cinco vezes mais do que aquilo que foi realizado no passado. Com uma particularidade, aqui intervimos também nas hortas urbanas, temos neste momento dez parques hortícolas e vamos ter mais dez. -----

----- Em relação aos esgotos, a ETAR fez finalmente o aproveitamento de não ter o esgoto no Tejo. Esta foi uma obra de grande dimensão, que teve a intervenção não só da SIMTEJO, mas também da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Em relação à Eco-inovação temos finalmente, e caso único na Europa praticamente, uma carta de potencial solar que nos vai permitir ter ainda mais eficiência energética e aproveitar os nossos recursos. Na própria eficiência energética

reduzimos o consumo de energia em todas as suas vertentes, quer na iluminação pública, quer nos semáforos, quer nos edifícios. -----

----- Em relação à biodiversidade, aumentamo-la todos os anos e acho que conseguimos atingir a meta para 2020 de mais 20%. Agora resta, com os corredores verdes que estamos a concretizar e ainda nos próximos três anos concentrarmos mais no Beato, em Marvila e na Penha de França, mas também e principalmente no Vale de Alcântara. -----

----- Em relação à qualidade do ar conseguimos reduzir todas as metas, o NO2 foi reduzido, conseguimos reduzir também aquilo que estava em incumprimento, os limites impostos pela União Europeia. -----

----- Em relação ao ruído, em 2000 era 50% da população com decibéis a mais de 60% e neste momento apenas 20%. Há uma redução significativa da população exposta ao ruído na Cidade de Lisboa. -----

----- Em relação aos resíduos são significativos os dados. Em 2005 eram 10% daquilo que era recolhido e reciclado, neste momento duplicámos e estamos em 21%. -----

----- Em relação à água, a redução de perdas é significativa. Tínhamos perdas nas condutas da água de cerca de 24,5% e neste momento temos apenas 7,9%, o que a nível mundial é caso exemplar. -----

----- Na água também fizemos mais coisas. No Parque Eduardo VII e no Campo Grande, são dois parques requalificados e que neste momento temos um gasto de água reduzido. -----

----- Melhorámos em todos os parâmetros e por isso estamos a ter uma Lisboa mais verde e por isso podemos dizer que como capital do sul da Europa nós estamos na vanguarda absoluta, em todos os parâmetros.” -----

----- **A Senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto:** -----

----- “Neste primeiro ano de mandato penso que ficou mais uma vez demonstrado quão importante é o papel da cultura na dinâmica e desenvolvimento de uma cidade e como no mundo globalizado em que vivemos a cultura é um espaço de memória e expressão da diversidade humana, o espaço de construção das identidades várias das pessoas, dos bairros da cidade, que permite encontrar as linhas de inteligibilidade do nosso presente e do nosso futuro.-----

----- Neste contexto eu gostaria de destacar em particular quatro aspetos. O primeiro é o papel crescente facilitador e dinamizador da Câmara Municipal de Lisboa no tecido artístico e cultural da cidade, possível não só através da qualificação e identificação da oferta cultural, dos seus equipamentos, mas também através da manutenção dos níveis de financiamento à atividade de terceiros, em contraciclo com o que é praticado pela Administração Central e de muitos dos municípios do nosso País. -----

----- Ainda neste âmbito queria relevar a convicção de que a qualidade do espaço público da cidade também se mede pela fruição cultural que proporciona e pela vitalidade cultural que projeta cá dentro e lá fora. Toda a programação de rua desenvolvida pela Câmara Municipal de Lisboa e pela EGEAC responde a estes objetivos estratégicos ao mesmo tempo que se estabelece como o momento de apresentação de trabalho de artistas e agentes culturais em diversas disciplinas, num

momento de comunhão e partilha não só entre cidadãos que habitam a cidade e nela criam, mas também com todos aqueles que a visitam. -----

----- Tem havido um esforço significativo do reforço desta dinâmica. Destaque para as Festas de Lisboa durante o mês de junho, as marchas populares, os arraiais, o ‘Lisboa Mistura’, ‘Andar em Festa’, ‘Teatro de Compras’ e diversas iniciativas na área da música, teatro e desporto.-----

----- O festival ‘Intendente em Festa’ em julho, a ‘Lisboa na Rua’, arte e cultura nas praças e jardins de Lisboa em agosto e setembro, o *vídeo mapping* no Terreiro do Paço, Natal, Páscoa e verão. Os concertos de Natal nas igrejas.-----

----- Em relação à área patrimonial queria destacar o processo de transformação do Museu da Cidade. O Museu da Cidade está em plena transformação. Após uma avaliação profunda das suas potencialidades e reforçando o seu capital para atração turística, a Câmara Municipal de Lisboa apresentou em julho a primeira fase do novo museu de Lisboa, um museu polinuclear assente no território com as seguintes iniciativas: reabertura do Museu de Santo António, o antigo Museu Antoniano, inauguração do núcleo arqueológico da Casa dos Bicos, inauguração da exposição ‘Maresias – Lisboa e o Tejo entre 1850 e 2014’ no torreão poente do Terreiro do Paço, que é um novo núcleo expositivo do museu.-----

----- Já em setembro, e no âmbito das Jornadas Europeias do Património, queria destacar o lançamento e a inauguração do percurso pedonal das muralhas da Cerca Velha, que eu sei que muitos Deputados Municipais, sobretudo os que integram a Comissão de Cultura desta Assembleia, já tiveram oportunidade de visitar e tem tido um grande sucesso junto do público.-----

----- Finalmente queria destacar a Galeria Arte Urbana, com um papel que já aqui foi salientado por outros Deputados Municipais e que tem posto Lisboa no mapa das cidades internacionais com maior projeção em termos de arte urbana e que por isso também integra o Google Art Project e por isso recebeu um prémio de reconhecimento de boas práticas de política cultural em 2014, no âmbito dos Prémio Internacional da União das Cidades e Governos Locais, Cidade do México – Cultura XXI.-----

----- Queria também destacar um evento que foi especial no ano que decorreu, que foram os 40 Anos do 25 de Abril e em que a Câmara Municipal se destacou no programa comemorativo. Num conjunto de iniciativas de vários pelouros coordenados pelo pelouro da cultura apresentou um extenso programa cultural na área do conhecimento, na área da divulgação histórica e com festa, concertos, animações de rua, picnics, arte pública, vídeo mapping, fogo de artifício e em que talvez um dos momentos emblemáticos tenha sido a exposição ‘Está na Rua’ e que todos viram nos painéis que estiveram presentes ao longo de um percurso pedonal entre o Terreiro do Paço, o Chiado e o Largo do Carmo, com fotografias ampliadas dos fotógrafos que de uma forma mais impressionante fotografaram o dia 25 de Abril de 1974.’-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP):** -----

----- “Não poderia ser mais fácil e mais claro o balanço do Estado da Cidade. Um ano após ter sido reeleito, António Costa já faz as malas para tentar ocupar outros interesses seus e do PS. -----

----- Cumprida a plataforma de lançamento para voos pessoais, o presidente na Câmara de Lisboa prepara-se para novas aventuras e conquistas. -----

----- Deixa um município com enormes dificuldades financeiras. Ameaçou a cidade, em declarações nesta assembleia, na criação de taxas e outros ataques à bolsa dos lisboetas. Anunciou a criação de serviços municipalizados que não serão de água e saneamento, uma vez que não terá água, a não ser aquela que meteu na obra destruidora realizada, nem terá saneamento, dado o seu afã em vender o saneamento em baixa à EPAL. Essa estrutura anunciada procurará ocultar a ineficácia da Câmara na limpeza e higiene urbana, sendo mais desagregadora de serviços públicos que eram exemplares nesta área e que trazem incómodos de luta por direitos que são insuportáveis para o PS e António Costa. Por isso tenta isolar a classe operária organizada e sindicalizada, o que não conseguirá. -----

----- António Costa e o PS têm um Plano Diretor Municipal que favorece a especulação imobiliária e a alteração de usos à medida dos interesses do mercado, para além de estruturas, planos e projetos avulsos e desastrosos para Lisboa. -----

----- Não há reabilitação urbana que não seja privada e cara, que poderá trazer habitantes de luxo mas deixa de fora os jovens lisboetas e outros, numa cidade sem política de habitação séria, popular e a custos controlados, que devia ser a partir dos solos municipais. -----

----- Em Lisboa, a Câmara deixa degradar a qualidade de vida para a grande maioria, tratando apenas dos interesses da minoria bem instalada, crescendo em condomínios e outros equipamentos de luxo. -----

----- Deixa uma enormidade de concessões de áreas de serviço público a privados, na manutenção e conservação de jardins e outros espaços municipais, faltando a formação de jardineiros e calceteiros, mas sobejando a degradação de ruas, avenidas, passeios e outros pavimentos. Funciona à vontade o pelouro facilitador de Sá Fernandes, especialista conhecido em alugueres e oferta de espaços nobres, em atos abusivos e ofensivos para os reais interesses e identidade de Lisboa. -----

----- Existem problemas maiores de insegurança e encerramento de esquadras, sem atitudes firmes de exigência face a um governo em saldo e à venda de tudo o que interessa à população e à cidade. -----

----- A falta de manutenção dos bairros municipais, sem zonas verdes e de lazer, com espaços externos sem condições de vivência e, até, condutas de esgotos degradadas, como acontece no Bairro 2 de Maio, é outro aspeto negativo da herança de António Costa. -----

----- Para além de mais resultados negativos a considerar, a sua partida, se acontecer, deixar-nos-á uma equipa que aí está para continuar a desfazer o Município de Lisboa, o que não é de somenos, nas imensas preocupações e consequências da sua atividade e da ação nefasta do PS até agora. -----

----- Na cultura, para além da ação da EGEAC, de festas, romarias, criação e afago de

clientelas ansiosas de estarem na berra e à beira do poder, deixa-nos bibliotecas e outros serviços desorganizados, os bairros e as freguesias sem políticas de apoio às estruturas associativas e populares, que são ignoradas mesmo na ação imprescindível que realizam nas festas de Lisboa. Existem ainda assuntos curiosos como o da Casa Fernando Pessoa e agora o que vem a público no S. Luís, quanto a concursos, contratos, afinidades eletivas e outros desideratos. -----

----- Os ataques preparados à cidade e ao PCP no negócio das freguesias, o incómodo e lamento, logo na noite das eleições europeias, quanto ao nosso Partido ter subido na votação em Lisboa, o comportamento antidemocrático na eleição do Conselho Metropolitano, face a uma maioria de presidentes eleitos pela CDU nos dezoito concelhos da Área Metropolitana, a tentativa de eleição de uma Comissão Executiva Metropolitana sem a participação do PCP, que resultou numa derrota estrondosa e já retificada, foram e são outros aspetos a ter em conta. -----

----- António Costa foi Ministro dos governos de António Guterres e José Sócrates, nas políticas odiosas para os trabalhadores e o povo, na preparação de heranças como o BPN e o BES, na especulação e nos enriquecimentos desbragados que todos pagamos e o País paga e pagará, se não mudar de política. E é disso que se trata.-----

----- Não iremos continuar a viver de foguetes e adormecimento das populações com cantigas da rua e promessas eleiçoeiras para resultarem em políticas mais duras de direita. -----

----- O controlo público da banca e dos sectores estratégicos é cada vez mais urgente, face aos escândalos das decisões deste governo e à notícia que foi boa para uns, os grandes, que venderam ações do BES a tempo. Notícia que não existiu para os pequenos e médios investidores, agora sem nada a que se agarrarem, a não ser a uma justiça que não existe para o que é justo resolver e repor, prendendo os culpados e ressarcindo os que perderam as suas economias.-----

----- Quanto ao balanço da propaganda e do que realmente foi executado, queremos aqui lembrar que as melhorias e “flores” plantadas à beira-rio por António Costa e o PS ajudaram a ocultar a grande operação de destruição de 29 freguesias em Lisboa e a desagregação de estruturas de serviços da Câmara Municipal, que nos trouxe, recentemente, inundações e problemas como já se não viam há muitos anos.-----

----- Inundações, problemas e prejuízos para o pequeno comércio e serviços da cidade, agudizados ontem, para vergonha de quem tinha sido avisado e não tomou medidas adequadas. António Costa esteve sempre de costas voltadas para a cidade e aí está a evidência do desastre imenso que aconteceu agora e poderá voltar a acontecer.-----

----- A chamada reorganização administrativa da cidade foi negociada à direita, por António Costa e o governo PSD/CDS-PP, abrindo portas à destruição de 1.100 freguesias no País e à preparação da eliminação de vários municípios que está na forja do grande centro de interesses do PS e PSD, de António Costa a Rui Rio. -----

----- A venda dos terrenos do aeroporto pelo PS e António Costa ao governo atual permitiu a entrega da ANA-Aeroportos ao capital internacional, com a consequente perda de soberania sobre o nosso espaço aéreo. O acerto e conluio entre o PS e António Costa e o governo PSD/CDS-PP resultou numa ofensiva contra os hospitais

da zona central de Lisboa, na aprovação de um projeto de intervenção na chamada Colina de Santana que levará ao encerramento dos hospitais de S. José, Capuchos e Santa Marta. O negócio do saneamento é preparado entre António Costa e o governo PSD/CDS-PP através da venda do saneamento em baixa pela Câmara à EPAL e ao governo com vista a esta empresa ser privatizada.-----

----- Por outro lado, o PS na Câmara Municipal e o governo acertam a passagem da Carris e do Metropolitano de Lisboa para a Câmara do PS e António Costa, na antecâmara para a entrada de privados no negócio.-----

----- Entre outras ofensivas conjugadas por António Costa, o PS, o governo e o capital internacional, deixamos ainda uma nota para o plano de pormenor Luz-Benfica, em que esta câmara procurou alienar logo em direto o Museu dos Bombeiros e o mais novo quartel do Regimento de Sapadores Bombeiros, numa operação que acabará por levar à ampliação do hospital da Luz pelo capital privado. Ampliam os privados, desaparece o serviço público na saúde.-----

----- Deixamos outra nota para o plano de pormenor de Campolide, que permite a alienação de património da penitenciária e a construção de prédios de 8 e mais andares na Rua Marquês de Fronteira e à volta do que é hoje o núcleo central daquela zona histórica e emblemática de Lisboa.-----

----- Faltam iniciativas para atração de empresas a sério, criação de emprego e de riqueza, mas sobejam acertos de poder para maior especulação e desastre.-----

----- Os projetos e negócios entre o grande centrão de interesses do PS e PSD/CDS PP aí estão para quem quer ver a realidade e não as novas e sempre velhas ilusões que nos têm levado a esta situação de crise e miséria de política, de falta de ética e de futuro comprometido.-----

----- Há clientelas políticas e culturais que se deixam levar nos embrulhos macios de António Costa, nos cravos atirados do bolso ou da lapela e nos acenos e gestos fáceis de aparente esquerda. Mas a realidade é outra e aponta para novos cozinhados e acertos com Costa, PS, Passos Coelho, Rui Rio e o PSD, leis contra o poder local, contra a democracia e as conquistas de Abril.-----

----- Essa é a realidade concreta com que nos deparamos e que terá pela frente, sem jogos de cedência e qualquer ilusão, o combate determinado do PCP por uma política de defesa da cidade e dom País, que acabe de vez com este vira de “agora vais tu ou agora vou eu”, num poder desgastado e clientelista que leva tantos a deixarem facilmente de sentir-se seguros e a caírem de asa, dando à costa aparente do poder já metido no bolso.-----

----- A realidade económica, financeira e social cada vez mais perigosa, com fortes incidências em Lisboa; a situação de uma dívida que ultrapassa os duzentos e trinta mil milhões de euros; o desemprego, a emigração contínua de milhares e milhares de jovens, que atinge violentamente a cidade e o País; o esvaziamento do interior e a vida insuportável nas áreas metropolitanas exigem uma mudança que seja finalmente a abertura de caminhos novos de liberdade, de criação de riqueza, de bem-estar e dignidade para os que já não aguentam mais enganar e mentiras. Para todos os que lutam por uma Lisboa diferente, com um poder local efetivo e democrático, por um

Portugal independente e soberano, no cumprimento da Constituição da República e do futuro que merecemos.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Sofia Cordeiro (PS):**-----

----- “Lisboa atravessou este ano não apenas um ano de transição de mandato, mas um difícil ano de implementação da reforma administrativa da cidade, com todos os desafios que muitos viram como dificuldades, como obstáculos, mas que são hoje indiscutivelmente uma oportunidade de fazer mais e melhor, porque os autarcas estão hoje mais perto de fazer.-----

----- Em matéria de resíduos e higiene urbana, uma das mais controversas por ser também das mais visíveis e, portanto, passível de ser usada como moeda de troca à mesa das negociações, verificou-se que no planeamento e na transferência dos meios humanos e materiais os serviços da Câmara ficavam em claro deficit, não apenas nos meios humanos mas também nos meios técnicos, para as funções que tinham que desempenhar.-----

----- Muitos dos colaboradores, pela sua idade, por incapacidade médica ou outra, não estavam aptos para as funções que a Câmara tinha que desempenhar e foi uma opção do Executivo não os transferir para as Juntas de Freguesia nessas condições, reduzindo um pouco da entropia do já complexo processo de descentralização.-----

----- Perante essa falta de recursos foi convocada uma greve e numa grande cidade a recolha de resíduos não é apenas uma questão de limpeza da cidade, é uma questão de saúde pública e convocar não é uma decisão tomada nem aceite de ânimo leve. Não assistimos a um debate na praça pública, para desespero da oposição e da comunicação social, antes a uma negociação calma e ponderada entre a Câmara e os sindicatos, finda a qual foi comunicado ao público e a esta Assembleia um entendimento.-----

----- Não se tratou de ganhar e perder guerras entre sindicatos e Câmara, tratou-se de ganhar todo um processo para os munícipes e para a cidade. Salvaguardaram-se os direitos dos trabalhadores e, acima de tudo, salvaguardou-se o serviço público. Ganharam todos, ganhou a cidade. Foram assumidos compromissos de parte a parte que cabe agora a esta Assembleia fiscalizar, foi realizada a contratação de pessoal que era necessário.-----

----- Houve períodos de quebra de serviço, seria estranho que não houvesse num processo tão complicado. Foi um dos momentos mais complicados e mais controversos de todos este ano de mandato.-----

----- Gostaríamos também de perceber, em todo este período de quebra de serviço que sabemos que houve, qual foi o impacto que tudo isto teve, nomeadamente na implementação da recolha seletiva e no ratio de recolha de indiferenciados e de recicláveis.-----

----- Foram ainda assumidos compromissos na melhoria das instalações, nomeadamente no reforço dos equipamentos e na melhoria dos postos de limpeza, que gostaríamos de saber em que ponto estão.-----

----- Gostaria ainda de lembrar que este foi o ano de uma batalha que também foi travada nesta Assembleia contra a privatização da EGF e em particular da Valorsul,

que não recolheu unanimidade neste plenário mas recolheu unanimidade na metade que me é mais cara e que espero se mantenha na batalha que aí vem pela manutenção no domínio público das nossas águas. -----

----- No que diz respeito à estrutura ecológica da cidade e aos espaços verdes, conhecemos hoje números bastante animadores, tanto na área de espaços verdes como nas emissões de gases, na eficiência energética, na qualidade das águas. São todos parâmetros que nos fazem crer que as medidas que estão a ser tomadas estão a funcionar e encaminham Lisboa para se tornar uma cidade de referência nestas matérias. -----

----- Muitas das medidas tomadas para chegarmos a estes números não foram muito populares. Vejam-se as alterações de tráfego nas grandes artérias da cidade, como a Avenida da Liberdade. Veja-se a implementação das zonas de emissão reduzida. Vejam-se muitas das vias cicláveis que substituíram faixas de rodagem. A política de estacionamento que foi tão criticada e poderá sempre ser melhorada, mas que reduziu efetivamente a pressão em muitas zonas, com melhoria de qualidade de vida para os munícipes e com melhoria para o ambiente da cidade. -----

----- Também no que aos espaços verdes diz respeito, a transferência de competências para as juntas de freguesia dota-as agora de espaços qualificados, equipados e disponíveis para a fruição pública dos fregueses. Na proximidade da sua ação, as juntas melhor do que ninguém estão capacitadas para dinamizar estes espaços, que não podemos permitir que se tornem por inércia ou incapacidade em meros canteiros, com consequência para a segurança da cidade e para a qualidade de vida. -----

----- Um jardim é um espaço público, não é apenas um conjunto de plantas e animais, tem que ser vivido e não vedado e precisa por isso de uma política ativa e não apenas de manutenção. -----

----- Por fim e de forma muito atual nas últimas semanas, no que respeita ainda à estrutura ecológica da cidade, importa falar das cheias. Lisboa é uma cidade ribeirinha, as bacias naturais foram construídas com enorme pressão, de uma forma que afetou irreversivelmente o escoamento nas últimas décadas. Não foi no último ano nem nos últimos sete anos. -----

----- Poderíamos dar-nos ao trabalho, e podemos, de identificar as zonas que afetaram o escoamento e quem foram os seus responsáveis políticos. Não foi certamente neste último ano, não foi certamente nestes últimos sete anos. -----

----- Podemos também olhar para os vários instrumentos de gestão territorial e para as várias medidas que foram tomadas para evitar ou minimizar as cheias, por exemplo evitando a construção nas zonas sensíveis e muito foi evitado, isso sim, nos últimos mandatos. -----

----- Podíamos ainda olhar para medidas específicas tomadas para melhorar a retenção e para melhorar a infiltração. Deste exercício podemos procurar culpados, os culpados das más medidas e os culpados das boas medidas, mas disso não serviria nada aos comerciantes nem aos munícipes que são afetados pelas cheias. Podemos fazer o exercício, mas não é agora nem aqui. -----

----- As cheias são uma realidade nesta cidade com situações de precipitação como a de ontem e do passado dia 22, sempre que elas ocorrem no momento da preia-mar. Teria que ter havido um planeamento urbanístico de séculos sem construção nas zonas de escoamento e que fosse escrupulosamente cumprido para que não houvesse cheias.-

----- Não há uma solução única para este problema, há muitas. Há um Plano Geral de Drenagem da cidade, mas este é um cuidado paliativo para as zonas que já foram construídas e que não deviam ter sido ao longo de todas estas décadas. -----

----- Há muitas cidades no mundo que inundam e que encontram soluções mistas, como parques de estacionamento, túneis, e estruturas que fecham nestes momentos e têm uma função dupla e que servem para fazer o escoamento. -----

----- Por outro lado, há uma série de instrumentos de gestão territorial das zonas que nós estamos hoje em dia a construir ou a reconstruir e que podem e devem ser trabalhados. -----

----- Na nova construção muito podemos fazer para reduzir as consequências de situações como as que infelizmente testemunhámos de forma tão próxima nas últimas semanas. Mesmo em zonas já consolidadas, em bairros como a Expo ou a Alta de Lisboa, há alterações que podemos fazer para facilitar o escoamento. Será preciso que haja uma cheia antes de aprovarmos cada plano de pormenor, cada plano de urbanização, cada instrumento de gestão territorial, para nos lembrarmos da importância que tem a não construção, tanto como a boa construção, para além da aprovação de um plano de drenagem? -----

----- Há ainda que lembrar que teremos sempre que nos adaptar, porque as alterações climáticas são isso mesmo, alterações. Qualquer plano, seja um instrumento de gestão territorial, seja um plano de drenagem, terá sempre que contemplar adaptação. Nessas matérias gostaria também de conhecer aquilo que são os planos da Câmara para o Vale de Alcântara e Colina de Santana, duas das zonas que são das mais preocupantes nestas matérias.-----

----- Quais são, do ponto de vista da estrutura ecológica da cidade, os planos para minimizar as consequências de momentos de precipitação intensa como aqueles que vivemos ontem e no passado dia 22? -----

----- Não posso deixar, por fim, de elogiar e referir a inauguração da Casa dos Animais de Lisboa, cuja simples alteração de designação mostra bem a alteração de política do que era um repositório, como um canil e um gatil, que é a designação habitualmente tomada para um centro de recolha, tratamento, sensibilização e preparação para adoção e colaboração com outras instituições para o bem estar animal, que é hoje a Casa dos Animais de Lisboa.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV):** -----

----- “Uma questão preocupante para o Partido Ecologista “Os Verdes” tem sido a ausência de uma estratégia municipal sustentável para a gestão dos Espaços Verdes da cidade de Lisboa, os quais desempenham um papel fundamental na promoção da qualidade de vida dos munícipes, devido às suas funções ecológicas, mas também lúdicas e recreativas, ou ainda por garantirem a permeabilidade dos solos, prevenindo e evitando situações caóticas de cheias, ou quebrarem a monotonia da paisagem

urbana, causada pelos grandes complexos de edificações, que cada vez mais caracterizam as nossas cidades. -----

----- Um município que apresente uma estrutura verde equilibrada torna-se, sem dúvida, mais atrativo para a fixação de residentes, pelo que a necessidade de espaços verdes urbanos é não apenas inquestionável, como uma das principais medidas que contribuem para uma melhor qualidade da vivência humana em meio urbano. -----

----- A condução de uma efetiva política de gestão, requalificação e preservação destes espaços é reconhecida como sendo indispensável, devendo a CML assumir uma estratégia pública para a gestão integrada dos espaços verdes. Porém, em vez de optar pela prestação de um serviço público na manutenção e gestão desses espaços, a vereação tem vindo, periódica e insistentemente, a recorrer à externalização de serviços, tendência que é urgente inverter. Lisboa deveria, por isso, incluir na sua estratégia, entre outras medidas, a reativação da Escola de Jardinagem, situada na Quinta Conde de Arcos, recorrendo depois ao conhecimento e experiência dos formandos saídos desta escola. -----

----- Logo agora que o Governo veio permitir que o recrutamento de trabalhadores na administração local possa ser gerido pelas próprias assembleias municipais, sem ter de passar pelo INA, a entidade que gere o pessoal em requalificação. Assim sendo, o Senhor Vereador deixa de ter qualquer desculpa para os seus ‘outsourcings’ e para não formar e integrar no futuro novos jardineiros no mapa de pessoal do município.

----- Um outro tema incontornável na capital é o dos Transportes, mais especificamente, as persistentes avarias na rede do Metropolitano. -----

----- Os utentes do Metro vêm repetidamente denunciando a constante falta de manutenção dos equipamentos e dos acessos a estações como a da Alameda e do Areeiro, ou as da Baixa-Chiado, do Campo Grande, Olivais, Rato, entre outras. Ora porque são os lanços das escadas rolantes fora de funcionamento, ou os tapetes rolantes parados durante longos meses, ou os elevadores com o sinal de avaria afixado, ou ainda obras paradas devido, diz-se, à falência do empreiteiro. É que uma coisa é haver um estrago e outra é serem avarias institucionalizadas, como, de facto, se têm vindo a verificar. E isto para já não falarmos das reduções de tempos de intervalo de passagem, da velocidade de circulação ou do número de carruagens na linha verde. -----

----- Sabe-se que até tem havido diálogo entre a CML e o Governo sobre os transportes públicos, mas numa perspetiva muito diversa daquela que interessa diretamente aos munícipes. É que talvez a azáfama nesses ‘*outros interesses*’ seja tão grande que não sobra tempo ou prioridade ao executivo para instigar a administração do Metro a resolver atempadamente as referidas avarias! E entretanto os munícipes, deficientes ou idosos, que se desloquem a pé, se quiserem, ou mudem de casa e saiam do Areeiro, como fez o Senhor Presidente. Pergunta-se: que diligências tem feito o executivo para acelerar a resolução destes avarias? -----

----- Outro tema ‘*quente*’ e que continua a afetar negativamente o estado da cidade é o da Segurança. Vejamos então duas vertentes diferentes no âmbito da segurança. -----

----- O Ministro da Administração Interna afirmou, este verão, que até ao final do ano prevê o encerramento de várias esquadras em Lisboa. O objetivo da proposta, segundo o próprio governante, é ter "mais *visibilidade* das forças de segurança".-----

----- Os moradores de algumas freguesias, como por exemplo, de Alcântara, Arroios, Campolide, Carnide, Marvila e Santa Maria Maior, discordam e já se manifestaram junto ao Ministério da Administração Interna contra o encerramento dessas esquadras. Até já está agendada uma petição à Assembleia da República. Contas feitas, há 14 esquadras da PSP que fecham as portas. -----

----- A reorganização policial de Lisboa prevê assim o encerramento de 14 esquadras na cidade, em locais como Rossio, Mouraria, Santa Marta, Rato, Arroios, Chelas, Bairros da Horta Nova e Padre Cruz, Carnide, Calvário, Quinta do Cabrinha, Campolide e Serafina. Nalguns locais vão abrir outras seis, nomeadamente, no Palácio da Folgosa, na estação do Metropolitano do Marquês de Pombal, onde até já lá existe um posto, em Campolide, no Lispólis e em Alcântara. E segundo o próprio município, há que contar ainda com a recentralização da esquadra da Musgueira e com a mudança de uso da dos Caminhos de Ferro, em Alfama, que passará a Divisão de Segurança a Transportes Públicos, e na da Alta do Lumiar, que integrará a Divisão de Trânsito. -----

----- Acontece que a proposta de reorganização das esquadras em Lisboa, elaborada pelo Governo e pela PSP, foi aprovada a 28 de Maio em reunião de Câmara, sob forte contestação de moradores. É que o encerramento de esquadras, acordado entre o Governo e Câmara, significa o abrir de portas para uma maior criminalidade e insegurança das populações. Os últimos Governos têm deixado as esquadras em perfeito abandono e degradação e os profissionais com deficientes condições de trabalho. O Governo quer fazer crer que com os fechos destas esquadras, os munícipes podem ficar tranquilos, porque sairão 260 polícias para as ruas. Porém, ao contrário do que o Governo indica, o índice que deveria prevalecer não deve ser o baixo número de ocorrências, mas sim a diminuição da criminalidade que resulta de um policiamento de proximidade, que é aquele fator que mais interessa aos lisboetas. Os fechos das esquadras constituem, por isso, um atentado à segurança das populações. ---

----- Nenhum dos argumentos dados pelo Governo justifica a retirada de condições de segurança da população dos bairros e não podem ser os critérios economicistas a prevalecer. Aliás, as esquadras da PSP disseminadas por vários bairros da capital têm desenvolvido um trabalho de combate à insegurança que se reflete na diminuição da criminalidade. Mas também nesta vertente do 'reduz aqui' umas esquadras, 'encerra acolá' outras tantas, a distribuição e o equilíbrio das forças de segurança pela cidade são totalmente irrelevantes para o executivo municipal. Neste tema para o Debate da Cidade, entre PSD e PS que venha quem lhes descubra diferenças na 'quadratura do círculo'. -----

----- Uma segunda vertente da Segurança é o papel das corporações de Bombeiros.-----

----- Soube-se recentemente que o Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa que presta serviço no aeroporto da capital há vários anos, ao abrigo de um contrato entre a ANA-Aeroportos de Portugal e o município, vai ser substituído por uma empresa

estrangeira a partir de Janeiro de 2015, devido à não renovação da parceria com a CML, que terminará a 31 de Dezembro. -----

----- Durante os últimos oito anos a ANA terá pago anualmente à CML 1.903.603 euros, segundo informação da autarquia, ou seja, cerca de 16 milhões de euros em oito anos. À companhia estrangeira contratada agora pela ANA serão pagos 23 milhões de euros pelo mesmo período, quando o argumento da ANA, para não ter renovado o protocolo com a CML, ter sido o da questão financeira e ter optado, de acordo com o anúncio do concurso, pelo critério do valor mais baixo para a adjudicação.-----

----- Há por isso aqui qualquer coisa que não bate certo. Haverá ‘*má-fé*’ contratual? Porque quis a ANA lançar um concurso, em vez de renegociar o protocolo com a CML, privatizando o socorro na Portela e desrespeitando o serviço de bombeiros municipal? O que contrapôs o município perante este extemporâneo anúncio de concurso?-----

----- Também a ausência de um regulamento interno e o vazio hierárquico têm sido outras das reclamações dos bombeiros, que acusam a CML de falhar às promessas feitas em campanha eleitoral. Temática para a qual o GM de “Os Verdes” tem vindo a requerer esclarecimentos ao executivo. Infrutiferamente, claro.-----

----- Finalmente, outra situação lamentavelmente candente é o da ameaça de desintegração da Rede Municipal de Bibliotecas de Lisboa. Senão vejamos. -----

----- Em 2012, um estudo encomendado pela vereação concluiu haver uma cobertura territorial muito insuficiente e edifícios desadequados à missão das bibliotecas municipais em Lisboa. Detetara, inclusive, que apenas as bibliotecas das Galveias, de Belém e a encerrada Hemeroteca cumpriam os mínimos e que as restantes não tinham em consideração os padrões de exigência em vigor, por possuírem “áreas exíguas e subdimensionadas, com espaços muito compartimentados”.-----

----- A solução prescrita pelo grupo de trabalho e aceite pela CML acabaria sendo plasmada no Programa Estratégico Biblioteca XXI, aprovado em reunião de CML pela Proposta nº 249/2012, sem votos contra! Esta proposta de requalificação assentava numa ‘lógica de proximidade’ que deveria abranger toda a cidade com uma estrutura de ‘bibliotecas-âncora’, maiores e com mais funcionalidades, complementada por ‘Bibliotecas de bairro’ que respondessem às necessidades mais imediatas da comunidade local envolvente, numa lógica de ‘Rede de proximidade’, pois é sobejamente reconhecido que uma biblioteca devidamente inserida no seu bairro contribui para reforçar as redes sociais e diminuir as situações de isolamento social. Mas a CML decidiu, entretanto, aprovar a transferência de equipamentos para a gestão das Juntas de Freguesia, pondo em causa uma gestão coordenada e o funcionamento em rede das BLX, deixando no ar a hipótese da sua desintegração.-----

----- Com efeito, a vereação nunca clarificou se uma Junta poderá vir a definir uma política e um programa próprios de gestão para a sua biblioteca, se poderá adaptar metodologias independentes para produtos e serviços documentais que pretenda disponibilizar ao seu universo de utilizadores, se poderá ou não estabelecer horários diferenciados de abertura ao público ou desadequados às necessidades dos leitores ou até se poderá uma Freguesia vir a aprovar uma tabela de taxas distintas dentro da

Rede ou mesmo criar um mapa de pessoal sem técnicos especializados em biblioteconomia. -----

----- Não será que também tem havido, nestes últimos anos, um desinvestimento progressivo dos serviços de leitura presencial prestados à população, com a redução do número das carrinhas de bibliotecas móveis do município e do seu percurso de circulação por entre os bairros carenciados da cidade? Porque não cumpre a CML o estipulado na referida Proposta nº 249/2012? Porque é que algumas bibliotecas já perderam a designação de ‘Municipal’? Porque se prevê hoje desmembrar a coleção infantil da Biblioteca de São Lázaro? Porque se pretende deslocalizar a Biblioteca da Penha de França à revelia do previsto no Programa Estratégico? Será que a CML chegou a pedir algum parecer técnico adicional à Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, à Direcção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, ou mesmo à própria Biblioteca Nacional e estes organismos anuíram no desmembramento da Rede? É claro que o Programa Estratégico Biblioteca XXI foi aprovado em reunião de CML. Mas convém lembrar que na altura a cidade estava a entrar em período pré-eleitoral. -----

----- O certo é que todas estas questões ficaram até hoje por esclarecer. Ou porque a vereação não saiba ainda como nos responder ou porque estará a omitir algo à comunidade de leitores. Pelo que duvidamos profundamente das reais intenções do pelouro da cultura. A vereação prometeu também que seria criado um grupo do qual fariam parte a Senhora Vereadora da Cultura, os presidentes das Juntas de Freguesia e a Chefe de Divisão de Bibliotecas, cujo objetivo seria o de estabelecer e definir a estratégia da Rede de Bibliotecas de Lisboa. Pergunta-se: já foi constituído este grupo? Se sim, há alguma nova estratégia definida para a Rede de Bibliotecas de Lisboa? Mantém-se ou não atual o Programa Estratégico Biblioteca XXI aprovado em sessão de Câmara sem votos contra?-----

----- E este é apenas um retrato parcial do Estado da nossa Cidade, onde uns quantos vão bem e muitos munícipes e trabalhadores vão mal.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD):**-----

----- “No terceiro mandato desta Câmara estamos a apreciar o Estado da Cidade. E em que mau estado se encontra Lisboa. Encontramos uma cidade suja, uma cidade descuidada, uma cidade pouco reabilitada.-----

----- Houve tempo em que a Câmara dizia que tinha filas e filas de empreiteiros, todos alinhadinhos, prontos a reabilitar Lisboa, mas que a aleivosa da Assembleia não lhes aprovava o empréstimo para começar os trabalhos que logo iriam transformar Lisboa. Dizem agora, porém, que os empreiteiros estão alinhados mas é na falência e que só por isso ainda não se faz Lisboa. -----

----- O Senhor Presidente, na sua intervenção inicial, aos costumes como de costume disse nada. Ficou claro também que a atitude da Câmara é meramente passiva, sem qualquer posição proactiva. -----

----- Continua, por outro lado, a saga do PIPARU e programas similares, que há muito deveria estar em conclusão mas que mal vai a meio. Estarão já então cumpridas as metas para Alfama, para o Castelo, para a Madragoa e para a Bica? Estarão cumpridos

os planos para mais habitação, para mais equipamentos culturais, para mais equipamentos desportivos? Estão melhor e mais correntemente instalados os serviços municipais? Não, não estão melhor. Nada disso está feito, nem se vê sequer que esteja a caminho de ser feito. -----

----- O que está a ser feito, na realidade, são as obras faraónicas da EDP na 24 de Julho e na Central Tejo, o despautério da nova sede da PJ, o parque subterrâneo de automóveis no Jardim Dom Luís, destruidor aliás do passado da cidade, mais os estacionamentos projetados para o Príncipe Real e para o Campo das Cebolas. -----

----- Que tristeza o Campo das Cebolas. As palmeiras impiedosamente cortadas, secas e atacadas do escaravelho. Um estaleiro de obra vasto, impenetrável, descuidado e revolvido. Um trânsito caótico e as ruas deploráveis. É bem o espelho do estado em que Lisboa está. -----

----- Sem reabilitação urbana as cidades crescem por fora e morrem por dentro. Sem reabilitação as cidades são capitais do nada e é por esse caminho que se tem levado Lisboa. -----

----- As promessas da Câmara, a obra que disse que faria foi apenas fogo fátuo que não aqueceu nem arrefeceu. Como já foi dito, foi uma mão cheia de nada e outra de coisa nenhuma. -----

----- Vai já longe o TGV, a terceira travessia, a ampliação do terminal de contentores, os túneis ferroviários, as ligações desniveladas, a emigração do Aeroporto de Lisboa, afundados que ficaram na voragem da dívida monumental que essa gestão criou. -----

----- Hoje, quando se discute o Estado da Cidade, verifica-se que em concreto nada está feito que seja útil. Só o preenchimento de todos os interstícios urbanos, só o frenesim da impermeabilização em estacionamentos subterrâneos e em frene construção, que causa cheias e torrentes e que está a destruir a cidade. O resto ficou-se nas promessas. -----

----- Foi tudo uma ilusão e o Senhor Presidente da Câmara o mestre da ilusão. A ilusão da consolidação financeira que mais não é do que um aumento de passivo e a promessa, essa clara, de novas taxas e de novos impostos. A ilusão da sustentabilidade, que mais não foi do que vender anéis, vender dedos, vender tudo. Fez-se a festa, muitos discursos, eloquência que baste e da propaganda fez-se então o modo de vida. É o mais que pode uma vereação a que muitas vezes, vezes demais, faltou a sua cabeça. -----

----- Discute-se porém aqui o Estado da Cidade. O Estado da Cidade é mau, é mesmo muito mau. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE):** -----

----- “O Estado da Cidade como nós o vemos em 2014, confunde-se um pouco, com o balanço de 1 ano de mandato desta vereação, onde a descentralização e a transferência de competências e trabalhadores da CML para as Juntas de Freguesia tem vindo a ser excessivamente valorizado e apresentado pelo Senhor Presidente da Câmara com demasiado otimismo e pouco sentido autocrítico. -----

----- Foi visível e notório que o Bloco de Esquerda sempre se posicionou favoravelmente à descentralização de competências da CML para as Juntas de

Freguesia, de uma maior aproximação ao munícipe e sempre procurou dar aos trabalhadores, elementos centrais desta reforma administrativa, fatores de confiança e de «segurança no vínculo», através de apresentação de propostas que a maioria chumbou.-----

----- Numa primeira fase, como todos nós sabemos, foram transferidos, equipamentos e trabalhadores – 1177 trabalhadores – sendo 1.028 do Mapa do Município e 149 prestadores de serviços.-----

Como todos nós nos lembramos, o 1.º Relatório de Monitorização, embora bem elaborado, era bastante limitado pois só se reportava a 5 das 24 freguesias, não colocava as pessoas como ponto central desta descentralização e dos serviços de proximidade: - Qual o grau de satisfação? E, o que melhorou na prestação do serviço público? -----

----- Nada se analisa, num ponto fundamental, que é quanto à insegurança dos trabalhadores ao transitarem para as freguesias, quanto ao seu vínculo, pois este também transita para a freguesia? -----

----- Nada aborda quanto as pressões havidas sobre os trabalhadores nem as suas lutas! Contra o desmantelamento da Limpeza Urbana que aniquilou a capacidade operacional deste setor, cujo funcionamento era o resultado de uma gestão integrada e certificada (compostas pela remoção, varredura e lavagem, etc.).-----

----- Ainda, hoje, em alguns pontos da nossa Cidade, o lixo se amontoa nas ruas, principalmente junto aos Ecopontos. -----

----- Pois, para as Juntas de Freguesia foram transferidos compulsivamente cerca de 650 cantoneiros de limpeza, ficando na Câmara Municipal cerca de 500 cantoneiros dos quais, apenas cerca de 300 estão aptos para a exigente tarefa da recolha de resíduos, número trabalhadores claramente insuficiente face à atividade que é imprescindível realizar diariamente. -----

----- A transferência de trabalhadores numa 2.ª fase, de uma forma “voluntária” para as freguesias também não contribuíram para resolver o problema. -----

----- E foi assim que a Câmara Municipal de Lisboa decidiu e anunciou que iriam ser contratados, até 2016, 150 cantoneiros, tendo-se admitido que era preciso fazer mais para suprir as “dificuldades” que se vinham sentindo na recolha de lixo na capital. -----

----- Foi ainda acrescentado que seriam ainda contratados mais 50 cantoneiros ainda este ano, por forma a “*colmatar o processo de reforma*” de outros tantos *profissionais da área.*”-----

----- Face às notícias que tinham vindo a público denunciando de que mais de uma centena de trabalhadores precários na área da limpeza urbana da CML não receberiam salários há cerca de dois meses, entregámos um requerimento datado de 29/07/2014 que até aos dias de hoje ainda não obteve qualquer resposta. -----

----- Afirmava-se, então, que a “*descentralização de competências que resultou da reforma administrativa de Lisboa obrigou, não apenas a uma transferência de competências, mas igualmente de meios que desarticulou e desequilibrou vários serviços camarários, nomeadamente, os serviços de higiene e limpeza urbana.*”-----

----- Para responder a necessidades urgentes e permanentes que esta situação veio agudizar, o Presidente António Costa e o seu Executivo optaram pela pior solução: socorrer-se da precariedade para colmatar necessidades laborais indispensáveis. -----

----- Abriu assim a CML concurso abrindo vagas para contratar 150 de trabalhadores (125 para os quadros e 25 com contratos de inserção). -----

----- Para além de se continuar a recorrer ao regime de contratação por recibos verdes, a CML recorre ainda aos Contratos de Emprego Inserção (CEI) destinados a pessoas que recebem subsídio de desemprego e aos Contratos de Emprego Inserção+ (CEI+) destinados a pessoas que recebem rendimento social de inserção (RSI) ou pessoas que estejam desempregadas há pelo menos doze meses, integrem famílias monoparentais, vítimas de violência doméstica ou pessoas cujos cônjuges estejam desempregados. ----

----- Os CEI e CEI + constituem um abuso intolerável e uma legitimação da exploração de trabalhadoras/es com a qual não podemos compactuar. Está em causa a dignidade de quem trabalha. Está em causa a cidadania e a democracia. -----

----- O Bloco de Esquerda em Lisboa opõe-se ao uso e abuso da promoção da precariedade como instrumento de resposta política às necessidades laborais da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- O Bloco de Esquerda exige e defende a dignidade dos trabalhadores da CML, exige que à necessidade de trabalho permanente corresponda um contrato de trabalho permanente com direitos e condena a utilização de Contratos de Emprego Inserção e Contratos de Emprego Inserção+. -----

----- Exigimos o pagamento imediato dos salários em atraso e a resolução legal da situação de precariedade de todos os trabalhadores que se encontram em situação de precariedade e falsos recibos verdes. -----

----- Vem o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, nos termos da alínea g) do artigo 15º do Regimento da Assembleia Municipal em vigor, requerer a V.Ex.^a que sejam obtidas todas as informações na presente data sobre: -----

----- 1. Se a CML está em condições de garantir, tal como afirmado pelo vereador Duarte Cordeiro, que até ao fim do mês todos os salários em atraso estão pagos? -----

----- 2. Qual o número exato de trabalhadores que estão em atividade na CML abrangidos por Contratos Emprego Inserção; -----

----- 3. Informação detalhada sobre as funções desempenhadas e as respetivas divisões e direções municipais responsáveis pela relação dos trabalhadores em função da direção/divisão municipal abrangidos pelo regime de Contrato Emprego Inserção.” ----

----- Acrescento, ainda, um novo pedido de informação: -----

----- 4. Qual é o número exato de trabalhadores abrangidos por Contratos Emprego Inserção em atividade em cada uma das Juntas de freguesias? -----

----- A CML possuía 30 dias para dar todas as informações e esclarecimentos, já lá vão dois meses e meio e não as deu! -----

----- Senhor Presidente está em condições, aqui e agora, de dar-nos esses esclarecimentos e informações? -----

----- Aproxima-se o prazo para a discussão do 2.º Relatório de Monitorização, onde esperamos que nos dê uma imagem mais exata do que melhorou na prestação do serviço público? E qual o grau de satisfação? -----

----- E, em relação aos trabalhadores, esperamos que a CML comece a tratar com humanidade e dignidade os trabalhadores em situação de precariedade extrema, elaborando um contrato de trabalho, pagando-lhes um vencimento, abrindo caminho para no cumprimento da legislação, em que para uma necessidade de trabalho permanente corresponda um contrato de trabalho permanente e com direitos. -----

----- **O Senhor Vereador Jorge Máximo:** -----

----- “Há um ano atrás tive a enorme honra de ser eleito Vereador da cidade que amo, numa equipa liderada pelo Doutor António Costa, que muito me prestigiou ao legar responsabilidades na condução das políticas municipais nas áreas do desporto, obras municipais e sistemas de informação. -----

----- Decorrido um ano de intenso trabalho, é altura de fazer um primeiro balanço dos resultados alcançados, bem como informar o ponto de situação da evolução dos principais objetivos em que estamos a trabalhar.-----

----- Começando pelo desporto, a estratégia que estamos a implementar assenta em cinco eixos de orientação estratégica, com abordagens diferenciadas em termos de público alvo, posicionando o Município como agente facilitador de estilos de vida saudáveis para todas as idades e com forte fruição de cidade. Estamos a criar uma verdadeira *welding city*. -----

----- A título de exemplo, estamos a trabalhar para já no próximo ano lançarmos em parceria com uma autarquia vizinha um programa de fomento à atividade física junto do público sénior, que irá potenciar a utilização eficiente e regular dos equipamentos e parques verdes da nossa cidade. -----

----- É também neste quadro que desde logo começámos a trabalhar na construção de uma nova visão para a Carta Desportiva da Cidade, dando-lhe uma forte componente tecnológica e alargando-a à atividade física e às novas tendências sociodemográficas. Até ao final do mandato queremos fazer da Carta Desportiva e da atividade física em Lisboa um instrumento central de divulgação e dinamização da prática desportiva na cidade numa lógica de desporto em Lisboa onde, quando, como e a que preço. -----

----- A prática desportiva é hoje uma realidade muito dinâmica e com forte expansão nos vários setores da sociedade civil. Todas as semanas, e com o apoio do Município, são promovidas provas desportivas que atraem milhares de pessoas, um número crescente de eventos e participantes, incluindo campeonatos europeus de várias modalidades.-----

----- A título de exemplo referir que só no último ano tivemos mais de 70 corridas na Cidade de Lisboa, das quais 15 com mais de três mil participantes. O reconhecimento pela UEFA da excelente organização dos eventos ligados à final da Liga dos Campeões é apenas o exemplo maior do esforço permanente do Município em afirmar Lisboa no ranking internacional das cidades desportivas, fazendo também do desporto um fator de desenvolvimento económico e de promoção turística da nossa cidade.-----

----- Por último o pilar essencial de qualquer política desportiva, a formação e a educação desportiva junto das gerações mais novas. Neste quadro prevemos um importante crescimento dos programas de natação do 1º ciclo e do ‘Desporto Mexe Comigo’. Estamos a trabalhar num programa de iniciação aos desportos náuticos e vamos recuperar já no próximo ano a tradição formativa dos Jogos da Cidade, em organização conjunta com as 24 Freguesias de Lisboa e o apoio técnico de 12 federações desportivas do projeto das Olissipíadas. -----

----- No que se refere às obras municipais, o trabalho desenvolvido reflete um esforço assumido pelo Executivo em investir numa cidade mais próxima, reabilitada e atrativa para as pessoas. Nos últimos anos temos sido um dos maiores donos de obras públicas no País em número de empreitadas lançadas. No entanto, o cenário de crise generalizada no setor da construção civil tem motivado problemas recorrentes na execução atempada dos contratos de empreitadas que celebrámos. -----

----- Mas não nos resignamos e estamos a ser proactivos na criação de respostas. Desenvolvemos um estudo exaustivo sobre as obras municipais e estamos a implementar diversas melhorias nos procedimentos e desenvolvimento de processos de contratação e execução de obra. -----

----- No domínio de obras em infraestruturas viárias lançámos um ambicioso programa de pavimentação que prevê até 2017 a requalificação de 200 ruas da cidade e o desenvolvimento de um sistema informático para gestão proactiva e eficiente da nossa rede viária. Ao abrigo deste programa já se encontra executado cerca de 85% do investimento previsto para o primeiro ano, num total de 120 mil metros quadrados de intervenção. -----

----- A este investimento acresce ainda a requalificação do espaço público que temos vindo a prosseguir com intervenções estruturantes em zonas prioritárias de várias Freguesias da cidade. -----

----- Ao nível do equipamento e no quadro dos programas de investimento plurianual em curso, iniciámos ou concluímos mais de 70 projetos de execução, dos quais 20 na área da geotecnia, 30 para a requalificação da rede de creches e escolas da rede pública e o restante na melhoria de instalações culturais, desportivas ou destinadas a outros fins. -----

----- Em termos de obras executadas fizemos ainda o acompanhamento e fiscalização em 40 obras de equipamentos, num total de cerca de 42 milhões de euros de investimento. -----

----- No que se refere aos sistemas de informação e desenvolvimento tecnológico, desde cedo assumimos a ambição de racionalizar o esforço do Município para a melhoria da capacidade de resposta, em linha com as expectativas dos nossos cidadãos. Neste quadro, temos vindo a reduzir os custos com a arquitetura dos sistemas de informação, que se traduziu em poupanças até 30% em 2015, e a apostar fortemente na cobertura e qualidade da informação, mudando o paradigma das aplicações para a utilização de novos interfaces, nomeadamente com dispositivos móveis. -----

----- Neste quadro e com a ambição de capacitar e afirmar Lisboa numa *smart city* de referência em termos europeus, estamos a desenvolver um projeto estruturante e

transversal para a construção de um centro de operações integrado no Município que permitirá indiciar e explorar um conjunto de sinergias com outras entidades e valências tecnológicas. Estamos certos que irá mudar fortemente o paradigma da gestão da cidade no futuro.”-----

----- **O Senhor Vereador Carlos Castro:**-----

----- “Em termos da área da segurança, que é aquela que tenho a responsabilidade de assumir, quero focar sobretudo as áreas da Polícia Municipal, do Regimento de Sapadores Bombeiros e da Proteção Civil.-----

----- Na área da PM, procedeu-se à entrada em funcionamento da videovigilância do Bairro Alto, que agora é visualizado pela PSP através do seu Comando Metropolitano.

----- Estabelecemos uma nova parceria com a PSP. Em conjunto com a PM, a PSP, Juntas de Freguesia da cidade, associações de moradores, agentes sociais e económicos, inaugurámos uma nova forma de relação entre vários agentes no sentido de procurar corresponder ao aumento da segurança na Cidade de Lisboa.-----

----- Em termos de Regimento de Sapadores Bombeiros, iniciámos a concretização do processo de reorganização territorial do dispositivo do RSB com a construção de dois novos projetos, que estão neste momento em fase de projeto, o Arco do Cego e o Martim Moniz. -----

----- Já entregámos 350 equipamentos de proteção individual, já aprovámos em reunião de Câmara e de Assembleia Municipal 850 EPIs e em princípio no final do ano, princípio do próximo ano, iremos ter fardamentos para os elementos do Regimento.-----

----- Abrimos o ingresso de 50 novos recrutas para o RSB e fizemos também um novo passo no relacionamento do RSB com os bombeiros voluntários da cidade, lançando um desafio às seis corporações de voluntários da cidade no sentido de haver um agrupamento. -----

----- Também, e porque estamos aqui na Assembleia Municipal, permitam-me sublinhar a concretização de um voto que foi expresso aqui e implementámos o Dia Municipal do Bombeiro no dia 25 de agosto e vamos dar seguimento a esta proposta que foi aprovada por unanimidade. -----

----- Permitam-me também, a propósito do RSB, que partilhe convosco uma informação, uma vez que tivemos uma equipa a participar no World Rescue Challenge no último fim de semana em Inglaterra. A nossa equipa foi no quadro mundial a equipa com melhor evolução do mundo e é a atual vice-campeã do mundo em termos de desencarceramento em manobra rápida.-----

----- Em termos de Proteção Civil devo destacar a implementação da promoção do voluntariado nas 24 Juntas de Freguesia. Ainda hoje de manhã realizámos um seminário dedicado exclusivamente ao Plano Local de Emergência e também um projeto que é pioneiro e exemplar no nosso País, já com 22 anos de existência, que é a ‘Escola do Tinoni’, que estamos a preparar o salto qualitativo do ‘Tinoni’. Como sabem, é uma das áreas onde há muita formação, são cerca de 6500 crianças por ano que conhecem e aprendem um conjunto de cuidados a ter. Para além das dimensões de sismos, inundações e fogos, aquilo que estamos a preparar em termos futuros, a curto

prazo, é também abrir uma nova dimensão da cyber segurança, porque é um novo risco nas nossas sociedades e para o qual, sobretudo as crianças e os pais, precisam de estar preparados. -----

----- Não queria terminar sem referir a dimensão internacional e neste aspeto o trabalho que tenho desenvolvido em conjunto, quer com a Senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto, quer com o Senhor Vereador João Afonso, no sentido de promovermos Lisboa como a cidade europeia da tolerância religiosa. Temos vindo a desenvolver vários contactos com as comunidades religiosas de Lisboa no sentido de tornar esta cidade um bom exemplo europeu, porque ela é. -----

----- Também o relacionamento que estamos a ter com as embaixadas e corpos diplomáticos inseridos em Lisboa, porque somos a capital, e trabalhar no sentido não só de dar formação no âmbito da Proteção Civil ao corpo diplomático presente em Lisboa, mas também de estabelecer todos os contactos com os Estados que são cá representados em caso de alguma necessidade. Portanto, também aqui o aumento da segurança.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva:** -----

----- “O Vereador João Afonso encontra-se em Tóquio, num encontro da OCDE sobre políticas sociais e cabe-me a mim transmitir-vos aqui as reflexões que ele me deixou acerca do Estado da Cidade, nomeadamente naquilo que diz respeito à área de intervenção dos direitos sociais. -----

----- No primeiro ano de vida do pelouro dos direitos sociais é necessário dizer que muito há para fazer para implementar uma estratégia, uma política e uma prática quotidiana em prol dos direitos sociais por parte do Município. Muito há que fazer para que cada cidadão, cada uma das organizações que estes constituem ou que os representam, possa contribuir de forma ativa para uma cidade mais equitativa, coesa e solidária. Muito temos que trabalhar para, aproveitando todas as potencialidades e capacidades já existentes, obter ainda melhores resultados. -----

----- O trabalho do Município em prol dos direitos sociais e dos direitos humanos não se iniciou há um ano atrás. O esforço em debelar e atenuar desigualdades no desenvolvimento social, na habitação, na educação, no desporto e em muitas outras áreas está na matriz da ação desta autarquia, mas ao assumir como ambição uma cidade para as pessoas, ao propor um programa de governo cujo objetivo é mais pessoas, mais emprego, melhor cidade, baseado num modelo de governação que se pretende transversal e partilhado, havia que reconhecer politicamente a importância dos direitos sociais na governação da cidade. -----

----- No ano que passou definiu-se uma estratégia municipal no âmbito dos direitos sociais e para os direitos humanos, na qual, em paralelo, se dá resposta ao dia-a-dia e se planeia o futuro a longo prazo, se cruza o respeito pelo individual e pelo coletivo, onde se apela à responsabilidade de cada munícipe e se assumem as obrigações da autarquia, no qual a participação, coesão e intervenção são os eixos que estruturam o trabalho em diversas áreas de intervenção. Uma estratégia ambiciosa e pragmática. ----

----- Três exemplos deste trabalho onde a participação, coesão e intervenção estão presentes, onde a continuidade e novidade são ao mesmo tempo:-----

----- Por um lado a aprovação e implementação do plano de acessibilidade pedonal, que é um programa já aprovado neste mandato para até ao seu final ser implementado, cuja elaboração ocorreu no mandato anterior, onde se assume de forma inovadora a necessidade de uma estratégia municipal que permita minorar e melhorar condições de igual acesso ao espaço público por todos os cidadãos. Uma estratégia já formalmente assumida por todos os serviços através do plano de ação deste ano, mas também por inúmeras Juntas de Freguesia que decidiram implementar programas próprios de melhoria da acessibilidade pedonal, com os quais a CML está a colaborar;

----- Em segundo lugar a entrada em funcionamento das creches ‘B a bá’, pela resposta efetiva, mas também pelo seu significado simbólico. Se o resultado material imediato são 20 salas de creche e berçário, o valor político do programa das creches ‘B a bá’ para a CML está no assumir a responsabilidade de inverter o futuro. Ao dotar a cidade de mais equipamentos para a primeira infância, substituindo-se ao Estado Central na sua construção, são criadas condições para a fixação de jovens famílias em Lisboa, numa cidade em acentuado envelhecimento urbano. Há que dar resposta aos idosos, mas em simultâneo pensar no futuro de todos; -----

----- Em terceiro lugar a aprovação por unanimidade, em ambos os órgãos autárquicos, de programas significativos no âmbito dos direitos sociais, como seja o Plano Municipal Contra a Violência Doméstica e de Género, a alteração do Regulamento do Fundo de Emergência Social, agregados familiares e o já referido Plano de Acessibilidade Pedonal. Assim como a decisão unânime de elaborar os planos municipais para a integração dos imigrantes e contra o desperdício alimentar, no âmbito da CML, comprovando que apesar das possíveis divergências existentes nos modelos a seguir, há um largo consenso na perceção da importância da intervenção da autarquia para os direitos sociais. -----

----- Uma nota final para a colocação destas temáticas na ordem do dia, vai-nos permitir encarar com otimismo e determinação o desenvolvimento de diversas parcerias estratégicas associadas a estes processos que conduzirão nos próximos meses ao posicionamento do Município para a obtenção de financiamento no novo quadro comunitário, dando expressão concreta à estratégia ‘Lisboa 20 20’. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fábio Sousa (PCP):** -----

----- “Eis que chegámos ao debate sobre o Estado da Cidade. Muito já foi dito e muito haverá para dizer. Queríamos muito que hoje ficasse clara a nossa posição acerca do Estado da Cidade no que diz respeito aos bairros municipais. -----

----- Em primeiro lugar fazer referência ao arranque da requalificação das torres do Alto da Eira. Era uma obra que tardava e que foi conseguida sobretudo à intervenção e persistência dos seus moradores e do apoio e intervenção do PCP, que ano após ano foi levantando o problema nesta Assembleia, na Assembleia de Freguesia e na Câmara Municipal. -----

----- Por outro lado, seria fundamental falar acerca do estado do edificado, dos espaços verdes e das infraestruturas de alguns desses bairros, como por exemplo o Bairro da Cruz Vermelha, Bairro do Condado e Casalinho da Ajuda. -----

----- Seria ainda fundamental perceber o ponto de situação da atualização do programa integrado de gestão e requalificação dos bairros municipais e uma explicação concreta acerca do cumprimento das prioridades de intervenção nele previstas.-----

----- Em 2010 o jornal Público dava-nos conta que a Câmara Municipal de Lisboa daria nota positiva a 15 dos 73 bairros municipais. E no dia de hoje? E os munícipes? Que nota dariam aos seus bairros? -----

----- Por último, Senhor Presidente da Câmara, há ainda uma questão que pela sua importância não poderíamos deixar de abordar. Por mais incómodos, más disposições, inconvenientes que isso lhe traga. O seu programa de governo da cidade 2013/2017 é muito claro, assumindo o compromisso da construção faseada de mil fogos de habitação municipal para substituir as chamadas zonas de alvenaria dos bairros municipais Padre Cruz e Boavista e conclusão dos processos de requalificação em curso nos referidos bairros. -----

----- Senhor Presidente, como sabe, o processo de requalificação do Bairro Padre Cruz apresenta um derrapar nos prazos previstos para a construção destes mesmos lotes. Como saberá ainda melhor do que nós, no Orçamento de 2014 da CML não estava prevista a construção destes lotes. No Orçamento de 2015, que agora se prepara, estará prevista a construção destes fogos? -----

----- Lisboa merece mais.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Simonetta Luz Afonso (PS)**: -----

----- “Vou centrar-me num tema muito importante para Lisboa, o turismo e a cultura. --

----- O turismo, há bem pouco tempo era ainda considerado uma indústria do futuro. Diria que o futuro já chegou a Lisboa, com um crescimento turístico de 6% ao ano desde 2009, onde aliado à cultura, quer popular, quer erudita, quer aos usos e costumes, à música, ao fado, às vivências dos bairros da cidade, à gastronomia tradicional ou de inspiração tradicional, bem como ao design, à arquitetura, à recuperação urbanística, às indústrias culturais e à vida e animação nas ruas e nas praças, tem tido um importante papel no desenvolvimento económico da cidade e na imagem de Lisboa.-----

----- A conjuntura internacional e as companhias de aviação *low-cost* contribuiram. Porém, se a cidade e a Câmara Municipal de Lisboa não estivessem preparadas e atentas à importância do turismo cultural, trabalhando na criação e melhoramento de polos de atração diversificados, na requalificação do seu edificado antigo, na mobilidade e nas manifestações culturais com carácter de periodicidade, como as Festas da Cidade, ‘O Peixe em Lisboa’, a Moda Lisboa, o DOC Lisboa, etc., acolhendo outros internacionais como o ‘Rock in Rio’ ou o ‘Ocean Race’, incentivando as Freguesias a criarem a sua programação cultural, como o cinema ao ar livre, a música na praça ou o festival do fado, entre outros.-----

----- Estou certa que o sucesso de Lisboa podia ser apenas um epifenómeno, mas estes investimentos não são exclusivos dos turistas. Servem todos, servem aqueles que visitam a cidade e os que a habitam e assim deve ser. Esse é um dos atrativos de Lisboa, uma cidade ainda vivida, em que os visitantes se podem misturar com os

habitantes nos bairros, nos transportes públicos, como o famoso 28 ou o também já famoso 15 e o metropolitano. -----

----- A gentrificação poderá ser o maior inimigo desta atratividade. -----

----- Dito isto, gostaria de enumerar um conjunto de iniciativas e realizações e intervenções na cidade, umas concluídas e outras em curso, outras em projeto, que a CML operou como promotora através das suas equipas, ou como facilitadora, incentivando a iniciativa privada e as parcerias e que muito têm contribuído para melhorar a qualidade da oferta cultural da cidade em sentido lato. -----

----- O arranjo da Praça do Comércio, a abertura das arcadas ao comércio e restauração, a abertura dos dois torreões para exposições e conferências, a abertura e recuperação do Pátio da Galé, a abertura e visita ao Arco da Rua Augusta, o Centro de Interpretação da Baixa Pombalina, o Museu da Moda e do Design. Este conjunto de intervenções trouxe e fixou gente à Baixa e deu-lhe uma vida nova. Hoje, quando andamos na Baixa à noite, já não se ouvem os nossos passos. Com a finalização das obras da Ribeira das Naus abre-se outra frente da cidade sobre o rio, permitindo usufruí-la de perto. -----

----- O futuro hotel do Terreiro do Paço será um bom complemento à diversificada oferta hoteleira e tão premiada internacionalmente no setor dos hostels e dos hotéis de charme, que tanto contribuíram para a recuperação de algum edificado. -----

----- Os elevadores que ligam a Rua dos Fanqueiros ao Castelo, integrados em prédios, são uma excelente ideia que não interfere na leitura da arquitetura, serve os habitantes, os turistas e facilita a mobilidade. -----

----- A Mouraria é outro caso interessante de reconversão, de recuperação humana e de imagem, dignificando um bairro antigo, rico em arquitetura mas que no tempo, a degradação social e a má vida tornaram um gueto a evitar. Numa ação concertada a Câmara de Lisboa conseguiu, sem esquecer as pessoas, dar o mote para a recuperação do bairro, que já entrou nos circuitos de visita à cidade com a Casa da Severa, com a memória de Fernando Maurício e do fado. Ganhou nova vida com as residências para estudantes nacionais ou ERASMUS, deu novas oportunidades de trabalho aos habitantes nos cafés, nos restaurantes, nos serviços, nas lojas, e visitas guiadas promovidas pela Associação Recuperar a Mouraria e começou a recuperar o seu edificado. -----

----- Hoje pode-se percorrer o Benfornoso ou o Intendente e subir ao Castelo sem qualquer receio, o que até há cinco anos era impossível. -----

----- Falta agora uma intervenção patrimonial mais estrita e a criação de circuitos históricos pedonais sinalizados, como foi recentemente feito na Cerca Velha em Alfama. -----

----- É à Colina do Castelo que me referirei, com a requalificação do Museu do Teatro Romano, do Museu Antoniano, a criação e sinalização do circuito pedonal das muralhas da Lisboa Cerca Velha, que eu visitei com os meus colegas da Sétima Comissão e que se inicia no Castelo, no Palácio Belmonte e percorre Alfama até à Casa dos Bicos, onde para além da Fundação Saramago pode ser visitada uma fábrica de peixe romana que funciona como um centro de interpretação desta época da cidade.

----- Foi criada sinalética patrimonial histórica que esperamos seja replicada noutros circuitos, como o da Mouraria ou de Belém, e que o museu dito da Cidade, que deverá ser de Lisboa, possa na sua futura e esperada remodelação constituir-se como um polo agregador das visitas que Lisboa proporciona, encaminhando os visitantes a saber mais através de centros de interpretação cirurgicamente colocados nas zonas históricas mais importantes da cidade. -----

----- O terminal de cruzeiros e o centro de congressos são complementos indispensáveis a esta dinâmica. A sugestão avançada pelo Deputado Municipal Victor Gonçalves do PSD e por mim própria, propondo à Câmara Municipal de Lisboa que se trabalhe numa futura classificação de Lisboa como paisagem cultural histórica da UNESCO. Uma nova categoria mais flexível e abrangente está em curso e as equipas dos técnicos da CML estão a trabalhar na ideia e a preparar a candidatura, que só poderá ser apresentada em 2016, quando Lisboa deixar de fazer parte da direção. Tendo recebido esta semana o Diretor Geral da UNESCO, que acompanhámos durante algum tempo. -----

----- Muito se tem feito e muito há ainda a fazer para conferir sustentabilidade a esta nova realidade, se não quisermos matar a ‘galinha dos ovos de ouro’, e permite-me adiantar algumas sugestões, fruto de visitas aos locais, quer com a Comissão de Cultura, quer com a Comissão de Economia, quer das minhas frequentes deambulações pela cidade: -----

----- Para haver uma atenção redobrada à limpeza e à manutenção dos percursos históricos pedonais;-----

----- Deve haver uma maior atenção à segurança nas zonas de atração turística e de confluência de estrangeiros, evitando o assédio por vendedores ambulantes abusivos, como por exemplo na zona de Belém, onde assisti a situações muito desagradáveis na passada semana;-----

----- Regulação e criação de estacionamento de autocarros de turismo em zonas mais procuradas, como a Baixa ou Belém;-----

----- Criação de casas-de-banho públicas é absolutamente urgente, especialmente nas zonas da noite, no Bairro Alto e no Cais do Sodré;-----

----- Maior fiscalização dos bares destas zonas, sem espaço interior para acolher os clientes nem casas-de-banho e que fazem da rua o seu prolongamento, contribuindo para o barulho e para o lixo e dando destas zonas de lazer uma imagem caótica; -----

----- Criação de sinalética pedonal integrada que ligue as centralidades históricas da cidade e complemente a sinalética patrimonial e rodoviária;-----

----- Investimento na divulgação através da comunicação online e na sua interatividade para divulgação da cidade, dos seus programas lúdico-culturais, dos horários, dos novos percursos e porque não da compra de bilhetes e da reserva de hotéis?; -----

----- Prevenir a gentrificação, que pode ser a maior inimiga da atratividade de Lisboa, aprendendo com os erros cometidos por outras cidades do mundo.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Vasconcelos (BE):** -----

----- “Existem com certeza temas recorrentes quando estamos aqui a debater o Estado da Cidade e acho que as intervenções anteriores já conseguiram cobrir uma panóplia desses mesmos temas. Se calhar o tema que vos trago aqui é também recorrente, já foi abordado, mas significa também a centralidade do mesmo, que é a questão dos transportes. Gostaria de falar convosco e captar um pouco a atenção a esse respeito. ---

----- Não é necessário dissertar muito para perceber a centralidade da política de transportes na cidade, por diversas razões, de igualdade social na capacidade de mobilidade dos munícipes. Estamos a falar também de questões ambientais propriamente ditas. Portanto, é impossível termos uma visão de cidade sem ter em conta precisamente a política de transportes que queremos ter e Lisboa, quando olhamos para esta cidade, tem todas as características possíveis para que esse tipo de política de transportes integrados exista. É uma cidade antiga, cujo traçado obriga necessariamente, sobretudo nas suas zonas mais históricas, que haja uma boa rede de transportes aliada ao condicionamento natural do trânsito para o acesso a essas zonas. Tendo em conta, por outro lado, a quantidade de pessoas que cá trabalham mas não vivem na cidade, importa também salvaguardar os movimentos diários de entradas e saídas de pessoas na cidade.-----

----- A política de transportes faz parte de todos os programas eleitorais apresentados aos munícipes da cidade. Resta saber se de facto, quando estamos a falar dessa política de transportes, se sentimos de facto e aqui pergunto aos presentes neste plenário, se sentimos e sabemos de facto do que estamos a falar. Se estivéssemos aqui noutro modelo de intervenção, eu perguntava aqui aos presentes quantos de vós é que se deslocaram para esta Assembleia utilizando transportes públicos. Eu perguntava aos Senhores Vereadores aqui presentes quantos de vós é que utilizam regularmente a rede de transportes da cidade.-----

----- Digo-o sem dramatismo, apenas sublinhando a importância de sabermos de facto os problemas existentes para podermos ter políticas ativas a esse respeito. É preciso sentir um pouco na pele aquilo que as pessoas vivem e quem se depara todos os dias com estes problemas, para podermos tomar medidas concretas a esse respeito. Essa é a primeira mensagem.-----

----- A segunda mensagem que aqui vos trazemos é sobre a evolução dos transportes públicos que se faz sentir nos últimos anos aqui na cidade. Tomemos até como referência, se quiserem e não por acaso, os últimos sete anos. Qual é a evolução sentida por quem os utiliza diariamente?-----

----- Eu acho que é naturalmente evidente sublinhar algumas melhorias que podem ser apontadas a esse respeito. A rede de metro está mais ampla, podemos falar de melhorias nas frotas dos autocarros, que se calhar já não são antigos quanto há pouco tempo ainda eram, podemos falar nas faixas bus implementadas, mas quando nos situamos em outros domínios absolutamente centrais é impossível fazer qualquer balanço positivo sobre a evolução existente nos últimos tempos.-----

----- Falamos em diminuição no número de carreiras no caso dos autocarros, falamos nos problemas da frequência do metro e até do número de carruagens, isso sim sentido por quem utiliza esse meio de transporte diariamente, falamos também do preço

cobrado e do preço dos passes sociais, cuja evolução nos últimos anos foi absolutamente gritante.-----

----- Eu perguntava se tendo em conta a evolução existente nos últimos tempos e pese embora a prioridade que é sempre atribuída a essa política de transportes, se conseguimos de facto falar na existência nos nossos dias de uma política ativa de promoção dos transportes públicos na cidade. Se calhar aqui não estamos a falar apenas de competências da Câmara Municipal, estamos a falar de competências bastante mais vastas. -----

----- Estamos hoje em dia a conseguir convencer alguém a utilizar os transportes públicos em prejuízo do transporte particular? -----

----- Se não tivermos em conta o aumento das taxas de estacionamento da EMEL ou outro tipo de imposições colocadas a esse respeito, tenho sérias dúvidas, aliás tenho quase certezas de que essa política não está a existir. -----

----- É cada vez mais um desafio andar de transportes públicos na cidade e convido-os a fazerem regularmente, para verificarem o que estou a transmitir-vos. Essa é a segunda mensagem. -----

----- A terceira mensagem, também já abordada aqui pelo BE, é que nós não podemos falar de uma política de transportes públicos sem falar do caso da Carris e do Metro. Tivemos aqui de viva voz os posicionamentos do Executivo Camarário no sentido de candidatar-se à concessão do Metro e da Carris, tal foi aqui já afirmado nesta Assembleia. No entanto, a evolução que vamos tendo sobre esse assunto, vamos sabendo sobretudo por parte da comunicação social.-----

----- Sabemos que há essa vontade, ela tem sido expressa, mas por parte da Assembleia denotamos uma manifesta dificuldade em saber qual é o ponto de situação a esse respeito, ou como vamos evoluir nesse domínio. Temos a certeza que a Assembleia Municipal pode e deve ser melhor informada a esse respeito e temos a certeza que os munícipes da cidade também podem e devem ser melhor informados sobre isso e não apenas numa perspetiva de lançar para a comunicação social posicionamentos baseados em *sound bites* ou outras coisas do género, mas bastante mais precisos a esse respeito. -----

----- Estamos a falar de um problema estrutural que precisa, sobretudo nesse domínio da concessão, de uma transparência estrutural a esse respeito. Sublinhamos as sessões de esclarecimento que foram feitas no âmbito da Assembleia Municipal ainda antes do verão, sublinhamos a necessidade de continuar esse caminho e estarmos melhor esclarecidos sobre essa dimensão.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior: -----

----- “Se algum balanço se pode fazer deste debate sobre o Estado da Cidade é que nós vemos aqui uma posição estratégica sobre a Cidade de Lisboa, transmitida pela Câmara e pelo Senhor Presidente da Câmara, e a visão que têm do desenvolvimento do território. -----

----- O facto curioso é que nós verificamos na oposição uma grande ausência de visão estratégica. Em vez de virem ao cerne das questões, que modelo de desenvolvimento

pretendem para a cidade, que modelo social de desenvolvimento pretendem, que modelo de mobilidade pretendem, enfim tantas áreas onde nós podemos saudavelmente divergir e debater, apenas se refugiaram nas críticas mais fáceis e populistas que dão para diversas interpretações. Que a cidade está menos limpa, que a cidade está menos verde, que não está bem organizada, a reabilitação não existe, a solidariedade social acabou. Tudo isso coisas que não são verdadeiras, mas não vieram de facto a jogo, não vieram fazer o debate do Estado da Cidade. -----

----- Aquilo que deixaram transparecer, e foi isso que quiseram aqui transmitir, é que estão mais preocupados com o futuro político do Doutor António Costa do que com a Cidade de Lisboa e com aquilo que Lisboa pode vir a ser ou não pode vir a ser, aquilo que Lisboa é ou não é agora. -----

----- Do PSD ficámos por aqui. O PSD hoje parecia um partido menor, parecia um partido pequeno, um partido sem responsabilidades na Cidade de Lisboa e um partido que se abdicou de ter responsabilidades na Cidade de Lisboa. Foi esta a ilação que nós tiramos da intervenção do PSD. -----

----- Do CDS também verificámos aqui uma grande confusão na sua intervenção, porque foi uma enormíssima dissertação sobre a fiscalidade na Cidade de Lisboa e depois uma outra intervenção mais atabalhoada sobre a reforma administrativa, como se tudo estivesse a correr mal e fosse o caos na Cidade de Lisboa. Eu esperava ouvir isso porventura até da intervenção dos Senhores Deputados Municipais do PCP, mas não foi bem assim. -----

----- Curiosamente, o PCP não saiu da lenga lenga do costume, está tudo mau, tudo péssimo, é tudo para abater e isto é o pior que há. Mas há qui um dado curioso, é que o PCP já interiorizou que o Doutor António Costa será o próximo Primeiro-Ministro deste País e passou já ao ataque. Não está cá o Senhor Jerónimo de Sousa, mas estiveram cá os Senhores para fazer o ataque. Há apenas uma diferença, os Senhores não são o Senhor Jerónimo de Sousa e ele, apesar de tudo, consegue ter muito maior envergadura. Os Senhores esquecem-se sempre de atacar a direita, aquilo que fazem é atacar o PS. É o vosso papel e estamos habituados, mas assim não iremos longe, porque a cidade não é nada disso. -----

----- A cidade é algo vivo e hoje em dia existe um novo paradigma na Cidade de Lisboa. Esse paradigma foi construído a partir de uma reforma administrativa que curiosamente aqui quiseram confundir com a outra mas não foi, esta é uma reforma que surgiu em 2008, foi muito debatida, muito trabalhada e que traz novas competências às Juntas de Freguesia. É isto que aqui querem escamotear alguns dos Senhores, traz novas competências e hoje em dia o Presidente de Junta de Freguesia tem uma maior capacidade de intervenção. Eu tenho conversado com todos, também sou Presidente de Junta de Freguesia, e não ouvi ninguém dizer que não quer ter essas competências, que abdica ou faz pior do que aquilo que faria a Câmara. Não ouvi ninguém dizer. -----

----- Todos nós Presidentes de Junta estamos certamente satisfeitos com as novas competências que temos e, estranhamente para alguns, a cidade não paralisou, a cidade não parou, as coisas estão a funcionar, melhor ou pior. Em meu entender estão

a funcionar bem e estamos todos a dar conta do recado, se é que posso usar esta expressão. -----

----- Mais, porventura estamos a ter também uma maior celeridade na resolução de algumas questões, em que a Câmara seria mais morosa nessa resolução e que nós temos uma capacidade e uma intervenção mais rápida. A cidade está viva, está atuante e está a andar para a frente. -----

----- Curiosamente, também ninguém aqui quis falar da reabilitação urbana. Foi dito o mais simples, que não há reabilitação urbana. Ouvi esse dislate duas vezes por parte dos Senhores Deputados Municipais do PSD. Já estamos habituados a isto, não conseguem ter uma visão estratégica, mas a verdade é que está a haver reabilitação urbana. -----

----- Apesar da crise, apesar daquilo que está a acontecer ao País, Lisboa tem sido uma bolsa de resistência, o investimento tem vindo para aqui e curiosamente até, só para não perdermos muito tempo com isto, em termos de reabilitação urbana por iniciativa privada já atingimos nos primeiros nove meses deste ano tudo aquilo que se conseguiu em 2010, um ano que ainda não foi muito afetado pelas consequências da crise. -----

----- Isto significa maior intervenção no edificado, significa mais empregos, significa maior vitalidade económica. É esta visão estratégica que tem sido imprimida pela CML, que tem tido aqui um papel de facilitador para a intervenção dos agentes económicos. É essencialmente pequena e média intervenção e isto tem certamente consequências positivas na malha urbana da cidade. -----

----- Quando se diz aqui que Lisboa é uma capital sem organização, uns criticam porque aqui só se fazem grandes eventos e grandes acontecimentos e outros dizem que não se é capaz de fazer nada. Bom, nós tivemos um ano absolutamente fabuloso nesse sentido, que nos traz mais economia para a cidade, que nos traz mais visitantes, que garantem mais emprego, garantem melhor circulação da moeda e garantem uma vivência diferente e positiva para a Cidade de Lisboa. -----

----- Tivemos aqui um grande teste, Câmara e Juntas de Freguesia, que foi por exemplo a realização da final da Champions League na Cidade de Lisboa. Duvido que muitas outras cidades tivessem a mesma capacidade de organização e de pronta resposta que nós tivemos aqui, Câmara e Freguesias, com o sucesso e a tranquilidade que acabou por ter na Cidade de Lisboa. -----

----- Quando eu oiço dizer que a cidade está desorganizada fico espantado e acho que os Senhores devem viver numa outra cidade qualquer mas não nesta, na mesma onde eu vivo. -----

----- Tivemos um ano espantoso do ponto de vista de acontecimentos e de eventos. Tivemos as comemorações dos 40 anos do 25 de Abril. Não foi um só dia, foi um processo, foi um conjunto de iniciativas culturais, de eventos, de acontecimentos que muito marcaram a cidade e que muito marcaram também quem nos visitou nessa altura. Isso deve-nos orgulhar. -----

----- Percebemos também por algumas intervenções, que não estava à espera até por parte do PCP, que não gosta das Festas da Cidade, que é algo popularucho, é algo só para vender aos turistas. Mas as Festas da Cidade fazem parte da nossa cultura, fazem

parte da nossa história, movimentam dezenas ou centenas de coletividades e são momentos em que o povo vem para a rua e assume e se apropria da própria cidade, como acontece até em bairros dos quais eu sou Presidente da Junta de Freguesia. -----

----- O PCP pelos vistos não gostou, mas elas são um acontecimento fundamental e implicam muita organização, muita mobilização e muito empenho de todos nós, autarcas de Lisboa.-----

----- O que Lisboa é hoje em dia, não obstante as dificuldades todas que nós temos, é uma cidade empreendedora e capaz de suscitar empregabilidade. O que atesta mais isso foi o recente prémio atribuído à Cidade de Lisboa e aproveito para felicitar o Senhor Presidente da Câmara e a Senhora Vereadora Graça Fonseca pelo Prémio da Cidade de Empreendedorismo Europeia, porque isso significa algo que poucas cidades também conseguem ter, significa o reconhecimento de que estão aqui a ser implementadas as melhores estratégias regionais para a promoção do empreendedorismo na área da inovação junto das pequenas e médias empresas.-----

----- Certamente que nós podemos divergir sobre aquilo que é feito, poderemos ter outros modelos de desenvolvimento, é natural que assim seja e é salutar, poderemos ter outras perspetivas para a Cidade de Lisboa. Agora, entramos aqui com um discurso derrotista, apenas fixando no que para alguns é subjetivo, se está mais limpo... a minha Freguesia está mais limpa, apesar de continuar a haver dificuldades, ando muito aí por Lisboa e verifico que a cidade tem os mesmos níveis de limpeza que tinha antes da reforma administrativa.-----

----- O que é que isto significa? Ultrapassaram-se as dificuldades iniciais, que certamente que as houve. Isto foi uma reforma, não foi uma reformazinha, foi um processo grande de transferência de competências e as coisas estão certamente a correr melhor.-----

----- Do ponto de vista da reabilitação dos passeios, eu devo dizer que, naquilo que tenho observado, a cidade certamente não regrediu nesta matéria. Se me disserem se está tudo arranjado, não está como nunca esteve nem nunca estará, nem quando o Senhor foi Presidente de Junta na sua própria Freguesia, sabe isso muito bem, mas a verdade é que nós temos neste momento a mesma capacidade de resposta e se calhar até mais pronta em muitos casos.-----

----- O que a oposição ignorou é que, por exemplo, se aprovou na Câmara Municipal o Plano de Acessibilidade Pedonal, porque isto é uma visão estratégica da cidade. Em detrimento do automóvel privilegia-se o peão e o cidadão, que deve circular à vontade na sua própria cidade e principalmente os mais desfavorecidos. É este modelo de cidade que nós sempre defendemos e queremos continuar a pugnar, que só foi possível graças à visão estratégica do Senhor Presidente da Câmara, mas também só é possível porque para além das suas qualidades pessoais e políticas, que são grandes, ele tem uma que eu queria aqui salientar, é que sabe constituir boas equipas e sabe deixar as suas equipas trabalhar.-----

----- Eu sou daqueles que está mais tranquilo em relação ao futuro da cidade. Estejam descansados os Senhores Deputados Municipais se porventura, e certamente o será, o Senhor Presidente da Câmara vier a assumir outras responsabilidades ao nível do País.

Está cá uma equipa que continuará a obra, que certamente a marcará também pessoalmente porque cada um tem o seu estilo e a Cidade de Lisboa vai continuar a ser Cidade de Lisboa, pujante, dinâmica, empreendedora e capaz de atrair sempre cada vez mais pessoas que nos vêm visitar, porque se há qualidade que nós temos, para além das nossas belezas naturais, é que somos um povo e uma população na Cidade de Lisboa extremamente acolhedora.”-----

----- **A Senhora Vereadora Graça Fonseca:** -----

----- “Um pequeno balanço de mandato, tentando um pouco sistematizar. -----

----- Começar por dizer aquilo que já foi referido, a finalização da reforma administrativa da cidade. Entre quem continua a dizer que a reforma é um desastre, aquilo que temos tentado demonstrar é que a reforma está a correr. Cumprimos o que tínhamos determinado desde o início, tivemos um período de estudo e de elaboração da proposta e desde o início deste mandato estivemos a trabalhar na sua implementação e monitorização. -----

----- Vamos continuar ao longo deste mandato, com a monitorização da reforma. Já foi apresentado aqui o primeiro relatório na Assembleia Municipal e será apresentado na próxima reunião de Câmara o segundo relatório de monitorização, que depois virá para a Assembleia Municipal para também aqui ser feita a discussão, à semelhança do primeiro relatório.-----

----- Focando um pouco mais nas áreas da economia e educação. Hoje em dia a economia e a educação estão juntas num único pelouro e numa única pessoa, neste caso em mim, e temos procurado que esta articulação se reforce mutuamente e possa trazer sinergias a uma área e a outra.-----

----- Na área da economia também aqui já foi referido o prémio atribuído à Cidade de Lisboa. O Senhor Presidente teve ocasião de mostrar o prémio, que é pesado mas conseguiu levantar e erguê-lo para todos os Deputados Municipais poderem ver. Acho que foi acima de tudo um reconhecimento a todos os que na Cidade de Lisboa, não eu, não a Câmara, nem sequer aqui os eleitos, mas todos aqueles que na Cidade de Lisboa têm ousado arriscar contra a expectativa, contra o pessimismo e contra as más notícias a que todos os dias somos sujeitos no jornal. -----

----- De facto há muitas pessoas na Cidade de Lisboa, há muito talento na Cidade de Lisboa. Lisboa é uma cidade universitária que abre a empresas. O resultado líquido, em Lisboa criam-se mais empresas do que aquelas que são extintas, o saldo líquido é superior a 2000 empresas no último ano, a tendência da criação de emprego tem sido claramente positiva na Cidade de Lisboa e isso deve-se fundamentalmente a duas coisas, na nossa perspetiva do balanço: -----

----- Por um lado o facto das pessoas terem confiança. Acho que o mais importante que nós, entidades públicas, podemos dar é confiança às pessoas, é esse o nosso papel, não atrapalhar e dar confiança. Quando assim fazemos, temos a capacidade que as pessoas arrisquem. -----

----- Hoje em dia existem 14 espaços de incubação na Cidade de Lisboa e isto representa já cerca de 900 postos de trabalho criados, representando já hoje em dia

níveis muito relevantes de investimento, quer privado, quer público, nas várias empresas que estão a surgir.-----

----- Por outro lado, realçar aquilo que tem sido a aposta no empreendedorismo jovem, porque há algo que esta ligação entre educação e economia tem demonstrado, é que não vale a pena só trabalhar para o futuro, temos que trabalhar também desde cedo com os mais novos, para que aquilo que hoje em dia estamos a tentar contrariar como algo que não foi feito nos últimos anos, possa ser começado mais cedo. O programa de empreendedorismo jovem, que este ano vai na sua terceira edição e já abrange 4 mil alunos da Cidade de Lisboa.-----

----- Esta estratégia foi reconhecida pelo Comité das Regiões, que atribuiu a Lisboa o Prémio Cidade Empreendedora.-----

----- Na área da educação, prosseguimos ao longo do último ano aquilo que foi o programa Escola Nova. O que nós podemos dizer é que já foram investidos 32 milhões de euros em obras concluídas. Neste momento estão em curso sete empreitadas que representam um investimento de 14 milhões de euros e estão em concurso obras no valor de 10 milhões de euros.-----

----- Queremos ao longo dos próximos dois anos concluir aquilo que foi o compromisso do Senhor Presidente da Câmara quando iniciou o programa Escola Nova, de requalificar o parque escolar da Cidade de Lisboa.-----

----- Para além da requalificação do parque escolar, é muito importante também que trabalhem ao nível dos conteúdos e dos programas. Hoje ouvi aqui falar na questão da alimentação nas escolas e nós este ano, no arranque do ano letivo, anunciamos dois programas que estão em curso. Um tem precisamente a ver com a alimentação escolar, o projeto está a ser feito com a colaboração de um chefe, com produtos nacionais e que vai ele próprio contribuir para evitar desperdício alimentar e desperdício de produtos que muitos produtores locais não conseguem escoar, desde a fruta aos vegetais, aos legumes. As escolas da Cidade de Lisboa podem e devem posicionar e para trabalhar com os produtores nesse sentido.-----

----- O programa vai arrancar já na nova escola do Convento do Desagravo, com recursos humanos próprios que a Câmara vai contratar e formar e vamos trabalhar com confeção local de qualidade e alimentação saudável. Em simultâneo com conteúdos, porque é preciso que consigamos fazer aquilo que em tempos já foi feito coma Sociedade Ponto Verde, que é trabalhar a nível dos mais novos para que possamos educar os mais velhos, neste caso para a alimentação e para evitar o desperdício alimentar.-----

----- Por outro lado, nas escolas também temos que começar a batalhar para pôr as nossas crianças a aprender a programar. Isto pode parecer uma coisa abstrusa hoje em dia para algumas pessoas, mas há uns anos atrás houve a visão de perceber que o inglês era básico quando éramos crianças e que ia ser muito importante para a nossa vida profissional e adulta. Daqui a dez anos saber programar, saber linguagem de código vai ser tão importante como há vinte anos atrás era o inglês e temos que começar a fazer isso nas escolas da Cidade de Lisboa, esperando que um dia o

Governo reconheça a importância e que o introduza nos currículos nacionais, como por exemplo o Reino Unido já vai fazer para o próximo ano.-----

----- Finalmente, porque é muito importante, em simultâneo estamos a fechar com o Governo o lançamento de uma academia para colocar pessoas a aprender a programar, a aprender a linguagem de código. Termino com esta nota para que os Senhores Deputados Municipais tenham noção: hoje em dia Portugal e a Europa têm um profundo desfasamento entre o que são as qualificações da população adulta e o que são as necessidades do mercado de trabalho. É um fenómeno que só se vai agravar nos próximos dez anos e ao qual todos nós temos que estar muito atentos, porque hoje em dia há cerca de um milhão de vagas de emprego que nunca vão ser ocupadas e há dezenas de milhar de pessoas desempregadas que nunca vão encontrar emprego. Temos que começar a trabalhar nisto e em Lisboa vamos começar a trabalhar nisso.----

----- Não queria deixar de cumprimentar os dirigentes que estão aqui, principalmente os que trabalham comigo, da educação, da economia e da secretaria geral e, se não me levam a mal, destacar em particular a Diretora do Departamento de Comunicação, Doutora Fátima Madureira, porque muito frequentemente nós esquecemos que aqueles departamentos são transversais e que normalmente fazem com que os outros brilhem mas nunca são referidos. A Doutora Fátima Madureira tem conseguido ao longo destes últimos anos com que todos os outros dirigentes e este Executivo consiga comunicar, pondo no seu trabalho ao serviço de todos. Portanto, eu queria nela cumprimentar todos os dirigentes e todos os funcionários da Câmara.”-----

----- **O Senhor Vereador Duarte Cordeiro:** -----

----- “Referir que um dos aspetos centrais no primeiro ano de mandato foi a reforma administrativa. Teve no caso da higiene urbana, mas também de outras áreas como os mercados e firas e licenciamento, aspetos centrais. Este Executivo, ao contrário dos partidos da oposição, das intervenções que pudemos ouvir hoje e das intervenções que pudemos ouvir ontem a propósito do problema que tivemos com a forte chuvada, não desconfia desta reforma nem desconfia da capacidade das freguesias assumirem novas competências à mínima dificuldade. -----

----- Este Executivo confia fortemente na capacidade que as Juntas de Freguesia têm para assumir as novas competências e, a propósito da matéria que nós abordámos ontem, no que diz respeito por exemplo à limpeza das sargetas e dos sumidouros, não tem dúvidas que na maioria dos casos estavam em toda a cidade limpas e desimpedidas.-----

----- É muito importante que à mínima dificuldade nós não desistamos das reformas e especialmente os partidos que aprovam estas reformas. A reforma administrativa foi determinante para a cidade e é um projeto de enorme envergadura. -----

----- Na área da higiene urbana, a Câmara Municipal transferiu competências na área da lavagem, da varredura, da substituição de papeleiras, mas também na recolha de detritos caninos. Transferiu cerca de 812 colaboradores, 30 postos de limpeza. Todas as Juntas de Freguesia de todos os partidos, incluindo daqueles que hoje criticam algumas destas transferências, a Câmara confia na capacidade que têm tido para assumir estas competências.-----

----- Nos mercados e feiras transferiu 28 colaboradores, 26 mercados, 16 feiras. Quero dar como exemplo e como provocação, porque estive lá e vi a excelente organização, a Feira da Luz organizada pela Junta de Freguesia de Carnide. Teve uma dimensão maior e até com um resultado melhor do que tinha tido no ano anterior por parte da Câmara Municipal. -----

----- Também quero referir que ao nível do licenciamento nós tivemos confiança nas Juntas de Freguesia e na capacidade que têm para assumir as competências. Se por um lado nós ainda não conseguimos transferir todas as competências, que se efetivam agora em janeiro, por outro lado tem existido um trabalho de enorme colaboração entre os serviços da Câmara e as Freguesias. Muito do licenciamento só tem acontecido com autorizações e pareceres vinculativos das Freguesias. As Festas da Cidade foram um excelente exemplo do trabalho em parceria com as Juntas de Freguesia nesta competência. -----

----- A Câmara tem continuado, como aqui foi dito pela Vereadora Graça Fonseca, em reuniões constantes de apoio à transferência das competências, mas também quero falar de outras áreas sectoriais em concreto. -----

----- Na área da higiene urbana, a Câmara Municipal, apesar da perturbação que teve a transferência de competências, apesar da necessidade que teve e que reforçou a sua capacidade organizacional com a entrada de novos colaboradores, cerca de 150 novos trabalhadores para a Câmara Municipal, do acordo que foi feito com os sindicatos e que reforçou a capacidade organizacional da Câmara, dizer que a Câmara não desistiu de alargar o seu projeto ambiental para a cidade na área da higiene urbana. -----

----- Alargámos a recolha seletiva em Benfica, conseguindo com isto aumentar cerca de mais 37% da quantidade de papel recolhido, até mais 100% da capacidade de plástico recolhido naquela Freguesia. -----

----- É importante que percebam que, apesar de todas estas perturbações, a Câmara aumentou o total de quantidade reciclada na cidade, atingindo cerca de 61 mil toneladas. -----

----- Também na área do licenciamento, com os objetivos estratégicos da Câmara de criar mais emprego, referir que a Câmara promoveu a atividade económica. Atribuímos 16 novas licenças de comércio de bebidas não sedentário, criámos 6 novos quiosques num total de 52, numa área da cidade que já emprega cerca de 160 pessoas. Licenciámos cerca de 100 recintos de espetáculos e divertimentos e criaram-se novas marcas e novos espetáculos na cidade, como por exemplo aconteceu com o Futebol Park ou como aconteceu com o “Nos em Palco”. -----

----- A Câmara licenciou cerca de 400 novas esplanadas, para se perceber a dinâmica que está área tem na cidade, mas também outras áreas sectoriais por vezes não tão identificadas. -----

----- A Casa dos Animais, acho que foi uma mudança muito significativa e que também vai ao encontro do objetivo estratégico da cidade, de termos uma melhor cidade. Inaugurámos a 28 de julho, mudámos o nome, melhorámos as instalações. Um projeto que começou com o Orçamento Participativo em 2009 e hoje temos um novo espaço com serviço administrativo e balneário, novas salas de vacinação e consultas,

novos blocos de adoção, novos espaços de recreio para cães e gatos. Temos um reforço do corpo clínico, de três para cinco veterinários, instituímos uma política de abate zero. Finalmente avançámos com uma campanha de adoção e nomeámos uma nova Provedora do Animal, em parceria com o PAN.-----

----- Para o futuro, continuar a ter muita dinâmica, muita vontade de reforma, muita dinâmica naquilo que é o ponto de vista da capacidade deste Executivo. -----

----- Queremos avançar com o Plano Municipal de Resíduos, queremos instituir os serviços municipalizados, queremos constituir as brigadas de intervenção rápida e queremos avançar na área da ocupação do espaço público, com um programa de música de rua que traga muita animação e muita alegria para a Cidade de Lisboa.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara, Vereador Fernando Medina:** -----

----- “No pelouro que tenho responsabilidade direta, na parte financeira, o grande objetivo do último ano e do resto do mandato é assegurar a sustentabilidade financeira da CML. Temos que o fazer num contexto de forte redução da receita estrutural que muitos aqui reconheceram, de entrada em vigor de uma nova Lei de Finanças Locais que restringe de forma violenta a capacidade de ação e nomeadamente de investimento do Município. Também um processo de transferência de competências para as Freguesias que afeta uma parte muito importante da receita do Município e, por último, a necessidade de resolver dois importantes passivos da Cidade de Lisboa que se prendem com o processo da Bragaparkes e de extinção da EPUL. -----

----- Para estes desafios definimos uma estratégia que estamos a executar de forma contínua, que se prende por um lado com a negociação com o Governo dos termos de uma nova Lei de Finanças Locais, ou das alterações necessárias à Lei das Finanças Locais, tendo em conta enquadrar as necessidades do Município de Lisboa e os custos da capitalidade. -----

----- A redução da despesa, da ação e da intervenção direta do Município, mas também uma nova política de taxas, relativamente a novas áreas de intervenção dos serviços que a Câmara Municipal presta, mas também a adaptação do sistema de taxas, como veremos de forma mais detalhada aquando da apresentação do Orçamento. -----

----- Temos também desenvolvido, porque a resolução da matéria da nova dívida gerada pelo processo Bragaparkes e da extinção da EPUL exige um processo de alienação extraordinário, como foi referido desde o início, temos vindo a desenvolver uma política metódica de alienações de ativos não estratégicos. Temo-lo feito em boa hora, porque temos aproveitado bem as oportunidades que a reanimação do mercado imobiliário tem propiciado e temos conseguido uma adequada valorização dos nossos ativos. -----

----- Gostava de responder de forma direta a algumas questões aqui levantadas pelos Senhores Deputados Municipais da oposição. Uma primeira é relativa às hastas vazias. Pelo contrário, a generalidade das intervenções que a Câmara tem feito no mercado têm-se coroado com significativo êxito, sendo que por exemplo na última hasta pública relativamente a imóveis, de um valor base esperado de cerca de 23 milhões, foi conseguido um valor equivalente com menos quatro imóveis vendidos.

Isto é, a Câmara conseguiu uma valorização superior a 16% face aos valores base esperados. Os quatro imóveis que não foram alvo de qualquer proposta, já temos neste momento proposta e aproveitarão as regras da hasta, de utilização das mesmas condições nos próximos 60 dias. -----

----- Relativamente à hasta de terrenos, que não teve concorrentes, também já recebemos propostas para o exercício da opção no prazo dos 60 dias. -----

----- Foi também de êxito significativo a hasta realizada pela EPUL, que alienou a quase totalidade dos imóveis que tinha, também com um valor base superior. -----

----- É nessa expectativa que estamos em relação às hastas que a Câmara vai realizar nos próximos dias e que a EPUL também realizará no dia 24, dando seguimento à política que definimos de alienação de ativos não estratégicos, de forma a servir a cidade mas também a servir os objetivos de redução de dívida da Câmara. -----

----- É pois errada a ideia de que a política tem sido desadequada e ainda mais errada a ideia de que tem havido qualquer venda ao desbarato. Pelo contrário, a Câmara tem sabido aproveitar bem a situação do mercado, tem sabido valorizar os seus ativos e obter por eles o melhor retorno, ao mesmo tempo que põe ao serviço da cidade ativos que não estavam devidamente utilizados. -----

----- Gostava também de forma muito sintética, a pedido do Vereador Manuel Salgado que não se encontra no País, destacar o que tem acontecido na cidade em matéria de reabilitação urbana. -----

----- Como aqui já foi salientado, a reabilitação urbana é hoje uma realidade da Cidade de Lisboa, uma realidade incontornável e indesmentível. Gostava de partilhar quatro ou cinco números que ilustram bem o que está a acontecer na cidade: -----

----- Entre 2010 e 2014, nos últimos quatro anos, 78% dos novos fogos licenciados foram para reabilitação, 85% da superfície foi para reabilitação, 60% do investimento total, mais de 640 milhões, foi para reabilitação. -----

----- Dizem alguns que estamos a investir muito no turismo, ou só se está a investir para o turismo, como se tivesse algum problema se assim fosse, mas a realidade é que o investimento em áreas críticas da cidade está a ser para todos os usos e não predominantemente para o turismo. Gostava pois de deixar aqui os dados sobre o que está a acontecer na Baixa da Cidade de Lisboa: -----

----- Neste momento estão cerca de 72 edifícios com intervenção ou para intervenção, 25 já em obra, 16 já com projetos aprovados, 14 com projetos deferidos, 17 em fase de aprovação. Destes 72, só 7 dos edifícios em obra são para o turismo, só 6 dos projetos aprovados são para o turismo, só 6 dos projetos deferidos são para o turismo. -

----- Significa que a grande parte do uso daquilo que está a ser construído na reabilitação da cidade não se destina de facto ao turismo, destina-se maioritariamente a habitação, aos serviços, ao comércio, que representam cerca de 70% do total do investimento nesta área. -----

----- É óbvio que esta realidade é fruto da evolução do sistema de crédito, do sistema nacional do País, das condições externas, da mudança de paradigma da construção nova para a reabilitação. É também verdade que esta realidade é fruto dos sistemas de incentivos fortes à reabilitação urbana e à política proactiva da Câmara Municipal e

dos serviços no estímulo aos processos de reabilitação, mas é também verdade que muito do que é hoje o êxito da reabilitação urbana se deve à política do Município relativamente à requalificação do espaço público e ao investimento para a melhoria da qualidade da cidade. -----

----- A reabilitação do edificado não existe *de per si* como uma realidade isolada. Existe também porque se tem investido muito e em boa hora na requalificação do espaço público, na criação de condições para que mais pessoas queiram viver em Lisboa, que possam trabalhar em Lisboa e possam acima de tudo desfrutar de uma cidade cada vez em melhores condições.-----

----- É pois esta articulação do investimento privado com o investimento público, na melhoria da qualidade da nossa cidade, que é hoje indiscutivelmente um dos fatores de êxito para a reabilitação urbana, para a realidade de hoje e para o seu sucesso futuro.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara:** -----

----- “Em primeiro lugar eu quero manifestar-vos pessoalmente como estou comovido com a atenção que têm dedicado à minha vida e a preocupação que têm sobre o meu futuro. Acho que isso é exemplar do ponto de vista de adversários políticos, terem tanta consideração e tanta preocupação, mas devo dizer que fico um bocado perplexo quer depois de explicarem que eu tenho sido tão mau Presidente de Câmara, deviam estar bastante felizes de eu deixar de ser Presidente de Câmara e deviam estar muito confiantes também, porque tendo eu sido tão mau Presidente de Câmara, com certeza que ninguém me vai eleger para mais coisa nenhuma. Portanto, podem estar tranquilos, é só uma questão de tempo para se verem livres de mim, aqui ou em qualquer outro sítio. -----

----- Devo dizer que neste concurso a veia novelista do Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro conseguiu ultrapassar tudo e até bater o nosso querido amigo e Deputado Municipal Magalhães Pereira, que costuma ser incedível na sua imaginação. Mas desta vez a veia novelista do Deputado Municipal Modesto Navarro conseguiu bater tudo e eu já o estava a ver mesmo no futuro, gritando ‘A luta continua, Costa para a rua’. -----

----- Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro, eu não quero de forma alguma perturbar o seu entusiasmo no combate futuro, mas apesar de tudo ainda tem que mandar outro para a rua antes de me mandar a mim para a rua. Portanto, não se esqueça pelo menos da ordem cronológica. Eu já não digo das prioridades, mas pelo menos a ordem cronológica. Ainda não chegou a minha vez.-----

----- Há qui um dos pontos que não posso deixar de sublinhar, porque achei verdadeiramente interessante. Como prova da enorme cabala da política de direita no Município aliada à política de direita no Governo, qual é o melhor exemplo?-----

----- A Câmara, que na sua política de direita quer privatizar a sua rede de saneamento, finge que vende à EPAL para o Governo de direita privatizar a rede de saneamento da Câmara. O Governo, na sua infinita maldade, finge não privatizar a Carris e o Metro e passa para a Câmara, para a Câmara na sua infinita maldade privatizar a Carris e o Metro e poupar esse serviço ao Governo. -----

----- Eu só não percebo é o seguinte: mas porque é que eles não privatizam o que é deles e nós privatizamos o que é nosso e andamos a fazer este jogo afinal para privatizar tudo? Essa, o Senhor Deputado Municipal desculpará, é *ben trovata* mas não é *vero* de todo.-----

----- Os Senhores Vereadores tiveram já a oportunidade de cada um deles esmiuçar bem o muito trabalho que felizmente esta equipa tem desenvolvido e se os Senhores Deputados Municipais deram alguma atenção, podem daqui sair um pouco menos deprimidos com o Estado da Cidade do que aquela visão catastrófica que aqui nos procuraram trazer.-----

----- Há de qualquer forma algumas notas que eu não gostaria de deixar de sublinhar. Em primeiro lugar em matéria de receitas e de fiscalidade. Eu gostaria de recordar o seguinte:-----

----- Nós propusemos e foi aprovado por unanimidade a redução do IMI e a redução do IRS e já este ano os lisboetas puderam recuperar 2,5% do IRS que pagaram ao Estado. Essa recuperação deveu-se a esta iniciativa deste Executivo e não se deveu a qualquer outra iniciativa e compara com qualquer outro município da Área Metropolitana, na margem norte ou na margem sul. Podem comparar com os municípios que quiserem, temos a melhor taxa de IRS e a melhor taxa de IMI de toda a Área Metropolitana.-----

----- Mais, votámos estas reduções do IMI e do IRS não foi para este ano, não foi para um Executivo propor e o outro pagar, propusemos para durar continuamente ao longo de todo este mandato e o que temos dito é que ao longo de todo este mandato iremos manter as taxas de IRS e IMI reduzidas, porque queremos estabilidade para os municípios.-----

----- Segunda nota, eu registo que os Senhores Deputados Municipais têm estado atentos ao património que temos alienado, mas recordo que não temos alienado ao acaso. Houve um trabalho que foi feito, aliás sob a liderança da atual Presidente da Assembleia Municipal, que foi o plano de valorização do património que permitiu diferenciar no vasto património da Câmara qual era o que nós devíamos conservar, o que devíamos utilizar para habitação, o que devíamos utilizar para comércio, o que devíamos utilizar para empreendedorismo e aquele que devíamos alienar e para que fim devíamos alienar.-----

----- É com base nesse plano que nós nos temos regido e é assim que temos utilizado património para procurar regular o mercado de arrendamento no programa de renda convencionada. A Senhora Vereadora Paula Marques já este ano conseguiu colocar 65 fogos no programa de renda convencionada. O Senhor Deputado Municipal diz que é pouco e todos nós gostaríamos que fosse mais e vão ser mais, mas há uma coisa que é verdade, é que a Câmara Municipal não tinha política de habitação, a não ser habitação social, desde há décadas e passou a ter uma nova geração de políticas de habitação, vocacionada e dirigida à classe média, como instrumento fundamental de fixar e atrair nova população para a Cidade de Lisboa. Esse programa da renda convencionada é um programa que vamos prosseguir.-----

----- O Senhor Deputado Municipal desculpará, mas vamos transformar o Palácio Marquês de Tancos num instrumento de política de arrendamento? Ou o palácio que tinha a antiga livraria municipal, na Avenida da República, é também um bom instrumento para regular o mercado de arrendamento habitacional? O Senhor Deputado Municipal sabe bem que não e sabe bem que seria destruir o património dar um uso absolutamente indevido a esses bens. -----

----- Mas eu também gostaria de chamar à atenção do seguinte: nós não temos só alienado património. Eu gostaria de registar que este ano adquirimos dois conjuntos da maior importância. Primeiro consolidámos na esfera municipal definitivamente a propriedade sobre o Parque Mayer. Recordo há quantos anos é que a Câmara andava a discutir a manutenção e a aquisição do Parque Mayer. E adquirimos as duas parcelas da antiga Feira Popular que tinham sido alienadas em condições que parte da oposição considerou que tinha sido então um negócio ruinoso e, portanto, só podia estar satisfeita e aplaudir o termos recuperado esse património. -----

----- Se o soubermos valorizar bem, não digo para programas de renda convencionada, eu tenho por certo que nós teremos valorizado muito o património municipal. Sobre o património eu gostaria que registassem quer as alienações, quer as aquisições que temos feito.-----

----- Dizem os Senhores Deputados Municipais que nós temos dado muita importância aos eventos e temos dado muita importância à valorização de setores mais inovadores, aquilo que é designado como a elite. Não é a elite, mas é fundamental para a afirmação e para a projeção internacional de Lisboa. -----

----- É fundamental para a inserção de Lisboa nas redes da inovação apostar nesses eventos e nesses setores de ponta. Não é criar clientelas, é animar aquilo que é uma base fundamental de uma cidade criativa, como tem que ser a Cidade de Lisboa. É com esse esforço e com esse investimento que nós podemos fazer o resto do trabalho. -

----- Nós não temos investido só no Terreiro do Paço, nós lançámos agora o programa de uma praça em cada bairro, porque entendemos que é fundamental para uma cidade de boa sociabilização termos uma boa qualidade de espaço público no conjunto da cidade. Nós estamos a fazer hoje uma grande intervenção na reconstrução da Calçada da Ajuda, através da SRU Ocidental, mas estamos também a fazer uma grande intervenção por exemplo na via central de peões no Bairro das Amendoeiras. Não é só no centro da cidade. -----

----- Para os Senhores Deputados Municipais, aliás, tenho uma forma simples de fazerem um memorando. Peguem só no folheto da CDU distribuído na Freguesia de Carnide na última campanha eleitoral e vão ver a enorme lista de obras realizadas pela Câmara, tão boas que até a CDU chama de suas e Carnide não é propriamente esse centro da cidade que nós trabalhamos para os turistas e para “ínglês ver”. -----

----- Nós não conseguimos é trabalhar para o resto da cidade se não reforçarmos aquilo que é o centro da cidade, porque é o centro da cidade que efetivamente nos permite ter hoje o número de turistas que temos e é graças ao número de turistas que temos que a cidade hoje está a conseguir resistir melhor do que resistiria, se não tivesse este número de turistas e este crescimento, à crise económica e social brutal

que nos tem estado a assolar. Estaríamos hoje, como estão muitos outros territórios, absolutamente deprimidos porque à crise não teria nenhum fator de compensação. -----

----- É com esta estratégia de prosseguirmos a governação em contraciclo que tem sido possível manter, apesar de tudo, a Cidade de Lisboa em melhores condições do que teria se às más notícias que nos chegam todos os dias não respondêssemos com boas iniciativas. Esse tem que ser o nosso lema, a cada má notícia uma boa iniciativa, porque é assim que enfrentamos e podemos vencer a crise que temos pela frente. -----

----- Dizem os Senhores Deputados Municipais do BE e do PCP que a Câmara não faz a oposição que devia fazer ao Governo. Pois é, não faz nem fará, porque a Câmara não está cá para fazer oposição aos governos, como as Juntas de Freguesia não estão cá para fazer oposição à Câmara Municipal. É por isso que entre o discurso da primeira fila do PCP sobre a descentralização das Freguesias e o discurso do único Presidente de Junta de Freguesia da CDU vai um mundo de diferença. É que a governação a vários níveis implica que cada instância da administração não funcione como contrapoder e muito menos oposição a outra instância da administração. Significa que cada um deve respeitar as competências dos outros e procurar exercer o melhor possível as suas próprias competências.-----

----- É competência da Câmara representar os cidadãos da Cidade de Lisboa e, em nome da Cidade de Lisboa e dos seus cidadãos, muitas vezes temos manifestado ao Governo a nossa oposição a esta ou aquela atitude, a este Governo ou aos dois outros que o precederam e com quem tive o prazer de trabalhar enquanto Presidente da Câmara Municipal. -----

----- Uma coisa é transmitir ao Governo a nossa posição, outra coisa é fazermos uma fronda pública relativamente aos governos sobre a nossa posição. Uma coisa é negociar, outra coisa é fazer oposição e nós devemos fazer aquilo que devemos fazer para melhor servir a Cidade de Lisboa. Foi isso que fizemos por exemplo em matéria de reestruturação das esquadras da PSP, em que reunimos com cada Presidente de Junta e os comandos da PSP e procurámos encontrar relativamente a cada uma das Freguesias as melhores soluções possíveis para compatibilizar aquilo que eram as opções do Governo e aquilo que era a melhor defesa possível da segurança das populações em cada uma das Freguesias. -----

----- Aquilo que temos de fazer é em cada uma destas circunstâncias, seja na saúde, seja na educação, seja na segurança, sejam outros domínios, ter esta atitude relativamente ao Governo. Agora, temos que ser também firmes e exigentes na reivindicação da dupla descentralização, porque nós não acreditamos só na descentralização de competências das câmaras para as freguesias, esse foi um passo muito importante e foi dado, mas acreditamos também no passo que falta dar, que é a transferência de competências do Estado para o Município. -----

----- Hoje temos, felizmente, um Município mais disponível, mais capacitado, mais aliviado de muitas tarefas que as Freguesias podem realizar melhor, para assumirmos nós agora as competências que poderemos realizar melhor do que o Estado. É assim no policiamento do trânsito, é assim na questão dos transportes públicos, é assim no alargamento das nossas competências na área da educação ou na área da saúde, na

gestão dos apoios sociais. Há muitas áreas onde nós podemos fazer melhor do que o Estado, pela simples razão que estamos mais próximos das pessoas, estamos mais próximos dos problemas e temos maior capacidade de criar sinergias que o Estado não pode gerar, como há outros domínios, como as Freguesias estão a provar, que estavam e estão em melhores condições do que nós para realizar as tarefas que foram chamadas a realizar. -----

----- Se cada um realizar bem as tarefas que lhe compete e conseguirmos alocar bem as competências e os recursos a quem está em melhores condições de as exercer melhor, certamente nós teremos uma cidade mais bem administrada e é isso que deve ser a preocupação de todos nós, é termos sempre uma cidade mais bem administrada. Estou certo que teremos uma cidade mais bem administrada.” -----

----- **A Senhora Presidente** agradeceu a presença dos Senhores Deputados Municipais e deu por encerrada a reunião. -----

----- Eram dezanove horas e cinquenta minutos. -----

----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014. -----

-----A PRESIDENTE -----